

Textos Graduados



Volume 9 N°1 – 2023

INTERSECCIONALIDADES, FEMINISMOS E NOVAS PERSPECTIVAS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Márcia Abrahão

Vice Reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Prof^a Dra. Carla Costa Teixeira

EQUIPE EDITORIAL

Hannara Catarine Cunha Dias

Jeniffer Cardoso Ferreira

Mariana Esteves Petruceli

Nicole Stefanie Oliveira Ramos

Thais Fonseca Cruz.

REVISÃO

Mariana Esteves Petruceli

Nicole Stefanie Oliveira Ramos

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves
(Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques
Ibáñez de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleicher
(Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein
(Universidade de Brasília)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão
(Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín
(Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz (Universidade
Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade
(Universidade Federal do Rio Grande do
Norte)

Professor Fernando Correia Prado
(Universidade Federal da Integração
Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña
(Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto
(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias
Rufino (Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala
(Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez Gálvez
(Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer
(Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento
(Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS - V. 9, Nº 1 - 2023

Aliziane Kersting - Doutoranda em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ana Carolina Caridá - Doutoranda em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

André Felipe Costa Santos - Doutorado em Educação (Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Braima da Sadjo - Mestrando em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB)

Carolina Alvim de Oliveira Freitas - Doutoranda em Habitat e Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPG FAU/USP)

Clara Nabuco da Fonseca - Mestranda em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)

Erasto Fortes Mendonça - Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Giórgia de Aquino Neiva - Doutora em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás (UFG)

João Daniel de Lima Simeão - Mestre em Educação, Programa de pós graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP / IFRN)

Marcos Virgílio da Silva - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP)

Marília Renata Felix Rodrigues - Mestranda em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/ UFPE)

Raphael de Souza Silveiras - Doutor em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Rita de Cássia Maria Neves - Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Roberto Filizola - Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Soleni Biscouto Fressato - Doutora em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA)

Thais Fonseca Cruz - Mestranda em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)

Thiago Matioli - Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP)

Vinícius Venâncio - Doutorando em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)

Zane Nascimento - Doutoranda em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/ UFRJ)

Zwanga Nyack - Doutoranda em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/ UFRJ)



SUMÁRIO



5 EDITORIAL



7 PROFISSIONAL DA SAÚDE: O ESTIGMATIZADO NO CONTEXTO DO CORONAVÍRUS



16 CONFLITOS E TRANSGRESSÕES: O PODCAST COMO FERRAMENTA DE ENSINO



29 CONFLITOS GERACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO FAZER ANTROPOLÓGICO



41 FALANDO DE RAÇA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTRUTURA, ENSINO E INSTITUIÇÃO



50 PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UFRB



57 REPENSAR O URBANO: CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL PARA O DIREITO À CIDADE



67 FEMINISMO INTERSECCIONAL: UMA CRÍTICA À BRANQUITUDE CISHETERONORMATIVA



78 COLORISMO



81 TRANSFEMINISMO



EDITORIAL

A equipe editorial da Revista Textos Graduated tem o prazer de apresentar a nossa mais nova edição, "Interseccionalidades, Feminismos e Novas Perspectivas"! O Volume 9, número 1 de 2023, conta com três resenhas e seis artigos que desenvolvem leituras diversas sobre temas pertinentes às Ciências Sociais na atualidade.

O artigo que abre essa edição é "**PROFISSIONAL DA SAÚDE: O ESTIGMATIZADO NO CONTEXTO DO CORONAVÍRUS**", de Frederico Augusto Gouvêa de Melo, Júlia Gabriela de Castro Vander, Maria Fernanda Alves Vargas e Pedro Henrique Silva de Araujo. Em meio à pandemia do Novo Coronavírus, os autores apresentam dados sobre as dificuldades e preconceitos vividos pelos profissionais de saúde no Brasil. A estigmatização em relação à transmissão do vírus, as preocupações e os preconceitos vividos por aqueles que estavam na linha de frente contra a Covid-19 estão entre as temáticas abordadas neste artigo, que busca oferecer uma perspectiva alternativa sobre a pandemia recente.

Em seguida, o artigo apresentado é "**CONFLITOS E TRANSGRESSÕES: O PODCAST COMO FERRAMENTA DE ENSINO**", escrito por Irene do Planalto Chemin. A autora analisa o processo e os desafios relacionados ao uso de podcasts como ferramentas educacionais. O estudo abrange desde a adesão dos professores e seu planejamento pedagógico, que inclui o podcast, até a aplicação da ferramenta e a avaliação dos resultados. As dificuldades encontradas pelos alunos foram categorizadas e associadas a temas como Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, educação transgressora, cultura ciborgue e capital cultural.

A edição também conta com o artigo "**CONFLITOS GERACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO FAZER ANTROPOLÓGICO**", de Tifani Isabele de Fraga Medeiros. O artigo explora as relações entre antropólogos e suas influências geracionais no processo antropológico/etnográfico em constante transformação. Também são abordadas as consequências causadas pela pandemia de Covid-19 no que tange às adaptações da área, como a aceitação de etnografias online, além de destacar a presença dos "outsiders within" como agentes dessas modificações.

O quarto artigo presente no editorial é intitulado "**FALANDO DE RAÇA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTRUTURA, ENSINO E INSTITUIÇÃO**", de Elloiza Sena Alves de Lima, Esther Krüger Silveira e Marina Panziera Alves, nos convida à reflexão sobre o racismo no Exército Brasileiro. O artigo aborda o racismo velado na instituição, discutindo sobre como esse problema não recebeu a devida atenção ao longo do tempo, sendo naturalizado durante o percurso da instituição. A análise inclui desde a formação da Força Expedicionária Brasileira até a sua constituição atual, que conta com a presença de apenas um general negro, o décimo primeiro a atuar ao longo da história do Exército. Além disso, as autoras abordam a importância dos teóricos raciais na compreensão dessa questão, questionando como a legitimação do racismo velado em uma instituição do Estado reflete a realidade na sociedade brasileira como um todo.

Em "**PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ESTUDANTES QUILOM-BOLAS DA UFRB**", Mirele Silva Santos busca compreender como os estudantes lidam com os desafios da permanência no ensino superior. A partir de uma pesquisa baseada em entrevistas semiestruturadas, na observação participante e na utilização de diários de campo, a autora destaca os pontos de maior dificuldade e, em seguida, apresenta algumas estratégias utilizadas pelos estudantes para superar as adversidades.

Por fim, no artigo "**REPENSAR O URBANO: CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL PARA O DIREITO À CIDADE**", as autoras Júlia Ferreira de Cássia, Laura Freire dos Santos, Letícia Oliveira Pena, Maria Clara Araújo dos Santos e Ruhana Luciano de França abordam as cidades como resultado do excesso de produção do capitalismo e exploram as relações entre o direito à cidade e o planejamento urbano, utilizando uma abordagem interseccional que considera gênero e raça. O artigo propõe a ideia de uma organização que permita "viver a cidade", superando a dicotomia entre público e privado e levando em conta as particularidades das mulheres marginalizadas.

As resenhas presentes nesta edição surgiram de uma colaboração entre a Editora Jandaíra e a Revista Textos Graduados, com o intuito de destacar obras concebidas por e para mulheres. O propósito é ampliar a perspectiva feminina nas narrativas, abordando histórias, o mundo e a sociedade sob essa ótica. Nesse sentido, três livros da editora receberam análises detalhadas nesta edição.

Na primeira resenha, intitulada "**FEMINISMO INTERSECCIONAL: UMA CRÍTICA À BRANQUITUDE CISHETERONORMATIVA**", Lorenzo dos Santos Konageski resume os principais temas do livro "Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais" (2021), editado por Henrique Marques Samyn e Lina Arao. O livro aborda diferentes temáticas que enriquecem o feminismo, como gênero e identidade étnico-racial, trabalho/práticas sexuais, maternidade, sexualidades e identidades de gênero, corpo e masculinidades. A variedade de temas contribui para a compreensão do feminismo interseccional.

A resenha "**COLORISMO**", da autora Hellen Rodrigues Batista, tem como objetivo destacar as principais contribuições do livro "Colorismo" (2021) da jurista Alessandra Devulsky. A obra aborda a interseção entre o fenômeno do colorismo e as opressões de raça, classe e gênero. A resenha busca elucidar a abordagem da autora, conectando seu trabalho com outras obras renomadas para proporcionar uma exposição mais embasada do tema central do livro.

Na última leitura de nossa edição, a resenha "**TRANSFEMINISMO**", a autora Diana Maciel Dias busca contribuir com o objetivo inicial da obra "Transfeminismo" (2021) da pedagoga Letícia Nascimento. A resenha apresenta a obra de Nascimento e, ao mesmo tempo, reforça a contribuição do livro para a popularização do debate feminista e para a diversificação das vozes no próprio movimento.



PROFISSIONAL DA SAÚDE: O ESTIGMATIZADO NO CONTEXTO DO CORONAVÍRUS

HEALTH PROFESSIONAL: THE STIGMATIZED IN THE CONTEXT OF THE CORONAVIRUS

Resumo

Este artigo refere-se às pesquisas baseadas em dados secundários a respeito das dificuldades e preconceitos vividos diariamente pelos profissionais da saúde no contexto atual do Brasil, devido à nova realidade evidenciada, o coronavírus. Nesse sentido, esses especialistas sofrem com a estigmatização acerca do trabalho exercido nos hospitais e postos de saúde, uma vez que os cidadãos possuem um parecer de que eles poderiam transmitir o vírus no âmbito social, e, desse modo, são vistos com olhares de julgamento e medo pelas pessoas em locais públicos. O texto em questão trata sobre esse cenário, ao proporcionar uma reflexão em que devemos nos atentar à veracidade dos fatos, e não ao julgamento dos indivíduos que se encontram na linha de frente contra a Covid-19.

Palavras-chave: Coronavírus; Estigmatização; Profissional da saúde; Pandemia.

Abstract

This article refers to research based on secondary data regarding difficulties and prejudices experienced daily by health professionals in the current context of Brazil, due to the new reality evidenced, the coronavirus. In that sense, these specialists suffer from the stigmatization of the work carried out in hospitals and health centers, once that citizens have the opinion that they can take viruses to the social environment and, therefore, are seen with looks of judgment and fear by people in public places. The text in question deals with this scenario, providing a reflection in which we must be attentive to the veracity of the facts, and not to the judgment of the people who are on the front line against Covid-19.

Keywords: Coronavirus; Stigmatization; Health professional; Pandemic.

* Frederico Augusto Gouvêa de Melo
** Júlia Gabriela de Castro Vander
*** Maria Fernanda Alves Vargas
**** Pedro Henrique Silva de Araujo

Recebido em: 11/06/2021
Aceito em: 29/10/2021

1. Introdução

O artigo em questão ocupa-se nos problemas relacionados à saúde e condição estigmatizada de profissionais que lidam com as adversidades do coronavírus. Todavia, é preciso evidenciar que este projeto é um resultado fundamentado a partir de pesquisas e inquirições de peritos dos portais de comunicação e conhecimento que foram dispostos para desenvolver esse texto. Logo, a par de esclarecer sobre a integridade e concepção do texto, é necessário delinear que o trabalho empregou dados secundários para sua formação.

Sob a ótica de Erving Goffman, em seu trabalho *Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada* (1891), o autor procura entender as interpretações a respeito de estigmas sociais que indivíduos são apontados. O fato central por ele analisado é a capacidade do efeito descrédito que uma pessoa estigmatizada é vítima. Os atributos que são postos a uma pessoa ou grupo social, feitos e colocados por outro grupo social, são de caráter corrosivo e depreciativo, ou seja, são compreendidos como uma marcação que o estigmatizado carrega, e que não condiz com os padrões estabelecidos. Logo, o indivíduo que poderia levar uma vida normal, no âmbito da sociedade em que está inserido, é atrelado a determinada característica distintiva, que o exclui. Esse traço depreciativo impera na maneira como as pessoas reconhecem e percebem o estigmatizado; assim sendo, o estereótipo é um atributo, um significado socialmente construído que corrobora nesse caráter distintivo do indivíduo. Para que esse mecanismo de atributos depreciativos vigore, o meio social é agente no processo de exclusão.

Como justificção para tal fato, há um processo de construção racional sob tal diferença, isto é, a sociedade – ao categorizar, apontar as características de determinados indivíduos e grupos que fogem das convenções padronizadas –, justifica que tal diferença é inadaptada à realidade tradicionalmente vigente e aceita, e, assim, é estigmatizada. Por tal fato, o estigma e o estereótipo são condições que promovem a redução do indivíduo na sociedade na qual está inserido; o apontamento do estigmatizado é garantido e concebido ao favorecer esse esquema de subjugação.

2. O medo assolando a sociedade devido ao novo coronavírus

Hodiernamente, os diversos efeitos provocados pela pandemia do Sars-CoV-2, como o medo do contágio, o isolamento social, as construções incertas e falsificadas a respeito da doença fomentam uma esfera de constante dúvida e receio. O medo afeta toda a sociedade nesse período de intensa expansão do vírus e, atado a isso, o estigma surge quando ocorre a projeção de tal medo sob um indivíduo que se torne representante de tal receio, aquele que é considerado como se estivesse praticamente em contato com o vírus: o profissional da saúde.

Em vista disso, é necessário, inicialmente, uma contextualização do que é o recém descoberto coronavírus e como ele interfere na sociedade. Dessa forma, tendo como base as informações oferecidas pelo site do Ministério da Saúde, "coronavírus" é o nome de uma família de vírus na qual o SARS-CoV-2, que inicialmente obteve o nome de 2019n-CoV, pertence, sendo a sétima variação conhecida a infectar seres humanos. Ele é classificado como um vírus que causa uma infecção respiratória aguda de alta transmissão e distribuição global. Destarte, foi identificado em dezembro de 2019, na China, mais precisamente em Wuhan, cidade da província de Hubei.

Assim que ocorreu a descoberta do vírus, ele se difundiu de uma maneira muito rápida pelo mundo, sendo identificado no Brasil no final de fevereiro de 2020 e, em março, foi registrada a primeira morte pela doença. Além da questão da enfermidade em si, a jornalista Simone Kafruni, em uma reportagem publicada em 20 de abril de 2020 para o *Correio Braziliense*, alerta sobre a intervenção do vírus na sociedade em vários âmbitos, ao mostrar suas fragilidades, ampliando os problemas já presentes, tais como a insuficiência do sistema de saúde; a falta de saneamento básico para uma porção relevante da população; a deficiência de higiene básica apresentada por inúmeras moradias indignas, que afetam principalmente as comunidades periféricas, dentre outros problemas. Esses apontamentos revelam não só a inapropriada administração do Estado, que é anterior ao surgimento do vírus, mas também a péssima gestão do governo brasileiro em relação à pandemia, que, desde o início, ignorou os fatos da doença no país, além de tratar com descuido e descompromisso, obtendo, como resultado, milhares de vidas perdidas, de forma exponencial.

3. A corrida contra o tempo para salvar vidas

De modo conjunto ao crescente número de casos no mundo, ocorreu a elaboração da vacina tanto por instituições privadas, como por públicas, resultando em sua aprovação após meses de testes pelos sistemas de saúde, e, em seguida, sua aplicação na população. De acordo com um levantamento realizado por um consórcio de veículos de imprensa que a agência de notícias UOL faz parte, no início de abril de 2021, não chegou a 15% o percentual de pessoas vacinadas ao menos em uma dose no território brasileiro, sendo esses dados fornecidos pelas secretarias estaduais de saúde, publicado em 12 de abril de 2021 na página.

Consoante ao exposto, o Brasil é um país com alto potencial tecnológico, mas que enfrentou desafios de maneira mais severa que outros países pelos poucos meios disponíveis para preservar esse potencial, como também os recorrentes ataques à ciência devido à desinformação, como salienta Brizola (2020), doutora em Estudos Históricos da Ciência, Medicina e Comunicação Científica. De tal modo, reter uma pandemia sem verbas para a saúde pública, ciência, e com a falta de pessoas que detenham conhecimento histórico, sociológico e antropológico nos altos cargos do Estado, se torna improvável um melhor desempenho no combate à Covid-19.

Outrora, o Brasil liderava, juntamente com a China, nos estudos de cobertura de vacinas à população. Em 2017, as informações do Instituto de Métricas e Avaliação de Saúde (IHME), pertencente à Universidade de Washington, ressaltavam o avanço, em números e avaliações de saúde, de doses aplicadas e da erradicação de doenças e mortes devido ao expoente e democrático sistema de vacinação nacional, impulsionado e fortalecido a partir do final dos anos 80. Em contraste com os fatos atuais, um empecilho apresentado acerca desse cenário no país é a relação de pessoas que possuem medo de se vacinarem, seja pelo fator relacionado à questão do imunizante ser da China, atrelado à sinofobia¹, ou por acreditar nas *fake news* que são espalhadas nas redes sociais, com conteúdos que colocam a vacina como perigosa ou mortal. Nesse viés, de acordo com o jornalista Thiago Zacarias Amâncio, em uma reportagem publicada no dia 12 de dezembro de 2020, na Folha de São Paulo, cresce a parcela que não quer se vacinar contra a doença, mesmo com a vacina já sendo aplicada em diversos países. Esse empecilho pode ser visto como um atraso para refrear a pandemia, como afirma o epidemiologista Paulo Lotufo, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, salientando a extrema importância que grande parte da população receba o fármaco para reduzir os desastres da doença. Logo, mesmo que a vacina não funcione para determinado indivíduo, visto que ela não possui 100% de eficácia, se ele estiver ao redor de pessoas vacinadas, ele se encontra protegido, sendo válido também para as pessoas que não podem ser vacinadas ainda por não participarem dos estudos dos imunizantes. Então, essas seriam dependentes diretas da imunidade de rebanho, ou melhor dizendo, da imunização da população em massa.

Outro fator preponderante para a crise sanitária e econômica do país foi a maneira pela qual a gravidade da situação foi normalizada e negligenciada. A decisão de não exercer políticas públicas mais severas que pudesse controlar o tráfego de pessoas nas grandes e pequenas cidades como o *lockdown* adotado em diversos países e com resultados significativos, assim como a falta e muitas vezes a omissão de informações – fato que mais adiante foi sanado com a junção de diversos veículos de comunicação que formaram um Consórcio de Veículos de Imprensa (CVI) – para enfatizar os riscos à população, influenciaram diretamente em aglomerações e no descaso de simples ações que poderiam minimizar a infecção de uma grande parcela da população. Em meio a tudo isso, a situação expôs a todos um Brasil polarizado em meio a um caos epidemiológico, uma política que, há um ano de uma nova disputa presidencial, tem seus feitos realizados a partir de aspectos ideológicos e da grande população, que se vê vítima do abandono, da desinformação, de políticas públicas e do apoio de seus governantes. Um triste exemplo a ser citado foi o da servidora pública Vera Lúcia Pereira: em março de 2020, o que era para ser uma pequena festa de seu aniversário de 60 anos, acabou em tragédia após metade das 28 pessoas se infectarem e 3 acabarem indo a óbito, sendo eles seu marido e dois cunhados, como detalhado na reportagem escrita por Vinícius Lemos, em 22 de março de 2021, veiculado pela BBC Brasil.

¹ Aversão à China e aos chineses. Sentimento antichinês – contra a China, seu povo e sua cultura. Cresceu devido ao estigma do “vírus chinês”.

4. Dificuldades enfrentadas por aqueles que estão na linha de frente do combate à Covid-19

Em meio a toda problemática social e do sistema de saúde, os profissionais que estão na linha de frente sofrem não só de um esgotamento mental e físico, após um ano de pandemia, mas também de uma estigmatização que se fez presente desde o início da pandemia. Seguindo essa premissa, os especialistas na área da saúde estão com risco aumentado de contrair qualquer doença que seja transmissível, uma vez que é a natureza desse ambiente de trabalho. Nesse aspecto, se inclui a Covid-19, na qual esses profissionais ficam um longo período de exposição. Dessa maneira, médicos e enfermeiros vêm enfrentando um estigma por trabalhar com o tratamento dessas pessoas doentes, sendo importante salientar que, mesmo os servidores dessa área que não possuem contato direto com os contaminados pelo coronavírus, passaram a ser hostilizados em suas comunidades ou quando utilizam o transporte público, por exemplo.

Segundo o artigo Estigmatização de profissionais de saúde, a atual conjuntura na pandemia contribui para a composição de estigmas sociais. Peuker e Modesto (2020) ressaltam as dificuldades enfrentadas por esses profissionais, como por exemplo os motoristas de aplicativos que não atendem as chamadas vindas dos hospitais; a dificuldade de utilizarem transporte público devido aos olhares de medo e aflição das pessoas; no prédio onde moram são requisitados a não usarem os elevadores, além do distanciamento social optado pelas famílias, que os excluem. Outrossim, é visto certa dualidade entre visões sobre esses profissionais, uma vez que antes da pandemia, trabalhar em hospitais era algo valorizado e superestimado no âmbito social, porém “[...] depois da pandemia a estigmatização trouxe preocupações pessoais além daquelas trazidas pelas mudanças na rotina produzida pela pandemia”. (PEUKER; MODESTO, 2020, p. 2).

Paralelamente, infere-se que esse estigma afeta a saúde emocional ou mental desses profissionais. Nesse viés, esses fatores, juntamente com a demanda desses especialistas de terem que cuidar de seus companheiros de profissão, e vê-los, em algumas circunstâncias, se tornarem pacientes, aumentam o estresse de trabalhar durante um surto que obteve rápida evolução em um pequeno espaço de tempo, cabendo ressaltar que a doença pode causar ansiedade e provocar uma mobilização em massa na população.

A continuidade da pandemia no mundo e os expoentes quadros de casos no Brasil facilitaram a destabilização psíquico-física dos profissionais de saúde em um ano de mortes, contágios e isolamentos devido a um só fator, o coronavírus, e em pouquíssimo tempo. É fato que o cenário da Covid-19 nos hospitais e nas unidades de saúde consumiram os trabalhadores devido ao esgotamento, estresse, depressão, ansiedade, e outras enfermidades, ao refletir a persistência de oscilações de números que sobem e caem em uma incansável reincidência. Em virtude do acúmulo de condições físicas e mentais degradantes, profissionais na linha de frente sofrem com o esgotamento de suas faculdades e capacitância no trabalho. Dessa maneira, o cansaço e o desânimo resultam como novos embates, já em situações árduas.

De certo, o caso é terrivelmente agravado a partir da indisposição de buscar ajuda e desgaste do profissional de saúde, aquele que serve e opera com assistência. Médicos, técnicos e enfermeiros, assim como outros profissionais, por estarem nesse meio hospitalar de medicamentos e tratamentos, optam por se automedicarem, seja por estresse ou pelos sintomas da Covid-19. Ademais, ignoram o cansaço e o mal-estar, ao se tornarem comuns em suas vidas, e acabam por viver no limite, à beira de colapsos e problemas persistentes, que são acumulados.

Relatado em agosto de 2020 na revista Pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo jornalista Carlos Henrique Fioravanti, a maioria dos profissionais da saúde entrevistados não foram contemplados com auxílio psicológico nas instituições que prestam serviço. A Profa. Dra. Maria do Perpétuo Nóbrega, responsável pela pesquisa, observou ainda que, após o início da pandemia, os profissionais constataram significantes sintomas de depressão e ansiedade, entre outras mazelas, e que a busca por ajuda relativa a essas questões foram poucas, em comparação ao grande aumento dos distúrbios emocionais e psicológicos. Desse modo, a sobrecarga e o esgotamento físico e mental resultam em reflexos próprios da desordem e das adversidades que o sistema de saúde enfrenta constantemente no país.

O desgaste não fica apenas restringido ao local de trabalho, mas é levado para o ambiente doméstico. É em casa, lugar que deveria ser sinônimo de descanso e de recarga, onde o medo de contaminação a familiares e a ressonância das preocupações do trabalho são persistentes

e agravadas, sendo assim, os traumas são ampliados. Por certo, o isolamento, por condições de trabalho na linha de frente, estende os problemas de um profissional em sua vida cotidiana. Os atos e as formas de sociabilidades são cessados com seus entes mais próximos, o que favorece a exclusão e repressão desses indivíduos. Com efeito, atividades de lazer são ignoradas ao passo que desenvolvem quadros depressivos, reduzindo, assim, a qualidade de vida daqueles que estão no auxílio à vida. Tal fato, intensificado pelos tempos de pandemia, é ainda um problema análogo ao estigma nos profissionais de saúde, por se materializar como mais impasses a serem superados por técnicos, enfermeiros, médicos e auxiliares do ofício da saúde.

Ademais, atrelado a esse estigma sofrido pelos trabalhadores na área da saúde, como evidenciado anteriormente, se encontra a sinofobia, devido ao fato de serem localizados os primeiros casos de Covid-19 na China. Esses podem sofrer rejeição, negação de cuidados de saúde, moradia, emprego, educação e violência física, visto que tais elementos se associam ao estigma externo, quando esses indivíduos são vistos como um risco para o ser humano, locais ou algo específico, sem haver comprovações de que esses grupos possam trazer de fato riscos para a sociedade.

Destarte, coibir esses estigmas se torna fulcral para tornar os membros das comunidades mais resistentes e menos vulneráveis. As alternativas apontadas podem ser os cidadãos se manterem atentos às informações acessadas e compartilhadas, da maneira que não se reproduza esses estereótipos; visando a não reprodução do estigma em momentos de atendimento à profissionais da saúde, conhecer mais sobre o coronavírus, no intuito de aumentar a informação e conscientização, na intenção de saber manejar os medos e a ansiedade.

Nessa perspectiva, segundo pesquisas realizadas pelo jornalista Filipe Leonel Vargas da ENSP e publicadas no site da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 22 de março de 2021, 43,2% dos profissionais relataram não se sentirem protegidos em seu ambiente de trabalho, seja pela falta de equipamentos, pelo medo de se contaminar, despreparo técnico ou pela insensibilidade dos gestores. O distanciamento social também se mostra prejudicial ao bem-estar psicológico dessas pessoas, que para proteger seus familiares, optam por deixar de lado hábitos que os expõem a riscos, como é o caso relatado pela Agência de Minas Gerais e noticiado no Portal FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas)²:

“Covid, covid, covid!”, grita a enfermeira Adileia Pereira de Jesus, a Didi, de 52 anos, quando o neto de 7 anos corre para abraçar a vó que chega de mais um plantão no Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte. O menino sente saudade do hábito carinhoso que tinha antes da pandemia da Covid-19, quando os abraços não representavam um risco à saúde pública.

No intuito de saber mais sobre esse estigma sob a perspectiva da vítima, ocorreu a elaboração de um trabalho de campo – realizado de forma remota –, que teve como objetivo entrevistar algum profissional da área da saúde que esteja trabalhando na linha de frente da Covid-19 e que possivelmente tenha sentido tais comportamentos em seu convívio social. O entrevistado - entrevista essa realizada pelo *Google Meet*, em abril de 2021 - foi Jefferson Marques³, técnico em enfermagem no Hospital Bom Jesus, em Congonhas (MG). No decorrer da entrevista, Jefferson afirmou ter passado diversas vezes por situações em que se sentiu estigmatizado, citou que esse assunto já foi discutido entre seus companheiros de profissão, que também se sentem tratados de uma forma isolada do restante da sociedade; ele relata, por exemplo, o receio de as pessoas se sentarem próximas a ele no ponto de ônibus, ou um afastamento em seu ciclo social, dentre outros exemplos.

No final, ele se mostrou um tanto incomodado com a situação, uma vez que os profissionais da saúde na linha de frente do tratamento da Covid-19 são treinados constantemente. Jefferson ainda diz que as pessoas ignoram muitas outras situações, que são mais simples, como a utilização de máscara e álcool gel constantemente, manter a higiene e o distanciamento adequado, desta forma, evitando aglomerações.

É evidente que situações de aflição, raiva, angústia e medo fazem o ser humano agir de forma inconsciente e involuntária, muita das vezes até mesmo primitiva, pois o instinto de sobrevivência fala mais alto, e nos afastamos do que tememos. Dessa forma, cria-se uma falsa sensação de que os profissionais, enquanto agentes diretos da saúde, têm mais facilidade em contrair e proliferar o vírus na sociedade, porém seu treinamento exaustivo e cauteloso é passado e repassado diariamente, para que tais fatos não ocorram. Isto posto, os médicos, enfermeiros

² Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/noticias/280-mulheres-na-linha-de-frente-profissionais-da-saude-enfrentam-plan-toes-de-ate-24h-na-luta-contra-a-covid-19>. Acesso em: 28 nov. 2021.

³ Entrevista concedida por Jefferson Cláudio Marques Silva, 29 anos, técnico em enfermagem e agente da saúde na linha de frente da Covid-19, realizada em abril de 2021.

e trabalhadores indiretos das áreas da saúde são estigmatizados simplesmente por estarem ao redor do problema central, e as verdadeiras causas da proliferação do vírus – transportes públicos superlotados, festas clandestinas, higiene precária, falta de investimentos nos agentes desenvolvedores dos antígenos – são inibidas, por esse medo que rodeia e se locomove tão rápido quanto uma *fake news* em uma rede social.

É fato que os problemas de saúde, impulsionados e escancarados pela pandemia, associados ainda com as questões negacionistas, movimentam e facilitam a difusão de mazelas e desigualdades na sociedade brasileira. Com o incansável aumento dos números de casos, o profissional da saúde enfrenta exigências que vão além do cuidado de indivíduos que seu cargo demanda, isto é, são aqueles rostos vistos nos primeiros cuidados de um recém internado, e também os últimos; servem como pontes, ao auxiliar na comunicação de infectados e parentes; representam resultado do menosprezo à preservação da vida, ao passo que inúmeros depoimentos de agentes na linha de frente relatam as negligências da população, cujas consequências são o aumento consecutivo dos casos. A contaminação expôs a todos da sociedade. Os profissionais da saúde sofrem essa contaminação por duas vias, como indivíduo na sociedade e em seu posto de trabalho, onde o vírus é mais nitidamente percebido. Contudo, o medo de ocupar uma vaga de leito é sempre contínuo e único.

Os questionamentos da ciência prorrogaram a perpetuação de eterno cansaço desses profissionais. A abominação pela razão científica e os diversos descasos com o uso de práticas eficazes, promovem uma atmosfera de anulação do trabalhador de saúde, seja por políticas negacionistas ou desrespeito às normas sanitárias. Tal fato é agravado – e, assim, reproduzido – pelas decisões e pela má gestão sanitária do Poder Executivo Federal, ao alimentar condutas anticientíficas, que ignoram o exercício de trabalhadores na linha de frente.

Tendo em vista todos os sacrifícios feitos por quem dedica a vida para cuidar de outras pessoas, o estigma de estar próximo ao vírus deve ser deixado de lado e o sentimento de gratidão deve se sobressair em relação aos multiprofissionais da saúde, que estão diariamente nos hospitais trabalhando no combate da doença. Dessarte, projetos como o Cuidar de quem cuida, coordenado pela Prof. Dra. Karla Rona da Silva e que conta com o Departamento da Escola de Enfermagem da UFMG, estão enviando mensagens solidárias e de incentivo, com a finalidade de amenizar os efeitos de medo e fadiga provocados pelas dificuldades enfrentadas nos hospitais e pelas longas horas de trabalho.

5. Conclusão

Como resultado, os efeitos da pandemia de Covid-19, apesar de promover o distanciamento social, corrobora na percepção de coerções sociais, em diversas áreas da sociedade. Com efeito, o estigma nos profissionais de saúde contempla as relações sociais na contemporaneidade somada ainda com as decorrências que o coronavírus vem gerando no mundo. Logo, fica nítido a noção da construção do efeito descrédito que uma pessoa pode receber ao simbolizar um motivo de marginalização, encolhimento. A exclusão com profissionais na linha de frente salienta as marcas de ignorância que a sociedade opta ao promover tal afastamento pelo processo de estigmatização. As engrenagens desse sistema são repetitivas e asseguradas pelos processos de cismas e estereótipos, que favorecem a permanência de uma ordem segregadora e autoritária. O medo e a depreciação que circula na atmosfera dos inúmeros auxiliares, médicos, enfermeiros e ajudantes na linha de frente, convertem o ato de prestar serviço à vida e saúde em mácula.

Ainda mais, junto ao exposto, é importante discorrer sobre o papel do Estado nesse processo pandêmico, que já se encontrava em uma sociedade doente e carente dos seus direitos básicos, pela falta de compromisso com os cidadãos. Viver em uma epidemia sem investimentos na ciência, saúde pública, ignorando a importância dos conhecimentos históricos, sociológicos e antropológicos, não traz melhorias, e sim acentua uma piora, ainda mais quando o lucro é colocado em primeiro lugar, e não o ser humano. Portanto, com os conhecimentos da história e ciência, sabe-se que diversos vírus já estiveram presentes no meio social, e com o despreparo e, dentre os outros empecilhos citados, colocam a vida de toda população mundial em risco, ou seja, ainda vivemos em um mundo desinformado e excludente, com a possibilidade de serem enfrentadas novas epidemias e pandemias mundiais.

Em virtude disso, na conjuntura social vigente, vivemos uma era cibernética com o negacionismo e as *fake news* amplamente difusas, com efeito de uma população com diversos obstáculos para seguir as notícias verdadeiras, por vez que são alienadas e manipuladas por fontes enganosas, que possuem como objetivo ir ao contrário do caminho democrático, sendo democracia sinônimo do bem estar populacional, visando qualidade de vida e saúde para todos. Em síntese, a insuficiência intelectual também é um grande fator prejudicial, com analogia a esse empecilho citado, por consequência da falta de investimento na educação no país, deixando as pessoas reféns de notícias inverídicas, na qual são facilmente manipuladas. Por certo, para o cidadão brasileiro atingir a condição de plenitude da essência, ele necessita do apoio do Estado com o acesso à educação básica de qualidade, em especial os membros de classes sociais mais desfavorecidas.

Face a isso, no contexto da contemporaneidade, enfrentamos uma gestão política com presença do negacionismo no poder, na qual o ceticismo causa um embate com a ciência e a democracia. Em conformidade, se observa políticos que consideram como mentira as pesquisas, com certa descrença ao conhecimento científico. Cita-se como exemplo o fenômeno da pós-verdade⁴, que se deve ao momento de criar uma opinião pública, os fatos objetivos possuem menos influência que as crenças pessoais. Tal empecilho acarreta nessa manipulação populacional em massa, atado à insuficiência intelectual, que acarreta na estigmatização de pessoas no âmbito social, como é discorrido ao longo do artigo.

Enfim, para que seja possível se encontrar uma realidade diferente da evidenciada, é necessário começar da base, para se ver as mudanças, em que haja uma conexão com a ciência e a sociedade. Acreditar na eficácia das vacinas; pesquisar sobre antes de opinar; se manter em atenção a todas as informações compartilhadas para não reproduzir estereótipos; dar mais atenção aos fatos objetivos do que às crenças pessoais; ter cautela quanto às informações que possuem acesso e for compartilhar, para não reproduzir preconceitos; são ações que podem auxiliar para mudar essa realidade demonstrada. Consoante exposto, a falta de contato com auxiliares do ofício da saúde na sociedade não é eficaz para impedir a contaminação pelo vírus, em que a verdadeira eficácia se encontra na prática do distanciamento social, higienizar as mãos e objetos, bem como a utilização dos equipamentos de proteção individuais, tal qual a máscara e o *face shield*.

6. Notas

*Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Email: fredericog1999@gmail.com

**Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
E-mail: juliagcvander@gmail.com

***Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
E-mail: mariafernandaaav07@gmail.com

****Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
E-mail: hsilva.pedrohe@gmail.com

7. Referências

A devastação na saúde mental de profissionais de saúde na pandemia de coronavírus: 'Um viu 8 morrerem no mesmo dia'. **BBC News Brasil**, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55721499>. Acesso em: 31 mai. 2021.

AMÂNCIO, Thiago. **Cresce parcela que não quer se vacinar contra Covid-19, e maioria descarta imunizante da China**. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/cresce-parcela-que-nao-quer-se-vacinar-contr-a-covid-19-e-maioria-descarta-imunizante-da-china.shtml>. Acesso em: 26 mai. 2021.

⁴ Pós-verdade foi eleita a palavra do ano, no ano de 2016, pelo dicionário "Oxford", devido a realidade de que na atualidade os fatos objetivos são ignorados na argumentação, sendo tempos em que a verdade foi substituída pela opinião pessoal. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL atinge 23,8 milhões de vacinados contra covid, 11,26% da população. **UOL Notícias**, São Paulo, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/realizacao/2021/04/12/vacinacao-covid-19-coronavirus-12-de-abril.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL é um dos países com maior cobertura de vacinação, mostra relatório. **Agência Brasil**, Lisboa, 15 set. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/brasil-e-um-dos-paises-com-maior-cobertura-de-vacinacao>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRIZOLA, Jaqueline. **Da varíola ao coronavírus**. Exclusão, ignorância e estigma social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) | UFRGS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/da-variola-ao-coronavirus-exclusao-ignorancia-e-estigma-social>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CANSAÇO físico e mental atinge profissionais da saúde em combate à Covid-19 em Porto Alegre. **Correio do Povo**, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/cansa%C3%A7o-f%C3%ADsico-e-mental-atinge-profissionais-da-sa%C3%BAde-em-combate-%C3%A0-covid-19-em-porto-alegre-1.542575>. Acesso em 18 abr. 2021.

COVID-19: USP aponta que 38% dos profissionais de saúde têm sobrecarga mental na pandemia. **G1**, São Paulo, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/06/15/covid-19-usp-aponta-que-38percent-dos-profissionais-de-saude-tem-sobrecarga-mental-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2021.

CUNHA, Carolina. **Por que 'pós-verdade' foi a palavra do ano e o que ela diz sobre 2016?** UOL Notícias, São Paulo, 31 dez. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/31/por-que-pos-verdade-foi-a-palavra-do-ano-eo-que-ela-diz-sobre-2016.htm>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DESIGUALDADE que envergonha: crise da Covid-19 ampliará problemas sociais. **Correio Braziliense**. Brasília, 20 abr. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia.846332/desigualdade-que-envergonha-crise-da-covid-19-ampliara-problemas-soci.shtml. Acesso em: 15 abr. 2021.

EQUIPES da saúde sob estresse emocional. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ago. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/equip-es-da-saude-sob-estresse-emocional/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

LEMOS, Vinícius. **'Indignada' com aglomerações: o desabafo de brasileira que perdeu 3 parentes após festa de aniversário há um ano**. BBC News Brasil, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56454008>. Acesso em: 09 jun. 2021.

LEONEL, Filipe. **Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MULHERES na linha de frente: profissionais da Saúde enfrentam plantões de até 24h na luta contra a covid-19. **FHEMIG**, Minas Gerais, 08 mar. 2021. Disponível em: <http://www.fhemig.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticias-sala-imprensa/2033-mulheres-na-linha-de-frente-profissionais-da-saude-enfrentam-plantoes-de-ate-24h-na-luta-contra-a-covid-19>. Acesso em: 18 abr. 2021.

“NÃO estou mais preparada para ver tanta gente morrer”: a exaustão nas equipes de saúde na pandemia. **El País**, São Paulo, 04 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-04/nao-estou-mais-preparada-para-ver-tanta-gente-morrer-a-exaustao-nas-equip-es-de-saude-na-pandemia.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

OS custos sociais de uma pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=307497>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PESADELLOS, 250 dias sem folgas, crises de choro: o esgotamento dos profissionais das UTIs para pacientes com covid-10. **GZH SAÚDE**, 05 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh>.

clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/pesadelos-250-dias-sem-folgas-cries-de-choro-o-esgotamento-dos-profissionais-das-utis-para-pacientes-com-covid-19-ckiao5t8u006o017w-iif1d63f.html. Acesso em: 18 abr. 2021.

PEUKER, Ana Carolina. MODESTO, João Gabriel. **Estigmatização de profissionais de saúde**. Grupo de trabalho de enfrentamento da Pandemia. SBP COVID-19, Ribeirão Preto, São Paulo, v.1, p.4, 2020. Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/2020/03/grupo-de-trabalho-gt-de-enfrentamento-da-pandemia-sbp-covid-19>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PROFISSIONAIS da linha de frente do combate à covid-19 recebem mensagens de apoio e gratidão. **Faculdade de Medicina - UFMG**, Minas Gerais, 06 abr. 2021. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/profissionais-da-linha-de-frente-do-combate-a-covid-19-recebem-mensagens-de-apoio-e-gratidao/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SOBRE a doença. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 abr. 2021.



CONFLITOS E TRANSGRESSÕES: PODCAST COMO FERRAMENTA DE ENSINO

CONFLICTOS Y TRANSGRESIONES: PODCAST COMO HERRAMIENTA DE ENSEÑANZA

Resumo

O artigo analisa as dificuldades de aprendizagem com *podcast*, a partir do relato de 158 estudantes de graduação de diversos cursos que participaram de experimentações do Mundaréu, um *podcast* de Antropologia, no semestre letivo remoto de 2020, na Universidade de Brasília. O experimento foi desde a adesão de professores, o planejamento pedagógico com a ferramenta, a aplicação e avaliação desses procedimentos. As dificuldades foram categorizadas e relacionadas às discussões sobre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, em especial *podcasts*, educação transgressora, cultura ciborgue e capital cultural. *Podcasts* com histórias e situações práticas de campo evidenciaram-se conteúdos adequados para o ensino de Antropologia. Constatou-se que a duração dos episódios, a combinação de diferentes mídias, os ambientes de estudo, assim como a formação em informática das docentes, são fatores relevantes na produção e aprendizagem com *podcasts*.

Palavras-chave: *Podcast*; Aprendizagem; Tecnologias digitais da informação e comunicação; Antropologia.

Resumen

El artículo analiza las dificultades de aprendizaje con podcast, a partir de informes de 158 estudiantes de pregrado de diversos cursos que participaron en experimentaciones de Mundaréu, un podcast de Antropología, durante el semestre lectivo remoto de 2020 en la Universidad de Brasília. El experimento fué desde la adhesión de profesores, la planificación pedagógica con la herramienta, la aplicación y evaluación de estos procedimientos. Las dificultades fueron categorizadas y relacionadas con discusiones sobre Tecnologías Digitales de la Información y la Comunicación, especialmente podcasts, educación transgresora, cultura ciborgue y capital cultural. Podcasts con historias y situaciones prácticas de campo demostraron ser contenidos adecuados para la enseñanza de la Antropología. Se constató que la duración de los episodios, la combinación de diferentes medios, los ambientes de estudio, así como la formación en informática de las docentes, son factores relevantes en la producción y aprendizaje con podcasts.

Palabras-clave: *Podcast*; Aprendizaje; Tecnologías digitales de la información y comunicación; Antropología.

*Irene do Planalto Chemin

Recebido em: 16/08/2021

Aceito em: 19/11/2021

1. Caminhos do ouvir

Quando entrei na graduação em Ciências Sociais na UnB, lá em 2017, no primeiro dia de aula, a primeira coisa que ganhei ao entrar na sala foi um papel, com título de “Ementa da disciplina”. Ementa, palavra estranha para mim na época, esse documento escrito descrevia o objetivo da disciplina. O subtítulo seguinte, “Plano de aula”, listava todo o conteúdo que consumiríamos ao longo do semestre, e também o que iríamos ter de produzir. E tinham muitos textos, muitos. E na outra disciplina, mais uma ementa, e mais uma... e assim fui fazendo meu curso, de texto em texto, disciplina em disciplina, semestre em semestre.

Lembro-me que nos meus primeiros semestres, eu ia de carro pra UnB, e da minha casa até lá levo cerca de 40 minutos. E eu pensava sempre como seria prático poder dirigir lendo, mas como isso é impossível, seria prático dirigir ouvindo o que eu precisava saber para próxima aula. Mas eu estava totalmente alheia ao universo de *audiobooks*, audio-narrações de textos ou *podcasts*, então eu ia escutando uma boa música mesmo.

Mas o meu contato real com os *podcasts*, só aconteceu no fim de 2019, cerca de dois anos depois de eu ter entrado na graduação. Por indicação de uma grande amiga, conheci o Mundaréu¹, o primeiro *podcast* que ouvi, com histórias de pesquisa contadas por antropólogas e suas interlocutoras, com a finalidade de apresentar a Antropologia para um público amplo. O meu interesse era acessar mais a prática antropológica e conhecer o projeto, que estava abrindo vagas para bolsistas. Naquela época eu ouvi o segundo episódio do Mundaréu, “Quando samsara é nirvana e nirvana é samsara” e logo já criei minha playlist de *podcs*, como chamo, onde vou acumulando os episódios de meu interesse conforme vão sendo publicados.

Eu acabei sendo selecionada para uma das bolsas da equipe do Mundaréu. E participar da produção deste *podcast* foi, sem dúvida, fundamental para melhorar meu aprofundamento no conteúdo de áudio: primeiro pelo fato de o Mundaréu ser sobre Antropologia, proporcionando conhecer mais possibilidades de pesquisa e situações práticas de trabalho, e segundo, pelo viés pedagógico que acompanhou as atividades da nossa equipe, que detalharei logo mais. Ouvir por trás das coxias - no caso, ouvir as gravações na íntegra, produzir novos episódios, levar os programas para as salas de aula ou mesmo trocar com amigas - são movimentos e difusões que nos fazem entrar numa conversa atemporal (ASSIS, 2011: 92) através dos ‘*podcs*’. Eu ouço um pouco de tudo, mas também seleciono muita coisa que serve para mim como forma de pesquisa.

Mas e para outras pessoas? Como conheceram o universo dos *podcasts*, também chamado de podosfera? Como foram os primeiros contatos, de que maneiras as pessoas vêm introduzindo *podcasts* em suas vidas? Essas são algumas perguntas que procurarei responder neste artigo. Parti de minha experiência, mas quero chegar às de outras pessoas, outras ouvintes. Embora eu tenha adotado o hábito de ouvir *podcasts* em meu cotidiano e que eu seja uma entusiasta com essa mídia em áudio, noto que este não é um padrão tão difundido. Por isso me proponho a analisar justamente os desafios e dificuldades em aprender com o material de áudio.

Em 2019, o Centro de Educação a Distância da UnB (CEAD/UnB) lançou o “Programa A3M, Aprendizado para o Terceiro Milênio” e ofereceu bolsas para equipes com projetos pedagógicos inovadores. A equipe do Mundaréu recebeu três bolsas. No primeiro semestre letivo de 2020, integralmente realizado de modo remoto por conta da pandemia do COVID-19, o Mundaréu convidou professoras de Antropologia para introduzirem o *podcast* como um recurso didático. Ao todo, 13 docentes aceitaram e, em disciplinas de diferentes departamentos e campus da UnB, os nossos episódios foram inseridos nos tais “Planos de curso”. Em nosso projeto junto ao CEAD, criamos um formulário² para que, ao final de cada aula, discentes e docentes pudessem avaliar a utilização do *podcast*. De início, esse formulário foi totalmente qualitativo, com cinco perguntas abertas, o que resultou em respostas vindo especialmente por parte das docentes. Assim, elaboramos uma segunda versão do formulário especialmente para conhecer as reações das estudantes³, dessa vez um questionário quali-quantitativo, com 21 perguntas.

Este artigo irá trazer e analisar as respostas aos dois formulários, ambos disponibilizados de maneira *online*. Em especial, vou me concentrar nas respostas que descreveram as diferenças entre aprender com material escrito e material de áudio, a frequência com que *podcasts* são ouvidos, o uso de *podcasts* em outras disciplinas e as atividades propostas pela equipe do Mundaréu. Embora eu vá fazer comentários gerais sobre estes experimentos com o Mundaréu, quero mesmo atentar para as dificuldades encontradas com este tipo de material em áudio.

¹ Produzido desde 2019 pelas professoras Soraya Fleischer, na UnB, e Daniela Manica, na Unicamp. Disponível em: <https://mundareu.labor.unicamp.br/> Sobre a produção do *podcast* Mundaréu, acesse o artigo FLEISCHER, Soraya; MOTA, Julia Couto. Mundaréu: um *podcast* de Antropologia como uma ferramenta polivalente. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia, São Paulo, v. 6, n. 1, e-172390, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2021.172390>.

² O formulário pode ser acessado no link: <https://forms.gle/eL3k1avssGUGUase6>.

³ Neste artigo utilizo o gênero gramatical e as flexões de substantivos, artigos e pronomes no feminino, por ser o gênero com o qual me identifico, além de representar a maior parte das estudantes e professoras que participaram do experimento do Mundaréu.

Minha aposta é que conhecer a experiência que as estudantes tiveram ajudará a compreender o uso didático deste material - principalmente, seus limites.

Embora a minha trajetória com *podcasts* não seja, de forma alguma, generalizável, ressalto alguns pontos que podem haver em comum com a experiência de outras ouvintes, principalmente nas percepções coletadas no questionário já citado. Ressalto o contexto universitário, onde o *podcast* tem se difundido mais rapidamente, enquanto um recurso de fácil e rápido consumo de informação. O segundo ponto a ser ressaltado é a ação docente, seja direcionada ao público acadêmico, como foi o caso das atividades do Mundaréu junto ao CEAD-UnB, como também a ação docente direcionada ao Ensino Médio, etapa em que, orientada pela BNCC e conforme a Lei 13.415⁴, o estudo da Sociologia é obrigatório. O foco no Ensino Médio é trabalho de outro projeto que participei, chamado Ciências Sociais nas Escolas⁵, e pensar a efetividade de *podcasts* como um recurso didático para esse público também é promissor, como apontam estudos (ALMEIDA e VALENTE, 2014; SILVA e BODART, 2015). A virtualização das linguagens escrita e oral tem possibilitado a potencialização da memória coletiva, novas formas de trabalho em grupo, através de recursos digitais que modificam as fronteiras entre a linguagem formal, com base escrita, e a linguagem informal e o senso comum, baseado na oralidade (MOMESSO, 2016). Dessa forma, ao analisar as respostas das estudantes e professoras, percebemos que há uma necessidade por otimização de conteúdo por tempo, aliada a utilização de tecnologias e espaços virtuais para acessar e atrair as ouvintes.

Este artigo está dividido em quatro seções: introdução; discussão teórica; metodologia e apresentação do material empírico; e considerações finais. Na segunda seção, alguns referenciais teóricos serão discutidos (ALMEIDA e VALENTE, 2014; BOURDIEU e PASSERON 2014; CARVALHO 2008, 2009; HARAWAY 2009; HOOKS 2013; LEVÝ 1999, 2003; MOMESSO e CARVALHO et al 2016; OLIVEIRA 1996; SILVA e BODART 2016; THIRY-CHERQUES 2006) observando o impacto dos *podcasts* no desenvolvimento da aprendizagem. Na terceira seção, será apresentado todo o percurso de experimentações feitas pelo Mundaréu nas salas de aula virtuais, com apoio do CEAD-UnB, sendo eles: a descrição do formulário, a categorização das respostas e a nomeação das dificuldades principais. A última seção será o fechamento deste artigo, onde apresento algumas conclusões e possíveis encaminhamentos.

2. Reflexões ciborgues

Assim como Roniel Silva e Cristiano Bodart (2015) expressam no artigo “Uso do *podcast* como recurso didático de Sociologia: aproximando habitus”, em minhas experiências no papel de docente, quando dei aulas pelo projeto de extensão Ciências Sociais nas Escolas, em turmas do Ensino Médio, busquei atentar-me para as estudantes que pareciam distantes do conteúdo e da dinâmica da aula. Muitas vezes não havia tanto engajamento, interesse e discussão sobre os conteúdos, mesmo se tratando de temas que eu gostava de lecionar e imaginava também interessar às estudantes. Então ir até o fundo da sala para entrar nas conversas paralelas e incluí-las na aula, dividir o lanche com as estudantes na hora do intervalo para conhecer um pouco mais das suas individualidades, descobrir o que toca nesses fones de ouvido, eram estratégias, entre tantas outras, usadas pelas docentes para envolver as estudantes e agregar ao conteúdo das disciplinas. Algo que percebo ter chamado atenção das estudantes foi a nossa proximidade etária, já que sou da geração Net (CARVALHO, 2009: 1) e o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), como celulares, computadores, recursos audiovisuais, aplicativos digitais, é algo muito comum e habitual entre nós jovens, além de outros códigos culturais que compartilhamos (ALMEIDA e VALENTE, 2014: 331). Mas mesmo com essa “vantagem” geracional, são muitos os desafios para fomentar espaços de ensino-aprendizagem que sejam engajadores, acessíveis, libertadores e prazerosos. Como defende bell hooks⁶, ensinar é um ato teatral e nós devemos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos (2013: 22), nosso estilo de ensino (2013: 51).

Analisar dificuldades relacionadas a ferramentas e práticas de ensino-aprendizagem é um desafio. Muitas vezes o desinteresse, a falta de atenção, entre outras adversidades que impactam no rendimento escolar, são sintomas de questões mais profundas e mesmo estruturais. O debate sobre a “origem social” das estudantes, como colocam Bourdieu e Passeron na obra “Os herdeiros” (2014), e o desdobramento de suas teorias levando em consideração a classe econômica, a identificação étnico-racial, de gênero, a religião, entre tantos outros marcadores

⁴ A referida Lei, de 16 de fevereiro de 2017, no § 2º de seu art. 35A remete à BNCC nos seguintes termos: “§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”.

⁵ O projeto de extensão Ciências Sociais nas Escolas é coordenado pelo professor Stefan Klein, do Departamento de Sociologia da UnB. Disponível em: https://www.instagram.com/ciso_unb/.

⁶ bell hooks é a voz de escritora de Gloria Watkins, pseudônimo em homenagem a sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. As letras minúsculas buscam dar enfoque ao conteúdo de sua escrita e ao permanente movimento de sua identidade (HOOKS, 2013: 65).

sociais da diferença, é fundamental para compreender a realidade das estudantes. Nesse sentido que Silva e Bodart (2015: 138) elaboraram um levantamento de “gostos”, através de entrevistas e de questionário *online* aplicado às estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia campus Ariquemes, escola onde lecionavam, para compreender melhor o perfil das estudantes e fatores que as motivavam em seu cotidiano, seus interesses etc. E de fato, como Silva e Bodart (2015) concluíram a partir do levantamento de “gostos” das estudantes das turmas que ensinavam, os celulares e fones de ouvido estão sempre presentes, mesmo que na maioria das vezes o uso dessas tecnologias costume ser combatido e quase nunca direcionado para o aprendizado (2015: 146). As estudantes também demonstraram muito gosto por ouvir música, mais apreço por ouvir do que por falar, mas desinteresse na fala monótona da ou do docente (SILVA e BODART, 2015: 146).

Tais “gostos” podem ser entendidos, na perspectiva de Pierre Bourdieu, a partir do conceito de *habitus*. Pensem nas diversas experiências pessoais e coletivas que perpassam as jovens estudantes contemporâneas, e como essas experiências dialogam e se conflituam com as regras escolares. Os *habitus* se estruturam e são estruturadas através das condutas da vivência escolar, as “coisas que se fazem” e as “coisas que não se fazem” e mesmo as ações mais automatizadas, que os agentes escolares (estudantes, professores, coordenadores e demais funcionários) interiorizam e exteriorizam nesse espaço social. Esses espaços são definidos por Bourdieu como *campos* (THIRY-CHERQUES, 2006: 35), cada *campo* tem seus *habitus* privilegiados e atribui diferentes posições aos agentes envolvidos em consequência dos bens que detém, também chamados por Bourdieu de capitais, considerando os bens econômicos, mas também os bens culturais, sociais e simbólicos, entre outros (THIRY-CHERQUES, 2006: 36). Podemos pensar nas diferentes posições ocupadas por estudantes e professores, por exemplo, em relação ao capital cultural e simbólico, o que outorga autoridade ao professor, tido como o detentor de conhecimento. Assim como o capital econômico vai influenciar nas condições de acesso e desempenho das estudantes no processo pedagógico. Para Bourdieu, o sistema de ensino é tido como um empreendimento da cultura de classes com vistas a reproduzir os códigos comportamentais, linguísticos e intelectuais burgueses, mantendo em funcionamento um sistema de crenças e ilusões compartilhadas (BOURDIEU e PASSERON, 2014: 39), porém tal sistema não se reproduz sem conflitos. A escola exige determinadas aptidões e valores, o que favorece estudantes que possuem capitais econômicos e culturais comuns à cultura escolar, e desloca as que não possuem esses mesmos capitais, desvalorizando seus códigos culturais de origem.

A partir da compreensão desses *habitus* escolares, Silva e Bodart elaboraram um projeto que uniu o conteúdo de Sociologia com música e celulares. Surgiu então, a partir da experiência do *blog* Café com Sociologia⁷, o *Podcast* Café com Sociologia, com formato dinâmico, em monólogo, explicando conceitos, temas e categorias da Sociologia de maneira descontraída, com base no currículo obrigatório para a disciplina, intercalando com músicas e poemas. Segundo Silva e Bodart, a “utilização [dos *podcasts*] nos mostrou alguns resultados quase que instantâneos. Os educandos aprendem a “escutar” em silêncio, reconhecem que a música traz uma “imagem da realidade social”, reduzindo a rejeição ao “ouvir falar de Sociologia.” (2015: 147).

A produção e atividade com *podcasts* foi pensada, por Silva e Bodart (2015), em caráter experimental, com avaliações periódicas cruzando *feedbacks* das estudantes com os resultados das avaliações bimestrais na disciplina de Sociologia, e a cada novo episódio repensava-se o formato no intuito de adequar-se às demandas do público. Foi identificado que quanto mais longo o episódio, maior é a chance de dispersão das estudantes, portanto o tempo de duração foi diminuído gradativamente, de 25 para até 15 ou 10 minutos. (SILVA e BODART, 2015: 148). Os resultados da experiência se mostraram positivos, foi inclusive um projeto premiado na subcategoria “Educação Digital articulada ao desenvolvimento do currículo” do Prêmio Professores do Brasil em 2013, sinalizando que é possível utilizar *podcasts* para potencializar o aprendizado (SILVA e BODART, 2015: 152).

Mas, e no Ensino Superior? Será que essa ferramenta funciona da mesma forma? Quais seriam as particularidades do uso de *podcasts* no ambiente universitário? As universidades são, em geral, ainda mais plurais e diversas em *habitus* e *campos*. Também podemos olhar pela perspectiva multiculturalista de bell hooks (2013: 57), onde aceitar a “descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê?”. Hooks compartilha sua experiência enquanto professora no Oberlin College, nos Estados Unidos, e explica, inspirada por Paulo Freire, sobre a importância de criar um sentimento de comunidade e partilha em cada turma, onde todas as pessoas possam se escutar e se reconhecer. Para isso, é necessário que tanto as pro-

⁷ *Blog* Café com Sociologia disponível em: <https://cafecomsociologia.com/>.

fessoras quanto as estudantes conheçam novos códigos culturais, compartilhem e aprendam novas epistemologias entre si (hooks, 2013: 59). Esses códigos culturais me lembram muito o habitus, de Bourdieu, aprendê-los me remete aos atos de olhar e ouvir, de Roberto Cardoso de Oliveira, e me transporta para o Restaurante Universitário da UnB, no horário de almoço, lotado de gente dos mais diversos lugares e tempos, conversando, comendo, e mexendo no celular.

De fato, muitos de nós, jovens, já nascemos rodeados por tecnologias de informação, aparelhos eletrônicos dos mais diversos, e a dinâmica da virtualização e da troca em rede faz parte dos nossos códigos culturais mais estruturantes. A professora e pesquisadora Ana Amélia Carvalho (2009) afirma que nós pertencemos a geração Net, ou nativos digitais, e que não se pode tratar essa geração atual como se fossemos a geração do papel, no caso, a geração à qual pertencem a maior parte das professoras universitárias. No mesmo sentido, Paula e Sobrinho (2010: 2) defendem que, embora as formas de utilização de ferramentas multimídia constituam-se como um enorme desafio para as educadoras em geral, a capacidade de lidar com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) é uma competência essencial às professoras contemporâneas. Ou seja, há um embate de *habitus* nesse campo. Podemos mesmo pensar no ciberespaço, descrito por Pierre Levý (1999), como um complexo e dinâmico campo da teoria de Bourdieu, em constante conflito, transformação e crescimento. Mas também é perceptível o engajamento de muitas professoras, como as aqui já citadas (CARVALHO 2009; SILVA e BODART 2015; BASÍLIO e SOBRINHO 2010, FLEISCHER e MOTA 2021), entre tantas outras, na experimentação e utilização de recursos digitais e tecnologias da informação em suas práticas educativas. Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida e José Armando Valente já expressaram o valor da produção de narrativas e histórias através das TDICs para o desenvolvimento da aprendizagem, integrando conhecimentos cotidianos com conhecimentos científicos e curriculares (ALMEIDA e VALENTE, 2014: 349). As autoras indicam a necessidade de desenvolver novas habilidades, como o letramento digital (2014: 337). Essas docentes, que navegam junto com a gente nesse dilúvio informacional (LEVÝ, 1999: 14), têm apresentado pesquisas com resultados bastante positivos em geral.

Por exemplo, as experimentações com *podcasts* na Universidade do Minho, em Portugal, elaboradas por Carvalho et al (2008) com foco na reação das estudantes de licenciatura e pós-graduação. Foram utilizados *podcasts* em 4 disciplinas, com diferentes formatos e tipos. No que se refere à duração, os episódios oscilaram entre 45 segundos e 5 minutos, apenas o do curso de Ciências da Comunicação teve 37 minutos, o que foi motivo de desaprovação por 33% da turma por ser considerado muito longo. Os principais resultados das experimentações foram positivos, indicando que os *podcasts* são mais aceitos se tiverem duração de 1 a 10 minutos, e no caso de ser um conteúdo mais longo, pode ser fragmentado em vários episódios (CARVALHO et al, 2008: 71). Algumas reações negativas identificadas foram a audição cansativa, a necessidade apresentada por alguns estudantes de transcrever o conteúdo ou de sublinhar o texto impresso, tornando o estudo com *podcasts* menos prático (CARVALHO et al, 2008: 60), a extensão e dificuldade de acessar a informação chave do conteúdo no caso do *podcast* de 37 minutos (CARVALHO et al, 2008: 63), assim como pouca atratividade quando a informação já é conhecida pelo público ouvinte (CARVALHO et al, 2008: 64).

A partir dessas experimentações realizadas por Carvalho et al (2008) e de várias outros estudos sobre *podcasts* até a época, os quais a autora faz as devidas referências em seu artigo "Podcasts no ensino: contributos para uma taxonomia", de 2009, Carvalho descreve e classifica os *podcasts*, a diversidade e vantagens para o ensino. A taxonomia proposta pela autora apresenta seis dimensões: tipo, formato, duração, autor, estilo e finalidade. Por exemplo, os tipos de *podcasts* classificados são expositivo/informativo, *feedback*/comentários, instruções/orientações e materiais autênticos (CARVALHO, 2009: 7), este último seria o tipo do Mundaréu. Sobre a duração, é sugerida as categorias de curto (1 a 5 minutos), moderado (6 a 15 minutos) e longo (mais de 15 minutos), ressaltando a preferência das estudantes por *podcasts* curtos (CARVALHO, 2009: 7). Essas dimensões podem ser combinadas para atingir os objetivos pedagógicos de forma mais eficiente, e Carvalho dá algumas recomendações ao final do artigo, como a produção de episódios não muito longos, sobre aspectos e temas específicos, com boa qualidade técnica, com estrutura, ritmo, texto planejados, e com opção de música de fundo para enriquecer a mensagem (CARVALHO, 2009: 10). A autora também incentiva a investigação acerca dos tipos de conteúdo que se tornam mais adequados para serem transmitidos via *podcast*, nas diferentes áreas de ensino (CARVALHO, 2009: 12).

Também a partir das experiências com *podcasts* na Universidade do Moinho, Paula e Sobrinho (2010: 14) analisaram as possibilidades e limitações percebidas pelas professoras da insti-

tuição, evidenciando que no geral as TDICs são utilizadas principalmente para comunicação professora-aluna, orientação das atividades e distribuição de conteúdos já disponíveis na web, mas que a produção de conteúdo por parte dos docentes, como *podcasts*, ainda é restrita, limitando-se a slides e outras poucas ferramentas de base verbal-escrita. Muitas docentes expressam preocupação com o domínio das tecnologias, a falta de equipamentos adequados, falta de tempo. Paula e Sobrinho (2010: 15) concluem que um dos principais fatores de impedimento é o baixo nível de informação, e fazem coro aos apontamentos de Carvalho et al (2008) de que é necessário mais conhecimento sobre a aplicabilidade de *podcasts* e outras TDICs para o processo educativo.

É interessante a taxonomia proposta por Carvalho (2009), pois ela evidencia novas práticas de oralidade e leitura do mundo, reivindicando um sentido mais amplo de texto, com multilineares caminhos para serem percorridos através do hipertexto digital. O conceito de hipertexto digital é descrito por Levý (2003: 26) como uma rede de documentos digitais constituída por nós (ou links), contendo informações como parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais, entre outras formas de mídia. A navegação de um “nó” para outro é intuitiva, dinâmica e aberta para referências, notas, indicadores e novos “botões” conectando documentos e informações. As jovens e adolescentes de hoje colocam em prática o que Pierre Levý já descrevia entusiasmado na década de 90. Subir, baixar, transferir, copiar, atualizar, gravar, audioler, mixar, samplear. Compartilhar parece ser a operação do momento. Movimentos surgem e outros ganham novas formas a partir de um corpo dinâmico, rápido e virtual. As memórias estão cruzadas em linhas complexas como um hiper-macramé⁸ e potencialmente banho-me em um rio diferente, com um novo corpo, a cada dia. As informações misturam, sinergicamente, nossos sentidos, e os três atos propostos por Roberto Cardoso de Oliveira confundem-se, concretizando-se em olhos e ouvidos alheios. Embora Pierre Levý (1999: 47) diga que o virtual não se opõe ao real, e sim ao atual, nem todas topam mergulhar nesse continuum desterritorializado sem saber o que tem no fundo (vai que a gente sai mais pra robô do que para humano!), por isso é necessário, como nos alerta Haraway (2009: 37), responsabilidade e reflexão ao entrar em contato com as TDICs. E em meio a essa confusão de sentidos quero resgatar a importância do corpo para organizar tudo isso.

Evidenciar o corpo no processo de ensino-aprendizagem é, como explica bell hooks (2013: 185), tensionar as posições dominantes e hierarquias presentes no campo educacional. A autora defende que “a pedagogia libertadora realmente exige que o professor trabalhe na sala de aula, que trabalhe com os limites do corpo, trabalhe tanto com esses limites quanto através e contra eles.” (2013: 184), e explica: “Isto tem a ver com o poder. Realmente sinto que tenho mais ‘controle’ quando estou atrás da tribuna ou atrás da escrivadinha do que quando caminho na direção dos alunos, fico em pé ao lado deles, às vezes até encosto neles” (2013: 185).

No contexto de sala de aula presencial, geralmente a detentora do conhecimento fica na frente, falando, enquanto as outras pessoas devem permanecer quietas, talvez anotando algo. No ciberespaço, muitas docentes tentam reproduzir esse mesmo modelo em suas aulas *online*, mas nem sempre é possível pois já estamos dispersas e mixadas, como narra Levý, “cada corpo individual torna-se parte integrante de um imenso hiper corpo, híbrido e mundializado.” (2003: 16). Nesse sentido, o autor pontua que “todos reconhecem que o melhor uso que podemos fazer do ciberespaço é colocar em sinergia os saberes, as imaginações, as energias espirituais daqueles que estão conectados a ele.” (1999: 131), mas alerta para a necessidade de pensarmos perspectivas, códigos e formas de coordenar nossas experiências no ciberespaço, refletindo até que ponto “cada um dentre nós se torna uma espécie de neurônio de um megacérebro planetário ou então desejamos constituir uma multiplicidade de comunidades virtuais nas quais cérebros nômades se associam para produzir e compartilhar sentido?” (LEVÝ, 1999, 131).

Pensando o ciberespaço e as comunidades virtuais como campos bourdianos, nossos modos de agir, nossas relações sociais, assim como os sentidos que atribuímos a elas, influem de habitus que produzimos e reproduzimos em outros campos, fora da virtualidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo que, como afirma Levý (1999: 131), “a inteligência coletiva constitui mais um campo de problemas do que uma solução”, os problemas e as soluções não são reflexo apenas da dinâmica virtual, mas continuação dos nossos conflitos materiais mais antigos. Donna Haraway (2009: 67) aponta para como as estruturas de dominação econômicas e sociais, como o capitalismo global, as desigualdades raciais e de gênero, impactam na produção de ciência e tecnologia, bem como na integração/exploração das pessoas nesse sistema, caracterizando uma informática da dominação que intensifica a insegurança e o empobrecimento cultural. Ao mesmo tempo, a autora enfatiza a urgência de nos apropriarmos das novas tecnologias com

⁸ *Macramé é uma arte de tecelagem manual que consiste em trançar fios com diversos tipos de nós, formando cruzamentos geométricos. É uma palavra de origem turca, que significa “nó” (CAMPOS e GARCIA, 2012).*

conhecimento e imaginação, reivindicando a democratização do acesso, a utilização para fins pacíficos, rompendo fronteiras com responsabilidade. Haraway propõe uma escrita-ciborgue que dispute os significados da escrita, que lute pelo reconhecimento de diversas formas de corporalidade e de linguagem, contra uma comunicação perfeita, um código único de cultura (HARAWAY, 2009: 86). Fleischer e Mota (2021: 2) também tratam de como os processos de ensino-aprendizagem, principalmente nas etapas média e superior, são baseados numa tradição escrita, uma cultura grafocêntrica onde se privilegia a linguagem formal. Essa dinâmica textual faz parte dos nossos códigos e *habitus* mais estabelecidos, está nas avaliações escolares, nos processos de seleção, competências de trabalho, embora essa naturalização não signifique que todas as pessoas tenham facilidade para se comunicar nesses padrões.

Maria Regina Momesso, junto com Carvalho e outras autoras, vai continuar desenvolvendo esse debate acerca das práticas de leitura e escrita, afirmando que novos dispositivos de áudio, como *podcasts* e *audiobooks*, vêm trazendo mudanças na linguagem oral (2016: 38) e exigindo de nós novas formas de leitura de mundo, como, por exemplo, a capacidade de ler com o ouvido, organizar conteúdos sonoros em determinados quadros de significações (2016: 18). As autoras retomam os três atos descritos por Roberto Cardoso de Oliveira (1996) - olhar, ouvir e escrever - para pensar as linguagens no ciberespaço e cunham o neologismo *audioler*, para designar a leitura por meio da escuta em suporte digital, como é o caso de *podcasts*, *audiobooks*, e também em analogia à contação de histórias para crianças (MOMESSO et al, 2016: 25). Como já explicava Cardoso de Oliveira (1996), nós temos de treinar nosso olhar, assim como nosso ouvir, para captar as informações importantes no meio de toda a paisagem visual e sonora que se nos apresenta. E, nesse sentido, Momesso e Carvalho et al atentam-se para a mistura e confusão de textos, imagens e sons que, através das telas e outros aparelhos eletrônicos, nos consomem e são consumidos por nós, diariamente, muitas vezes sem conseguirmos assimilar tantas informações na fluidez líquida desse espaço-tempo (2016: 39). Como contam Momesso et al (2016: 36), desde a invenção da escrita, essa esteve lado a lado com a linguagem oral, e a fronteira entre as duas sempre se modificou, assim como as representações que as pessoas fizeram delas. As autoras explicam que a ciência reforçou essa diferenciação ao separar o conhecimento científico, “literalmente” registrado na linguagem escrita, do senso comum, não estruturado e baseado na oralidade (MOMESSO et al, 2016: 37). Porém as autoras desenvolvem seu argumento explicando que, com o surgimento de novas tecnologias no séx. XX, como o rádio, a TV, a internet (e com ela as redes sociais, os *podcasts*, *vodcasts*, *audiobooks* etc) tanto a escrita quanto a linguagem oral se virtualizaram, sendo ressignificadas e trazendo novas potencialidades à memória coletiva, como a possibilidade de escrita *online* em grupo, mixagem e representação em múltiplos formatos e recursos digitais (MOMESSO et al, 2016: 38).

As formas e sentidos de comunicação - ver, escutar, contar - são atualizadas através do tempo e dos conflitos sociais. E como afirma Momesso e Carvalho et al (2016: 47) devem ser acolhidas no ambiente escolar. As autoras questionam se no modelo hegemônico de ensino que abre pouco espaço à reflexão e ao diálogo, o conflito entre o capital cultural e o que a escola “quer” das estudantes provoca uma desvalorização da voz das mesmas, contribuindo para interditar também suas escutas (MOMESSO et al, 2016: 39). Da mesma forma, o neologismo *audioler* proposto por Momesso (2016: 25) reivindica uma nova categoria semântica que, com o surgimento do hipertexto digital, passe a englobar a existência de um texto multilinear, interseccionando linguagens e abrindo caminhos à medida em que se escreve e se lê, ou mesmo, se ouve.

3. Experimentos e estranhamentos

Em um momento onde as salas de aula estavam desterritorializadas (LEVY, 1999: 48), eu e outras colegas estávamos sendo selecionadas para pensar atividades didáticas com *podcasts*, direcionadas às estudantes de graduação da UnB. O projeto do Mundaréu junto ao CEAD/UnB já estava sendo organizado antes da pandemia, então essas aulas estavam previstas para acontecer de maneira presencial, em uma tentativa de compreender como os *podcasts* poderiam se inserir na vida e nos cursos das estudantes de graduação. Com a quarentena, ocasionada pelo novo coronavírus, a equipe do Mundaréu precisou experimentar os *podcasts* em espaços mais virtualizados, colaborar com professoras e professores que estavam também em período de adaptação ao ensino remoto, e inclusive, nos aproximar de outros grupos *podcasters* de Antropologia pelo Brasil, para dialogar sobre produção e divulgação científica com essas mídias⁹.

⁹ Site da Rede Kere-Kere disponível em: <https://radiokerekere.wordpress.com/>.

¹⁰ A disciplina *Introdução à Antropologia (IA)* correspondeu a 45% das aulas realizadas e foram ofertadas para estudantes de História, Ciência Política, Relações Internacionais, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Letras Tradução Espanhol, Museologia, Jornalismo, Filosofia, Engenharia de Produção, Economia, Comunicação Social, Biblioteconomia, Ciências Naturais, Artes Visuais, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Administração, Terapia Ocupacional, Medicina, Biotecnologia. As demais disciplinas de Antropologia receberam estudantes de Ciências Sociais e Antropologia.

¹¹ As disciplinas da área da saúde foram oferecidas para estudantes de Saúde Coletiva, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Farmácia, Fonoaudiologia e Fisioterapia.

¹² As disciplinas foram: “Introdução à Antropologia”, “Antropologia da Saúde”, “Antropologia do Corpo e da Pessoa”, “Antropologia e Mercado de Trabalho”, “Métodos e Técnicas em Antropologia Social” e “Sociedades Indígenas”; “Ciências Sociais em Saúde”, “Saúde e Sociedade 2” e “Pesquisa Social em Saúde” e aulas no Programa de Extensão Diálogos Universidade-Escola.

¹³ Site do Mundo na Sala de Aula disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/series/mundo-na-sala-da-aula/>.

O projeto convidou professoras para incluírem episódios do Mundaréu em seus programas de curso. 13 aceitaram o convite, sendo 8 no Departamento de Antropologia¹⁰, 4 no Departamento de Saúde Coletiva¹¹ (2 no campus Darcy Ribeiro e 2 no campus da Ceilândia/DF), e uma professora na Faculdade de Planaltina/DF que nos ofereceu duas aulas. Totalizamos, portanto, 14 aulas¹². Mesmo em outros departamentos, todas as disciplinas trabalhavam e aproveitavam temas da Antropologia. Por isso, os *podcasts* usados foram do Mundaréu. Desde 2019, o Mundaréu busca apresentar e conversar sobre Antropologia com um público amplo, tanto estudantes universitários quanto pessoas que não têm muito contato com as universidades, e para isso aposta nas boas histórias de pesquisa contadas pelas convidadas, as antropólogas e suas interlocutoras. Em 2020, as estudantes que compõem a equipe na UnB e na Unicamp criaram e produziram também a série Mundo na Sala de Aula (MunSA)¹³. A série foi pensada justamente como material pedagógico e são mais curtos (os programas do Mundaréu tem de 40 a 50 minutos, enquanto os do MunSA tem no máximo 30), com diferentes formatos de apresentação e locução feita pelas estudantes.

O cardápio oferecido foram 8 episódios da primeira temporada do Mundaréu e os 9 episódios do MunSA. As professoras escolheram os episódios que lhes pareciam mais agregadores ao conteúdo da aula e também aceitaram indicações de nossa equipe. Duplas de estudantes da equipe se organizaram para preparar o material necessário para as experimentações. Cada professora, amparada pela dupla do Mundaréu, desenhou sua aula. Os modelos mais comuns foram ouvir os episódios antes e discutir o tema escolhido na aula síncrona, ou ouvir o programa depois da aula síncrona e responder a questões formuladas pela dupla do Mundaréu.

Para exemplificar, podemos citar a aula de ‘Introdução à Antropologia’, turma H. Essa turma era composta em grande maioria por estudantes de História, mas também tinham alguns estudantes de Psicologia. Reuniam-se pelo *Google Sala de Aula*, postavam várias atividades lá, e tinham poucos encontros síncronos. Dessa forma, a contribuição da dupla (da qual eu fazia parte) para essa turma foi preparar uma atividade por escrito, onde apresentamos o projeto, um breve resumo dos episódios a serem ouvidos e relacionados com o texto indicado pela professora. O texto era o clássico “O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.” do Roberto Cardoso de Oliveira (1996), e os episódios utilizados foram “#5 Vozes na floresta e na universidade”, “#7 A gente vai no boca a boca”, do Mundaréu, e “#7 Por uma Antropologia peripatética” do MunSA.

Três questões foram elaboradas para que as estudantes respondessem por escrito. Das 50 estudantes matriculadas na turma, 47 responderam a atividade via *Google Sala de Aula*, e nós corrigimos e respondemos todas por lá mesmo, não havendo nenhum encontro síncrono com a turma. Ao finalizar as atividades, nós solicitamos às estudantes que respondessem o formulário aberto sobre o uso de *podcasts* como ferramenta didática, a primeira versão elaborada pela equipe. Nós obtivemos 5 respostas, e fomos percebendo também em outras turmas, que a adesão a esse formulário aberto estava bastante baixa, provavelmente por as perguntas serem amplas. Assim, elaboramos um formulário um pouco mais longo porém com perguntas mais objetivas e quantitativas. Então algumas semanas depois de encerradas as experimentações na turma H de Introdução à Antropologia, nós aparecemos na aula síncrona apenas para pedir que as estudantes respondessem o formulário qualitativo sobre o uso de *podcasts* como ferramenta didática, e obtivemos 7 respostas, totalizando 12 respostas nessa turma.

Agora explicarei mais detalhadamente os formulários de avaliação sobre o uso didático de *podcasts* elaborados pela equipe do Mundaréu, passando pelas respostas selecionadas, para depois categorizar as principais dificuldades apresentadas pelas estudantes. As respostas a esses formulários foram o material empírico ao qual esse artigo se baseou. É importante ressaltar que foram dois formulários: o primeiro foi aberto, com cinco perguntas que iam de identificação de curso e semestre, passando por hábitos de ouvir *podcasts*, outras experiências pedagógicas com a ferramenta, percepções sobre o Mundaréu (formato, duração, qualidade técnica e das discussões), e avaliação sobre o aprendizado com o material de áudio. A resposta era enviada diretamente para o email de alguém da dupla, mas nós recebemos bem menos respostas do que esperávamos, foram 37 respostas. Então, no meio do percurso, nós elaboramos um segundo formulário, dessa vez no *Google Forms*, com perguntas mais objetivas, embora em maior número, mesclando questões qualitativas e quantitativas. São 21 perguntas, desenvolvendo ponto a ponto do que buscávamos no formulário anterior, e dessa vez fomos mais bem sucedidos, coletando 119 respostas. Com essa mudança no formato do formulário durante o experimento, a maior parte das respostas ao formulário aberto são referentes à primeira metade das aulas, enquanto as respostas ao formulário quali-quantitativo estão mais distribuídas ao longo do semestre, embora se concentrem na segunda metade das aulas.

Os experimentos se deram, então, em 14 aulas, com 13 professores diferentes, para uma média de 850 estudantes. Na avaliação do uso de *podcast* direcionada às professoras, obtivemos 10 respostas. Em relação às estudantes, obtivemos 158 respostas, sendo 122 no formulário quali-quantitativo e 36 no questionário aberto. As disciplinas que mais ofereceram retornos para a avaliação foram as de Introdução à Antropologia, com 84 respostas. Do total de 158 respostas, 28 foram selecionadas para análise neste artigo, por expressarem algum tipo de dificuldade ou desapareço pelos *podcasts* como material didático. Essas 28 correspondem a pouco mais de 17% do total de respostas aos formulários, portanto não caracteriza uma representatividade estatística. Neste artigo, descreverei 11 respostas, sendo 5 do formulário aberto e 6 do formulário quali-quantitativo. Foram selecionados os relatos mais expressivos sobre as dificuldades apresentadas nas 28 respostas, depoimentos que ilustram bem as características classificadas. Apesar de não serem muitas respostas, o nosso projeto não tinha expectativa de um número mínimo ou representatividade quantitativa dessas respostas. Mas qualitativamente é importante levar em consideração esses dados, analisar e buscar compreender as dificuldades e limitações do ensino-aprendizagem com *podcasts*.

As principais características expressadas como dificuldade pelas estudantes, foram a dificuldade de concentração nos áudios (12 menções), a duração longa dos episódios (5 menções) e o desinteresse pelo tema da Antropologia (4). Algumas estudantes afirmam que costumam fazer as anotações do conteúdo diretamente nos textos, e com o áudio as anotações ficam piores (4), e outras expressaram que mudar a velocidade do áudio poderia colaborar na absorção do conteúdo (3). Também foi levantada a questão do acesso à internet (1). Muitas estudantes expressaram que ouvir os áudios realizando alguma atividade motora como limpar a casa, dirigir ou exercitar-se pode contribuir para a concentração, assim como ambientes mais silenciosos e calmos. Outras também ressaltaram a efetividade de combinar materiais de texto e áudio, valorizando a diversidade de processos de ensino-aprendizagem.

Dessas características principais, elencamos 4 categorias. Para descrevê-las com mais detalhes, contarei com relatos anônimos, em primeira pessoa, de estudantes que participaram de nossas experimentações.

- Categoria 1 - problemas técnicos: desigualdade das estudantes no acesso à internet, falta de equipamentos e espaços adequados para ouvir.
- Categoria 2 - temática do *podcast*: dificuldade ou resistência quanto ao conteúdo abordado no *podcast*, no caso, a Antropologia.
- Categoria 3 - suporte da transmissão/mídia: a) preferência pelo material escrito em detrimento do áudio; b) ritmo com que chega o conteúdo; c) qualidade da edição do áudio; d) familiaridade ou processo de adaptação com o áudio.
- Categoria 4 - material didático: dificuldade com a duração dos episódios.

A categoria 1 está relacionada a problemas técnicos como dificuldade de acesso à internet, falta de equipamentos adequados para ouvir os *podcasts*, espaços hostis para a concentração etc. Dado o contexto de desigualdade econômica e social do Brasil, onde nosso campo educacional se insere, os equipamentos necessários para o aprendizado *online* não são acessíveis da mesma forma para todas as estudantes. Apesar de, em geral, o arquivo de áudio não precisar de muitos dados móveis para ser reproduzido ou baixado, a duração ou plataforma em que o *podcast* é disponibilizado deve adaptar-se aos diferentes contextos educacionais e acessibilidades das estudantes. As desigualdades de capitais econômicos e culturais são obstáculos que devem ser observados com atenção principalmente por parte dos docentes ao desenharem seus cursos e aulas (BOURDIEU e PASSERON, 2014). Nesse sentido temos o relato de uma estudante, que considera o *podcast* como um bom recurso, com qualidade didática, porém “Achei uma forma didática de aprender, porém quem não possui tanto acesso a internet sai um pouco prejudicado”. (Estudante matriculada na disciplina “Pesquisa Social em Saúde” e no segundo semestre do curso de Saúde Coletiva).

A categoria 2 está ligada à temática do *podcast*, no nosso caso, a Antropologia. Algumas estudantes expressam desinteresse ou desgosto pelos conteúdos e histórias apresentadas nos episódios, dizendo que os mesmos não contribuíram para o entendimento do que foi ensinado pela professora na aula, como é o caso da estudante que diz “Este *podcast* não ajudou-me a

compreender os conteúdos dessa disciplina, pois é muita complexibilidade para o meu gosto.” e afirma que o *podcast* é “muito longo, complexo e teórico demais”. (Estudante matriculada na disciplina Saúde e Sociedade 2, cursando o 9º semestre de Fisioterapia). Outra estudante conta: “Bem, depende muito, adoro *podcasts*, não gosto de Antropologia. Escutar *podcast* sobre como a Antropologia age e se molda foi entediante. Nada contra os *podcasters*, são ótimos, só não é meu assunto.” (Estudante matriculada na disciplina Antropologia e Mercado de Trabalho, no 6º semestre do curso Ciências Sociais) Como explica Fleischer e Mota (2020), o *podcast* Mundaréu busca traduzir a Antropologia para um público mais amplo, num esforço de romper com o grafocentrismo propondo materiais pedagógicos inovadores. Para isso, apostamos, assim como Almeida e Valente (2014), em histórias e narrativas que estimulem a imaginação e exijam uma participação mais ativa do público, mobilizando emoções. Parte dessas emoções pode ser o estranhamento com os conteúdos que apresentamos.

A categoria 3 trata do suporte de transmissão, a mídia em si, que no caso é o áudio. Quatro fatores principais foram apontados como empecilhos: a) preferência pelo texto, b) ritmo do *pod*, c) edição e d) familiaridade. Comparando o *podcast* ao material de texto, muitas estudantes dizem preferir o aprendizado com o segundo, avaliando a contribuição do primeiro ao aprendizado na disciplina como razoável. Uma estudante afirma “Não tenho o hábito de ouvir *Podcast*, só ouço os que a professora grava pra aula. (...) O material em áudio demanda menos energia mental na hora de absorver o conteúdo, enquanto o material escrito, apesar de demandar mais atenção, costuma ter mais riqueza de conteúdo e detalhes” (Estudante matriculada na disciplina Introdução à Antropologia, cursando o 5º semestre de Filosofia). Já outra estudante explica: “Gosto de anotar diretamente no texto, com *podcast* minhas anotações ficaram piores” (Estudante matriculada na disciplina Métodos e Técnicas em Antropologia Social, no 4º semestre do curso Antropologia).

Outra objeção relacionada à categoria 3 foi quanto ao ritmo dos episódios, não sendo possível controlar o tempo em que o conteúdo chega da mesma forma que na leitura de um texto. Uma estudante, que provavelmente ouviu o *podcast* Mundaréu no nosso site, contou: “Eu amei todos os *podcasts* que ouvi e todos fluíram muito bem. Senti falta de uma opção para poder acelerar os áudios como aquela opção que há no *Spotify*. A opção de acelerar ajudaria aqueles que estão com o tempo apertado e precisam escutar tudo mais rápido.” (Estudante matriculada na disciplina Introdução à Antropologia, cursando primeiro semestre de História). Da mesma forma, estudantes podem querer desacelerar o áudio para compreender ou anotar, então a velocidade é uma possibilidade de adaptação interessante que o ciberespaço nos proporciona. Outro fator comentado é a edição dos áudios: de acordo com o formulário quali-quantitativo, cerca de 8,2% das estudantes acham que a música atrapalha o acompanhamento do episódio, algumas explicam dizendo que distrai, interrompe o fluxo do pensamento. Outras, que a música está alta demais, como a estudante que considera o *podcast* excelente, mas ressalta: “O único ponto negativo é o alto volume de algumas músicas, que prejudica o entendimento pleno do que está sendo dito pelos apresentadores e convidados.” (Estudante matriculada na disciplina Pesquisa Social em Saúde, no 2º semestre do curso Saúde Coletiva). Houve um relato também no sentido de que as músicas colaboram, e que deveriam “continuar durante as falas das participantes como música de fundo em alguns momentos. Acho que só pontualmente pode dar uns sustinhos mas se ela estiver ali sempre presente baixinha quando aumenta o volume é reconfortante.” (Estudante matriculada na disciplina Antropologia da Saúde, cursando o 7º semestre de Ciências Sociais).

Ainda na categoria 3, sobre o suporte de áudio, algumas estudantes apontaram que não tinham familiaridade com esse formato de mídia e estão se adaptando a novas formas de ensino-aprendizagem, apesar de algumas dificuldades. Uma estudante exemplifica: “Pessoalmente, eu tenho um pouco de dificuldade de me concentrar com um material apenas em áudio (talvez eu esteja muito condicionado à visão, que me prende mais). Talvez também seja uma questão geracional, imagino que alunxs mais novos possam se sentir mais confortáveis com *podcasts*. (...) Percebi então que uma opção mais possível de me concentrar em *podcasts* é realizar outra atividade um pouco “mecânica”, como limpar a casa ou fazer algum exercício.” (Estudante matriculada na disciplina Introdução à Antropologia, cursando o 4º semestre de Ciência Política). Outras estudantes compartilham da dificuldade de concentração, afirmando que ouvir histórias contribui pouco para a aprendizagem do conteúdo da aula: “Como tenho TDAH, tenho muita dificuldade de focar apenas no áudio” (Estudante matriculada na disciplina Introdução à Antropologia, no 1º semestre do curso História); e “tenho dificuldade de prestar atenção em *podcast*, mas no geral, ter uma voz diferente da sua enquanto lê um texto, abre novos caminhos de aprendizado” (Estudante matriculada na disciplina Antropologia da Saúde,

cursando o 4º semestre de Ciências Sociais). Algumas estudantes propõem que o *podcast* seja escutado na hora da aula, diferentemente de como aconteceu em nossos experimentos. Ler a transcrição do episódio enquanto ouve também pode colaborar no acompanhamento do conteúdo. Nesse sentido, o neologismo *audioler* proposto por Momesso et al (2016) pode contribuir na reflexão acerca dos diferentes atos cognitivos e modos de perceber o mundo, vinculados ao desenvolvimento das TDCIs na educação.

Por fim, a categoria 4 está vinculada ao tamanho do material didático, considerado muito longo por várias estudantes. Como eu disse, os episódios do Mundaréu tem média de 45 minutos, enquanto os da série MunSA tem média de 25. Algumas estudantes disseram preferir os episódios mais curtos, como também evidencia Carvalho (2009). Uma estudante compartilhou que “a ambientação sonora é acolhedora e nos passa a sensação de que somos “transportados” para o ambiente em questão. (...) Minha única crítica ao formato é a despeito da duração, achei que alguns episódios estão prolongadamente maçantes e expositivos, algo não tão necessário uma vez que, desde o início, o assunto tratado fica expositivo e coerente.” (Estudante matriculada na disciplina Introdução à Antropologia, cursando o 9º semestre de Psicologia). Partindo desses resultados, a equipe do Mundaréu vem elaborando episódios mais curtos e concisos. Como debatem Fleischer e Mota (2021), é um desafio ter concisão e clareza, produzindo um conteúdo que caiba na rotina das ouvintes. Além disso, é um esforço antropológico não reduzir realidades complexas, experiências e emoções em 40 minutos, mas como Fleischer e Mota (2021) reconhecem e bell hooks (2013) reforça, temos de reaprender outras formas de falar.

4. Considerações finais

Os *podcasts* estão sendo difundidos pelas linhas do tempo virtuais, divulgando e agregando informações. As universidades são um dos grandes vetores das TDCIs e têm apostado nos *pods* enquanto ferramenta de divulgação científica. De acordo com nosso formulário, grande parte das estudantes já escutavam *podcasts*, muitas tiveram seus primeiros contatos com a mídia de áudio no ambiente universitário, seja por indicações de professoras ou amigas. Nossa equipe também recebeu relatos de que os *podcasts* são uma companhia no período de isolamento ocasionado pelo novo coronavírus. Mas para outras pessoas, *podcasts* são uma novidade que não se adequa muito bem à rotina, são detalhados ou longos demais, ou acabam sendo superficiais se comparados ao texto, às vezes ficam mal editados... e entrar nesse rio sampleado pode parecer perigoso ou pouco acessível.

Embora o foco deste artigo sejam as adversidades e estranhamentos no aprendizado com *podcasts*, é importante ressaltar que a maioria (cerca de 80%) das estudantes que responderam ao nosso questionário avaliaram que ouvir histórias sobre a prática antropológica contribuiu muito para entender essa área científica, e a grande parte (cerca de 70%) disseram que o conteúdo da aula se tornou mais compreensível com o *podcast*, corroborando com as evidências de outras pesquisas (CARVALHO 2008 e 2009; ALMEIDA e VALENTE 2014, PAULA e SOBRINHO 2010; SILVA e BODART 2015). Os episódios do Mundaréu e MunSA, usados na experimentação, se encaixam ao tipo material autêntico na taxonomia proposta por Carvalho (2009: 7). Nesse sentido, *podcasts* com contação de histórias e situações práticas de campo parecem ser conteúdos adequados para o ensino de Antropologia.

A partir dos relatos, evidenciou-se que muitas estudantes criticaram a duração dos episódios, o que pode ser resolvido ao dividir cada episódio em mais de um, ou demarcando melhor os pontos principais de cada bloco do episódio. O tempo indicado por Carvalho (2009: 7) e outras estudiosas na área de *podcasts* pedagógicos é que não ultrapassem 15 minutos, havendo perda de atenção e compreensão após isso. Diferentes usos podem ser dados à ferramenta, como propor o *podcast* como forma de apresentação e interação entre a turma, para promover diálogos mais aprofundados, abrir espaço para assuntos estimados pelas estudantes. Nesse sentido, o *podcast* pode ser utilizado como uma ferramenta de diálogo, e não só como atividade avaliativa, promovendo a partilha entre a turma (HOOKS, 2013) e a sinergia de saberes (LEVÝ, 1999).

Apesar das experimentações do Mundaréu junto ao CEAD/UnB terem acontecido numa situação de educação remota em decorrência da pandemia da COVID-19, outras experiências como a de Carvalho et al (2008), Silva e Bodart (2015), Paula e Sobrinho (2010) demonstram que utilizar TDCIs, com foco nos *podcasts*, em salas de aula presenciais ou híbridas também contribuem para o processo de ensino-aprendizagem. A diversidade de ambientes de estudo

têm de ser levada em consideração ao organizar os materiais didáticos pois tanto as docentes quanto as discentes enfrentam desigualdades quanto ao acesso à internet, equipamentos e espaços adequados para assistir aos materiais com atenção.

Para não transformar as resistências e dificuldades em conflitos, é interessante complementar as linguagens no processo educativo, combinar materiais escritos, em áudio, em vídeo, agitar os sentidos das estudantes como propõe Cardoso de Oliveira (1996), disponibilizando um baú de conhecimentos que elas podem descobrir pouco a pouco, de forma livre. Nesse sentido, as noções de hipertexto digital (LEVY, 2003), letramento digital (ALMEIDA e VALENTE, 2014) escrita-ciborgue (HARAWAY, 2009) e *audioler* (MOMESSO, 2016) são propostas para compreender os caminhos que a comunicação mediada por tecnologias vem tomando.

Para utilizar as TDICs de maneira eficiente e adaptada, é necessário saber utilizar adequadamente suas ferramentas. Nesse sentido, Paula e Sobrinho (2010: 16) defendem a criação de disciplinas sobre informática e recursos digitais para as futuras e atuais docentes. Também incentiva-se mais pesquisas com foco nas dificuldades de ensino-aprendizagem com TDICs, experimentações com novas abordagens e materiais digitais, assim como a sistematização dessas experiências.

Nesse sentido, retomo as palavras de bell hooks (2013) para a ênfase pedagógica na voz, na partilha, na responsabilidade dos agentes envolvidos no processo pedagógico. Mas principalmente na responsabilidade das docentes, de demonstrar a capacidade de ouvir, aprender com e levar os outros a sério (INGOLD, 2019), dimensão tão importante que deve ser valorizada no trabalho antropológico. Com foco nas práticas de ensino e aprendizagem, levar a sério as dificuldades das estudantes, promover uma pedagogia da libertação, que é também renovação e acolhimento (HOOKS, 2013: 202)¹⁴.

5. Notas

*Graduanda em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB).
Email: irenedoplanalto@gmail.com

6. Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; VALENTE, José Armando. **Tecnologias digitais, linguagens e currículo: investigação, construção de conhecimento e produção de narrativas**. Redes e conexões na produção do conhecimento, v. 1, p. 331-352, 2014.

ASSIS, Pablo de. **O Imaginário do Rádio e o Podcast**. Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília nº 9 – 2011-2. Brasília, 2011. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.31501/comunicologia.v4i2>.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

CAMPOS, Ludimila Caliman; GARCIA, Mereida Maria Modesta Netto. **Pensando nos nós do Macramê: uma história, uma técnica, um lugar de memória no cotidiano feminino**. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/aa_macrame.htm.

CARVALHO, Ana Amélia Amorim. **Podcasts no ensino: contributos para uma taxonomia**. Revista Ozarfaxinars nº 8, Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos. Matosinhos, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9432>.

CARVALHO, Ana Amélia Amorim, et al. **Integração de Podcasts no Ensino Universitário: Reações dos Alunos**. Prisma.com, n. 6, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8574>.

¹⁴ Agradeço a Ana Noronha, Arthur Marcos, Ariel Jordi, Athene Pilan, Daniel Silva, Jade Ciconello, Laísa Fernanda, Nami Dansa e Soraya Fleischer.

FLEISCHER, Soraya; MOTA, Julia Couto. **Mundaréu: um podcast de Antropologia como uma ferramenta polivalente**. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia, São Paulo, v. 6, n. 1, e-172390, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2021.172390>.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?**. Editora Vozes, 2019.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Editora 34. São Paulo, 1999.

LÉVY, Pierre. **Que é o Virtual?**, O. Editora 34, 2003.

MOMESSO, Maria Regina; et al [Org.]. **Educar com podcasts e audiobooks**. 1.ed. e-Book. Porto Alegre: Editora CirKula, 2016.

MUNDARÉU, #2 – Quando samsara é nirvana e nirvana é samsara. [Locução de]: Daniela Manica e Soraya Fleischer. [Entrevistadas]: Marina Sena e Rodrigo Toniol. [S.l.]: **Mundaréu**, 09 dez. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/episodio-2/>. Acesso em: 13/03/2021.

MUNDARÉU, #5 - Vozes na floresta e na universidade. [Locução de]: Daniela Manica e Soraya Fleischer. [Entrevistadas]: Patrícia Barbosa e Artionka Capiberibe. [S.l.]: **Mundaréu**, 10 abril 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/5-vozes-na-floresta-e-na-universidade/>. Acesso em: 14/03/2021.

MUNDARÉU, #7 - A gente vai no boca a boca. [Locução de]: Daniela Manica e Soraya Fleischer. [Entrevistadas]: Iranice do Nascimento e Clarice Rios. [S.l.]: **Mundaréu**, 15 jun. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/7-a-gente-vai-no-boca-a-boca/>. Acesso em: 14/03/2021.

MUNDO NA SALA DE AULA, # 7 – Por uma Antropologia peripatética. [Locução de]: Zane do Nascimento e Nelma Rolande. [Entrevistadas]: Guukiet-Jôjô. [S.l.]: **Mundaréu**, 27 set. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/7-mundo-na-sala-de-aula-por-uma-antropologia-peripatetica/>. Acesso em: 14/03/2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia, USP. São Paulo, v. 29, nº 1, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616179>.

PAULA, João Basílio Costa; SOBRINHO, Jerônimo Coura. **Podcasts educativos: possibilidades, limitações e a visão de professores de ensino superior**. Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologias na Educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <http://nehte.com.br/simposio/anais/simposio2010.html>.

SILVA, Roniel Sampaio; BODART, Cristiano das Neves. **O uso do Podcast como recurso didático de Sociologia**. Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas, v. 20, n. 1. jan./jul. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/2236-6377.15.9>.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. Revista de Administração Pública, v. 40, p. 27-53, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.



CONFLITOS GERACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO FAZER ANTROPOLÓGICO¹

GENERATIONAL CONFLICTS AND THEIR IMPLICATIONS IN ANTHROPOLOGICAL WORK

Resumo

As diferenças geracionais foram determinantes no fazer antropológico à época do pós-estruturalismo na disciplina da Antropologia. Neste artigo, realizo uma exploração das relações entre antropólogas e antropólogos no que diz respeito às interferências geracionais no fazer antropológico/etnográfico, que está sempre em desconstrução e reconstrução. Outros parâmetros que trago são as mudanças repentinas no fazer antropológico com a pandemia da Covid-19 e a necessidade de uma maior aceitação e difusão às pressas da etnografia *online*, além da presença de *outsiders within* como potenciais de mudança na disciplina. Essas mudanças não se dão automaticamente, como um *upgrade*, e nem de maneira progressivamente lineares, mas são permeadas pela experiência, contexto histórico e relações da ou do cientista.

Palavras-chave: Antropologia; Pós-estruturalismo; Pandemia; Etnografia *online*; Conflito.

Resumen

In this article, I intend to explore how the relationships between anthropologists are crossed by generational differences in anthropological/ethnographic work, a work that is always in deconstruction and reconstruction. The generational differences were decisive in the anthropological work in the post-structuralist period of the discipline of Anthropology. Another parameter that I bring is the sudden change in anthropological practices with the Covid-19 pandemic and the need for a hasty acceptance of *online* ethnography. These changes do not occur automatically as an upgrade, nor are they evolutionarily linear, but rather are permeated by the scientist's experience, historical context, and relationships.

Keywords: Anthropology; Post-structuralism; Pandemic; Online ethnography; Conflict.

¹ Este artigo foi produzido como trabalho final da disciplina Teorias Antropológicas Contemporâneas, oferecida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministrada pelo professor Vitor Aquino de Queiroz D'Ávila Teixeira. Agradeço imensamente todas as pessoas das quais compartilham sugestões ao texto, como o meu orientador na época, Jean Segata, e a revisão preliminar das colegas e amigas Cristiane Indira Vernes Miglioranza e Lauren Suzana Rodrigues. Por fim, também agradeço imensamente à Equipe Editorial da revista Textos Graduados pela atenção e, principalmente, aos avaliadores ou avaliadoras pela generosidade em seus pareceres.

* Tifani Isabele de Fraga Medeiros

Recebido em: 12/04/2022

Aceito em: 29/03/2023

1. Introdução

Eu tinha medo de começar a ler Foucault, um dos maiores representantes do pós-estruturalismo. Com certeza pela fama que seus textos têm de serem difíceis. Eu tinha medo de coisas simples me escaparem aos olhos e eu não entender nada, desde o primeiro parágrafo, de qualquer coisa escrita por ele. No texto *As Meninas*, ao falar do visível e invisível, Foucault (1999) chamou atenção para sinais, mensagens, coisas que muitas vezes deixamos escapar por dar prioridade a algumas metodologias clássicas, como de classificação. Ao falar de poder, das palavras, das coisas, do visível e do invisível, esse autor dá uma grande contribuição à antropologia nos anos 1970-1980.

Ou seja, em uma conversa ou entrevista, o silêncio diz muito; ou que um simples olhar pode bastar para uma que o antropólogo ou antropóloga seja retirada de campo. Essa atenção que tem de ser dada tanto às coisas visíveis quanto invisíveis, e foi sendo clamada na antropologia - e na etnografia - por décadas, até os dias atuais, sendo a observação visual uma das ferramentas da etnografia. Mas, apesar de já parecerem estabilizadas, algumas discussões na disciplina não se esgotam. Como alguns princípios científicos, ter de prezar pela mutabilidade e pela subjetividade. Isso é cativante para nós que fazemos ela.

Daqui para frente você pode reparar que eu vou transitar entre as palavras etnografia e antropologia. Embora a primeira seja amplamente identificada como um dos métodos da segunda, eu incorporo neste texto a noção de Mariza Peirano sobre etnografia (2014, p. 380), em que a autora defende que a etnografia é a idéia-mãe da antropologia. Isso desde o manual de investigação imersiva de Bronislaw Malinowski (1976), que ainda traz contribuições e ainda norteia o molde de uma etnografia. De modo que a etnografia acaba por ser muito mais do que um método, mas é teoria e empiria.

Lembro quando, ainda muito no início de minha graduação, eu ouvia falar muito brevemente sobre etnografia versus etnografia *online* (ou netnografia). As falas eram no sentido de a netnografia não ser a mesma coisa que uma etnografia - "de verdade", derivadas das orientações de Malinowski. Ou seja, partindo da ideia de que o ou a antropóloga tem de estar distante do grupo observado, tanto em origem quanto em localidade e identificação.

É de consenso - de quem é e de quem não é da antropologia - que tudo mudou com a pandemia de Covid-19. Repentinamente, aglomerações de pessoas e trabalhos de campo presenciais, assim como entrevistas, foram suspensas. As pessoas que tinham tais trabalhos já programados ficaram desconfiadas de fazê-lo sem ser face a face. Mas, vendo que a pandemia não cessaria tão cedo, tiveram que tentar o método menos quisto das suas formas convencionais de fazer pesquisa: o de pesquisar *online*.

Logo, de forma inevitável, já que se provou ter sucesso em muitos casos, a etnografia *online* ou netnografia foi mais validada como etnografia real, como uma forma legítima e eficiente de etnografar. No entanto, não é tão difícil em alguma conversa, *live* ou palestra com alguma antropóloga ou antropólogo mais experiente, ouvirmos que "fazer etnografia *online* não é a mesma coisa". Ou, também, como argumentam Souza e Vieira (2021, p. 302), a etnografia *online* deveria ser usada apenas como um complemento de pesquisa já que, segundo os autores e suas fontes, ela deixaria lacunas no processo de investigação.

Por isso, não trago aqui os paradigmas estruturalistas e pós-estruturalistas como fases superadas na disciplina, mas sim como muito importantes para a forma como trabalhamos nela nos tempos contemporâneos. Dentre essas contribuições, acho digno citar a revisão constante de conceitos, a atenção que merece ser dada a aspectos visíveis e invisíveis da vida cotidiana, a autocrítica desta ciência reconhecidamente originada como eurocêntrica e racista, a valorização da pluralidade de discursos e suas potências. Isso não significa que com o pós-estruturalismo houve uma preocupação com a pluralidade na disciplina, mas sim uma despreocupação com a lógica universal, advinda do estruturalismo.

Sherry B. Ortner em seu ensaio *Teoria na Antropologia desde os anos 60* recapitula conflitos internos nas vertentes britânica, estadunidense e francesa da disciplina, e evidencia que o estruturalismo foi um movimento majoritariamente capitaneado por Lévi-Strauss (2011, p. 429). Nesse sentido, o estruturalismo é o paradigma da antropologia que busca características autorregulatórias em uma sociedade não ocidentalizada e suas leis.

No início de seu artigo que eu referenciei acima, Ortner diz, enquanto antropóloga para seus colegas: “Nós não nos xingamos mais” (p. 420). Com um quê de nostalgia, essa frase pode expressar paradigmas gerais atuais da antropologia depois de experienciar o pós-estruturalismo. Já que este ultrapassou a busca por uma análise universalizante no fazer antropológico e por uma busca da verdade da essência das coisas.

Não ousou dizer aqui que ele foi superado, até porque com o trabalho de Philippe Descola houve uma insurgência do estruturalismo de novo a partir da França, com modificações, sendo muito difícil falar de estruturalismo sem falar de universalismo. O pós-estruturalismo não teve uma força expressiva unicamente na antropologia, assim como foi o estruturalismo, já que seus teóricos referência franceses que o originaram não trabalhavam com enfoque disciplinar - Foucault, Deleuze, Jacques Derrida.

Mas, será que todos esses conflitos, essas mudanças de paradigmas da disciplina, devem consequentemente serem pensadas como geracionais, no sentido de similaridade de influências? Se sim, o que faz delas geracionais? E, quando mudanças como essas ocorrem no fazer antropológico, qual deve ser seu ponto de saturação, ou seja, quando algo é considerado já ultrapassado ou superado? E quando as mudanças se estabelecem como aceitas, elas vêm para ficar?

Indago tais questões pois partirei das correntes teóricas do estruturalismo e pós-estruturalismo como exemplo inicial para pensarmos sobre desconstruções e reconstruções na antropologia. Em seguida, aproveito este gancho para discorrer sobre a aceitabilidade ou não da etnografia digital ou netnografia. Não é o meu foco neste trabalho buscar definir os dois conceitos em razão do espaço e escopo do trabalho.

Por último, discorro brevemente sobre o conceito de *outsider within*, de Patricia Hill Collins, e como a presença de pessoas marginais na sociedade, quando ocupam a academia, causa uma revisão de conceitos já estabelecidos e, consequentemente, mudanças de paradigmas de o que é, como fazer pesquisa e como compartilhá-la. Para fundamentar essa escolha teórica, recorro a alguns exemplos históricos ocorridos internamente na antropologia, como o caso de movimentos sociais dos quais deslocaram a dicotomia real e virtual; a presença de pessoas não brancas como antropólogas; e a disputa sobre linhagens femininas da disciplina.

2. Conflitos geracionais internos da antropologia

Neste espaço eu pretendo falar de conflitos no sentido de gerarem movimentos no campo da antropologia e como esses movimentos acabam por mudar paradigmas do fazer antropológico. Aqui eu defino “fazer antropológico” como etnografia, escrita, observação e seletividade de quais coisas merecem mais atenção na observação. Além da escuta, da análise de documentos, e, a ocupação em espaços institucionais (OLIVEIRA; LABEL BARBOSA, 2019).

Para discorrer sobre geração, proponho aqui utilizar a argumentação feita por Karl Mannheim. Destaco que a minha intenção não é falar de juventudes ou grupo etários, mas sim de geração como um conjunto de pessoas (neste caso antropólogas) que compartilham de pensamentos similares dentro do campo. Claro, com discordâncias teóricas, mas unidas pelo momento histórico da sociedade e da cientificidade da disciplina (KUHN, 2011; FLECK, 1986). Em uma de suas considerações sobre gerações, Mannheim (1964), citado por Wivian Weller (2010, p. 208), diz:

Indivíduos que crescem como contemporâneos experimentam nos anos de maior disposição à receptividade, mas também posteriormente, as mesmas influências condutoras tanto da cultura intelectual que os impressiona como da situação político-social. Eles constituem uma geração, uma contemporaneidade, porque essas influências são homogêneas. Justamente por essa mudança – de que a contemporaneidade não significa uma data cronológica no histórico da humanidade, mas uma similaridade de influências existentes [...] (p. 516).

Quanto ao questionamento sobre quando algum paradigma antropológico é superado, eu continuo pensando sobre e buscando por referências, mas, sugiro que seja algo espontâneo e não linear. Ou seja, quando as pessoas se dão conta que determinada prática não condiz mais com o contexto social e histórico atual em que vivem. Durante minhas leituras, fiquei pensando na importância que teve o pós-estruturalismo na antropologia. Acredito que essa

foi uma ocasião - tanto na Europa quanto nos Estados Unidos - muito importante de crítica a autores consagrados e da estabilização e saturação das práticas às quais eles trabalharam ("eles" pois a grande maioria e os mais reconhecidos eram homens cis brancos).

No entanto, percebo que esses conflitos, que chamo aqui de geracionais, tem eventos marcantes no histórico da disciplina, sim, mas, eles acontecem o tempo todo. Isso pode explicar como esta disciplina científica está sempre mudando, com novas práticas surgindo continuamente. Para isso trago novamente as palavras de Mannheim (*Idem*), no mesmo artigo de Weller (*Idem*):

No processo desse equilíbrio retroativo não são as gerações mais velhas e as mais jovens que se enfrentam, mas as que estão próximas às "gerações intermediárias". São estas que primeiramente exercem influência uma sobre a outra. (p. 540).

É sabido entre nós, que fizemos parte das ciências humanas, o quanto elas lutaram para serem reconhecidas e legitimadas. Augusto Comte foi um marco exatamente por ter argumentado fortemente que as ciências "não exatas" tinham seu valor, seus métodos, que suas contribuições não eram tiradas ao acaso. Uma das formas das diferentes disciplinas da grande área serem reconhecidas foi se aproximar dos métodos das ciências não-humanas (KELLY, 2022).

Não estou totalizando os métodos e nem querendo dizer que eles tiveram investimento apenas por essa razão de aproximação. Mas essa aproximação trouxe algumas particularidades, como a aproximação da ciência política com o direito, da sociologia com a estatística. Apesar de em alguns casos a antropologia ter se aproximado com a matemática (*idem*) - como vemos nos gráficos de Lévi-Strauss, por exemplo, ao tratar de parentesco - a história de luta dessa disciplina teve um caminho particular por busca por reconhecimento, exatamente por, em seu caráter, ser anti disciplinar (INGOLD, 2014).

Ou seja, a grande maioria das mudanças ocorridas dentro da antropologia, foi para não cair nas armadilhas de tentar se emparelhar com outras disciplinas (de mais reconhecimento). Este, com certeza, me parece ser um diferencial. Pois enquanto muitas outras disciplinas em seus históricos superaram coisas de outras, a antropologia se supera muito por ela mesma, como uma implosão. A crise e o dito fim dos estudos de parentesco são um excelente exemplo, sendo referências os trabalhos de Cláudia Fonseca (2007) e Marilyn Strathern (1995). Outro motivo é a intrínseca autocrítica, determinante no trabalho, pois tal como pontua Joanna Overing,

Para compreender as outras pessoas, os antropólogos são obrigados a refletir sobre os seus próprios pontos de vista, tanto quanto sobre aqueles deles divergentes. Nossa abordagem é, necessariamente, perspectiva, pois, no mínimo, nossas próprias maneiras oferecem-nos um meio valioso de entendimento comparativo. [...] Lemos nos textos que a atenção antropológica deve voltar-se para as grandes estruturas: nossa tarefa é descobrir a lógica subjacente ao funcionamento da mente, do parentesco ou mesmo da criação artística. Dada tal ênfase, as práticas e expressões da vida diária são vistas como contingentes e relativamente pouco importantes. Para agravar a situação, o intelectual acadêmico, urbano e ocidental tende a encarar os assuntos do dia a dia como entediantes: são os pratos a lavar, as crianças a alimentar, as prateleiras que é preciso espanar. Nós desprezamos estas tarefas, que gostaríamos de ver cumpridas com a maior rapidez possível e, de preferência, por outros! (p. 84, 1999).

Esse trecho acima de Overing fez muita diferença para mim. Além de ela haver mirando numa crítica ao funcional-estruturalismo e à antropologia feita com um discurso a favor de países imperialistas, também está criticando o fazer etnográfico masculinizado. Por isso lança mão do exemplo de trabalho doméstico e o quanto tarefas de ordem ordinária da vida revelam limitações em nossas perspectivas.

3. Não linearidade e antropólogas de gabinete

Durante a escrita deste texto pude perceber que a análise da qual está sendo feita teria grande risco de cair em uma lógica evolucionista do tipo: “ah, a antropologia foi se modernizando com as gerações mais novas e, conseqüentemente, ficando mais inclusiva, melhor, mais visionária”. Quero deixar evidente que eu não gostaria de reproduzir essa lógica, até porque a linearidade histórica é uma mentira. Além disso, gerações mais jovens não significam gerações mais críticas ou conscientes, como o próprio Mannheim, citado acima, advogou durante seus trabalhos.

As mudanças nas sociedades ocorrem muito pelo movimento que as gerações são capazes de fazer em relação às outras. Aqui eu falo das gerações dentro da antropologia assim como se eu falasse delas na sociedade em geral. Os paradigmas científicos podem ir e voltar pelas gerações, mas, embora pareçam os mesmos, são sempre diferentes porque o contexto histórico e social muda e o mundo nunca é o mesmo após cada segundo (KUHN, 2011, p.22).

Uma das primeiras coisas que pude aprender no curso de Ciências Sociais é que a antropologia passou a se diferenciar como disciplina quando seus etnógrafos passaram a ir a campo para fazer observações, praticar o estranhamento, etc. Antes disso, tínhamos os “antropólogos de gabinete”, que eram estudiosos de relatos e documentos arbitrários sobre as sociedades chamadas de primitivas. A antropologia feita em gabinete teve um consenso então, no início do século XX, de não poder mais ser considerada antropologia já que para ser ela precisaria ir a campo para coletar dados “reais” e encontrar contradições.

E, assim, a disciplina se manteve ao longo do século XX, claro, com adaptações às análises de documentos e à prática da observação. Mas, evidentemente, grandes mudanças aconteceram no fazer antropológico com a inserção das tecnologias digitais nas sociedades. Um texto que demonstra um grande marco disso é o Bem-vindos a Cyberia, de Arturo Escobar (2016b) no início dos anos 2000, em que ele se propõe a demonstrar que independente da localização global, não temos mais que considerar a “cultura” em si, mas também a cibercultura, pois ela é tão real quanto a primeira e sua influência já não era mais externa.

Essa aceitação da cultura como influente na cibercultura e vice-versa não foi imediata e nem fácil, muito pelo contrário. Tenho a impressão de que após os conflitos entre estruturalistas e pós-estruturalistas, essa mudança de paradigmas foi a mais recheada de conflitos. E isso certamente marcou trajetórias de pesquisadores e pesquisadoras e limitou o acesso dos mesmos e mesmas a cargos institucionais. Trago aqui a importância do acesso a cargos institucionais por isso, de certa forma, significar a validação entre pares científicos.

Mesmo após a inserção dos *Personal Computer* na sociedade desde os anos 90, a prática etnográfica feita em redes sociais não era vista como etnografia “de verdade”. A imensa maioria das pessoas na antropologia, quase intuitivamente, consideravam antes de tudo o ir a campo, presencialmente. Acredito ser importante citar Daniel Miller, que defende uma antropologia digital desde o início do século XX (MILLER; SLATER, 2004; MILLER, 2012).

Trago aqui como exemplo a trajetória do antropólogo Jean Segata. Quando estava construindo seu trabalho inserido em grupos de rede social e na cidade objeto de estudo (Lontras-SC), ele relatou ter ouvido várias vezes que o que estava fazendo não era antropologia, não era considerado científico e até mesmo foi estimulado a trocar de tema e métodos de pesquisa. É plausível pensarmos que se Segata não estivesse obtendo seu título na Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação de Theophilos Rifiotis, um dos fundadores da Associação Brasileira de Cibercultura (ABCiber), talvez não tivesse incentivo suficiente para prosseguir com seu trabalho, que resultou na dissertação de nome Lontras e a construção de laços no Orkut (SEGATA, 2007).

Com o apoio de seu orientador e de estudos precedentes sobre cibercultura e etnografia digital, Segata pôde desenvolver vários trabalhos que contribuíram para a antropologia junto das temáticas epidemia, tecnologia e saúde. Muitos de seus trabalhos ganharam uma maior visibilidade durante a pandemia de Covid-19, exatamente pelo fato de ele trabalhar com etnografia *online* e destacar as implicações dela desde o início dos anos 2000, assim como Daniel Miller. Dentre uma das implicações da etnografia *online* demonstrada por Segata é de que as trocas relacionais no ciberespaço são tão reais quanto fora dele, e isso fez um sentido ainda maior quando antropólogas e antropólogos tinham como único método viável a etnografia nas redes sociais, por exemplo (2020b).

No site oficial, a ABCiber data sua criação no início dos anos 2000, mas, ainda nos anos 1990 ela já era trazida como uma necessidade por antropólogas e antropólogos brasileiros. Essa insurgência não significa necessariamente que as pesquisas realizadas de forma *online* recebiam uma grande relevância, tanto é que podemos perceber uma maior busca por trabalhos que se relacionam com o tema durante a pandemia e a busca por saber mais sobre pesquisa *online*².

A pandemia de Covid-19 abalou as estruturas antes duvidosas da etnografia *online*. Por conta dessa emergência sanitária, desde março de 2020 boa parte das pessoas tiveram que adaptar suas formas de fazer pesquisa e às pressas. Antropólogas e antropólogos preferiram passar a enxergar a etnografia *online* como legítima de uma vez por todas do que interromper seus trabalhos por impossibilidade de ir presencialmente a campo.

Piadas internas aconteciam nas *lives* sobre etnografia digital feitas por pesquisadores e pesquisadoras que já trabalhavam com ela antes, do tipo “agora vocês vão ter que precisar de nós, nos ouvir e experimentar nossos métodos”³. Durante todo o restante do ano de 2020 e o ano de 2021, as redes sociais, os periódicos científicos e os eventos acadêmicos não pararam de pipocar com instruções sobre etnografia *online*, observação participante na internet, boas práticas *online*, de como fazer uma boa etnografia e ao que não desconsiderar no caminho dela⁴.

Voltando aos antropólogos de gabinete do final do século XIX, me surpreendi ao descobrir o perfil de uma doutoranda em Antropologia que em sua biografia do Instagram autodenominou-se “antropóloga de gabinete”. A autodefinição, intuí depois de pesquisar sobre a pesquisadora, provavelmente se deu pelo fato de ela trabalhar durante sua formação com etnografia *online* e *UX research*⁵. Infiro que a autodenominação de antropóloga de gabinete é parte de uma reação contra a deslegitimação do trabalho antropológico *online*.

Essas situações podem demonstrar conflitos geracionais interessantes na antropologia quando comparados os contextos da expressão “antropóloga/o de gabinete” no início do século XX e na segunda dezena do século XXI. Acredito que a autodefinição da pesquisadora que citei teve uma pitada humorística. Porém, curiosa das motivações, ainda não tive a oportunidade de perguntar o que outras antropólogas e antropólogos acham sobre isso. Seja essa conversa em um espaço face a face, compartilhando um cafezinho, ou em grupos e conversas privadas intermediadas por *emojis* e *stickers*.

4. O fazer antropológico em praça pública num fio de discussão no Twitter

A pandemia de Covid-19 fez com que antropólogas trabalhassem na disciplina de forma simultânea à realidade. Viver a pandemia, existir no mundo, pesquisar e divulgar resultados se tornaram coisas simultâneas para todas e todos. De acordo com levantamentos sobre produções científicas, os estudos das ciências humanas nos primeiros meses de pandemia revelaram uma moda estatística: a problemática do biopoder e governantes, e, a problemática da escala (RUI ET AL; 2021; GROSSI; TONIOL, 2020). Chamo a atenção para esse segundo, pois de acordo com Jean Segata (2020), a globalidade existe por conta de parâmetros locais.

Considerações como esta, se formos parar para pensar, vez ou outra voltam para o paradigma na antropologia: a análise que vale para um lugar funciona para outro? Destacamos aqui que a pandemia de Covid-19 é um momento muito peculiar perto de todas as tendências antropológicas anteriores. Porém, ressalto novamente que o interesse da antropologia pela etnografia digital não é novo. Mais acima eu falei sobre a presença maior dos *Personal Computer* na vida das pessoas, mais expressivamente nos anos 90. Durante o final do século XX não houve falta de pessoas para pesquisar sobre a cibercultura. Acima eu também citei Theophilos Rifiotis como uma das referências no campo por ser um dos fundadores da ABCiber (2016; 2016).

Neste texto eu trago a pandemia de Covid-19 como um fenômeno marcante. Mas, agora falando não apenas do Brasil, os movimentos sociais nas redes sociais foram um grande marco para a dicotomia mundo real versus mundo *online* cair por terra e pesquisadoras prestarem mais atenção nesses espaços como não separados. Podemos pensar aqui em diversas movimentações políticas, mas trago três que receberam grande atenção nos estudos sobre cibercultura e que foram acontecimentos-chave para a etnografia digital.

² Acredito que posso demonstrar como exemplo a atitude da Universidade Federal de Pernambuco ao oferecer o minicurso “As Implicações da Etnografia Online” em 2020. Disponível em https://www.ufpe.br/departamentologia/informes/-/asset_publisher/fqahh-qB4LnK/content/as-implicacoes-da-etnografia-online/39431. Último acesso em 05/04/2022.

³ Dou como exemplo as *lives* do curso sobre escrita acadêmica, promovido por Rosana Pinheiro-Machado em seu canal do Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLB-VAwdZA2B-FjZxjGJubPM8Mj9BXU-6vg>. Último acesso em 18/03/2022.

⁴ Uma boa síntese de muitas dicas podem ser vistas no vídeo “Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”, de Daniel Miller em seu canal do Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NSiTYB-0so>. Último acesso em 18/03/2022.

⁵ De acordo com a Interaction Design Foundation (IXDF), “UX (user experience) research is the systematic study of target users and their requirements, to add realistic contexts and insights to design processes. UX researchers adopt various methods to uncover problems and design opportunities.” Disponível em [https://www.interaction-design.org/literature/topics/ux-research#:~:text=UX%20\(user%20experience\)%20research%20is,uncover%20problems%20and%20design%20opportunities](https://www.interaction-design.org/literature/topics/ux-research#:~:text=UX%20(user%20experience)%20research%20is,uncover%20problems%20and%20design%20opportunities). Último acesso em 20/03/2022.

Uma foi o movimento de ocupação em *Wall Street*, Estados Unidos, em que as pessoas demonstraram um sufocamento pelo capitalismo selvagem e o mito do “sonho americano”. O movimento teve como inspiração a Primavera Árabe e aconteceu no centro econômico de Nova Iorque em 2011. As pessoas, que estavam dentro da ocupação e as apoiadoras, fizeram o movimento ganhar notoriedade internacional ao borbulhar a internet com a hashtag *#OccupyWallStreet* e *#WeAreThe99%*. A antropologia não tinha como ignorar a necessidade de fazer trabalho de campo nas redes sociais, como o *Twitter* e o *Facebook* na época.

Outra movimentação política foram as manifestações em junho de 2013, chamadas depois de Jornadas de Junho, em que as pessoas ocuparam as principais ruas das capitais do Brasil contra o aumento no valor das passagens de ônibus. A hashtag *#NãoSãoSó20Centavos* novamente movimentou as redes sociais gerando problematizações além da pauta central do movimento, fazendo insurgir tanto movimentos como o Passe Livre quanto movimentos reacionários, como o Movimento Brasil Livre. Aqui, de novo, a presença de manifestantes nas redes sociais não dava para ser vista como desconexas do movimento, gerando na antropologia uma discussão maior sobre ativismo nas redes.

Outro acontecimento foi as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016 e do Brasil em 2018. Como um trauma em nossa história, essas eleições fugiram do que era considerado um processo normal, já que tivemos um enorme disparo de notícias falsas nas redes sociais *Facebook* e *Whatsapp* que acabaram por determinar o resultado delas e por terem tido o poder de desnudar discursos de ódio e pós-verdade. Um bom exemplo é a pesquisa realizada por Leticia Cesarino (2020) em grupos direitistas no *Whatsapp*. Esses acontecimentos tiveram grande influência na maior realização de etnografias *online*, principalmente as feitas apenas em redes sociais. Ou seja, não como um complemento à observação presencial.

Os movimentos sociais tiveram grande importância para as etnografias digitais. No entanto, as pessoas que ainda não trabalhavam com elas conseguiam pesquisar não considerando as redes sociais, sem correlacionar as dicotomias real e virtual, pois esse não era o foco. É nesse sentido que argumento sobre a pandemia de Covid-19 como uma virada no campo e nas relações internas entre pessoas antropólogas. Aqui nós podemos considerar que o dualismo entre mundo real e mundo virtual caiu por terra, até porque a vida de muitas pessoas parece ser mais movimentada em redes sociais.

Algo importante a se considerar quanto a isso é que muitas pessoas que estavam ativamente produzindo antropologia durante a pandemia também tiveram uma grande influência pública, pois antropólogos e antropólogas não são seres à parte da sociedade. Eles e elas estavam (e estão) em redes sociais, participando de movimentos, compartilhando suas vidas cotidianas, pesquisando e divulgando suas pesquisas. Isso, sem dúvidas, acaba resultando em um número maior de intelectuais públicos e, conseqüentemente, nas redes sociais como campos de desenvolvimento de capital.

O que há anos atrás poderia ser considerado desimportante, como o número de curtidas/*likes* e quantidade de seguidores, agora é indubitavelmente presente. Sobre isso, eu não restrinjo à antropologia, mas é lógico pensarmos que quanto mais visto um intelectual público é, mais visibilidade ele ou ela passa, pois menos questionada é sua credibilidade e maior acaba sendo o alcance de suas pesquisas. Uma das razões disso está relacionada ao fato de quanto mais as ciências alcançarem espaços de maior divulgação, a comunicação em prol da dúvida é suprimida pela do convencimento (FLECK, 1986).

Acredito ser pertinente falarmos também sobre a ocupação de cargos institucionais que, como eu disse anteriormente, é uma forma de aceitação entre pares. Com isso, é evidente a tentativa de maior visibilidade de grupos de pesquisas e institutos ligados a antropólogas com visibilidade nas redes. A dramaticidade que sentimos de ler as conversas relatadas que aconteciam nas reuniões de departamento das maiores universidades, os comentários sem filtros feitos entre colegas, a colaboração na busca por materiais disciplinares e interdisciplinares, e, os conflitos entre pesquisadores/as e pesquisados/as em redes sociais é como se fossem ocorridos aos olhos de todas e todos. Em praça pública num fio de discussão no *Twitter*. Ou seja, não temos como negar que a presença de pessoas antropólogas nesses espaços acaba sendo determinante para o fazer antropológico, já que a dúvida e o convencimento têm de encontrar um equilíbrio mais instantâneo.

No início deste texto eu citei uma entrevista de Tim Ingold (2014) e retomo ela agora. A entrevista foi concedida em 2013 e acredito que pode nos ajudar a enxergar que o fazer antropológico por escalas tende a ser cada vez mais aceito, independente de correntes estruturalistas ou não e das fronteiras disciplinares. Vamos lembrar também que essa foi uma preocupação apresentada pelas correntes culturalista e pós estruturalista, a necessidade da análise por escala. Aqui vemos uma aproximação do período pós estrutural e pandêmico na antropologia. Trago abaixo uma rica contribuição de Ingold quando foi perguntado sobre indivíduos e grupos, e, ele respondeu, para a surpresa da minha releitura, falando de gerações:

Temos que deixar de pensar em indivíduos e grupos e começar a pensar em posicionalidade, em lugares ou pontos em um campo de relações. Isso é que me satisfaz na Teoria dos Sistemas de Desenvolvimento, que permite pensar nesses termos. Por exemplo, normalmente se pensa nas habilidades como sendo transmitidas de uma geração a outra. Para mim, nada se transmite. As habilidades crescem novamente, são recriadas com cada geração. O que uma geração transmite à seguinte são os contextos de aprendizagem nos quais os novatos podem redescobrir por si mesmos o que seus predecessores já conheciam. Vamos a um exemplo: suponhamos que haja um granjeiro que tem uma granja e que muitas gerações depois seus descendentes seguem cultivando essa granja. As pessoas que se situam dentro da Teoria da Construção de Nicho diriam que esse é um exemplo de herança ecológica, já que o primeiro granjeiro criou um nicho e o transmitiu aos seus descendentes. Mas a realidade é que essa terra mudou. Num sentido legal se pode dizer que o descendente herdou a terra, mas num sentido prático o descendente trabalha essa terra e a mantém produtiva graças ao seu trabalho. Assim, seguramente usou técnicas totalmente diferentes das que usava seu avô. E descobriu as coisas que seu avô já conhecia, mas ao mesmo tempo descobriu coisas novas. O trabalho de uma geração armou as condições do trabalho da geração seguinte. E isso não é outra coisa que a história. (2014).

5. Outsider Within, saberes localizados e a desistência de utilizar marca-texto nos clássicos

Uma coisa é fato e não é algo próprio da disciplina: a presença de antropólogos e antropólogas feministas e/ou não-europeus e não-estadunidenses é uma mudança radical nas pesquisas científicas. Aqui eu poderia citar várias mudanças feitas por esses grupos de profissionais, que antes eram tratados apenas como objeto de estudo ao invés de sujeitos. Mas, uma delas, que cito aqui, é exatamente o que Overing (1999) chama atenção de olhar o que é considerado ordinário, como as tarefas do dia a dia e as interações sem propósito. Voltando ao início, essas coisas dadas como invisíveis me parece ser o que Foucault (1999) dá a entender sobre o que precisa ser olhado, mas acaba sendo deixado em segundo plano.

Uma forma de entender isso nas implicações do fazer antropológico pode ser pensado a partir das contribuições de Donna Haraway (1995) sobre saberes localizados. É fato que diferentes socializações implicam diferentes formas de imaginário, de ver o mundo, e, conseqüentemente, de existir enquanto pesquisador/a. A necessidade de situar os saberes e afirmar uma posicionalidade, conforme defende a autora, é um caminho para uma ciência mais objetiva e confiável. Porém, não se trata apenas de explicitar identidades do ou da pesquisadora, mas sim esforçar-se para romper com as ingenuidades e ser capaz de prestar contas sobre seu trabalho e referências.

Conforme foi se dando a entrada de grupos antes majoritariamente excluídos na academia, mais particularmente na produção de conhecimentos nas ciências sociais, coisas das quais já estavam estabelecidas ou em um ponto de saturação começaram a soar contraditórias ou até sem sentido. Essas coisas que quero sugerir são concepções, pensamentos, conceitos, observações próprias das ciências sociais feitas por pequenos grupos de pessoas, por muitos anos. Para tentar ser mais sucinta, eu gostaria de citar os exemplos de Patricia Hill Collins e Archie Mafeje.

Acredito que tanto Collins quanto Mafeje se adequam à ideia de *outsider within*, teorizado por essa primeira. Em seu texto *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* (1986), Collins traz à tona esse termo a partir de contribuições do feminismo negro estadunidense para explicar o fenômeno de uma pessoa excluída socialmente de um determinado grupo estar inserida no interior de um núcleo dele.

Ela dá o exemplo inicial das trabalhadoras domésticas negras de casas norte-americanas e formas como elas acabam sendo valorizadas como (quase) da família. Posteriormente a isso, Collins discorre sobre a inserção de mulheres negras e outros grupos de pessoas à margem da sociedade no fazer acadêmico da sociologia (espaço historicamente restrito a homens cis brancos e do norte global). Pois há uma potencialidade em como isso pode ser determinante para a evolução científica da disciplina, já que quem está como *outsider within* tem a potencialidade de estranhar coisas já naturalizadas. Ela cita como exemplo a revisão da categoria conceitual “trabalho”, que com a maior presença de pessoas negras e mulheres na sociologia passa a ser revisada para além do conceito estabilizado de trabalho europeu remunerado pós-industrial (p. 121).

Quanto a Mafeje, antropólogo sul-africano que também ocupou o espaço acadêmico das ciências sociais na segunda metade do século XX, suas contribuições foram tal como um “sacode” para a antropologia. Como um *outsider within*, em um de seus textos ele criticou a forma como cientistas sociais europeus e estadunidenses viam de forma quase inquestionável qualquer comunidade africana como tribo, e os problemas implicados nessa categorização conceitual (1971).

Eu poderia aqui também citar o movimento de estudos subalternos (anos 1970, a partir da Índia) como um também exemplo de reviravolta epistemológica. A presença de *outsiders within* sem dúvidas é muito importante para a mutabilidade das ciências e para novas práticas do fazer pesquisa. Essa discussão ainda não ficou para trás desde Collins, a sensação de estar cometendo uma traição ou não estar “pesquisando corretamente” continua aparecendo durante a construção da pesquisa de pessoas que até pouco tempo atrás eram apenas objeto de pesquisa. O processo de escrita aparece como tendo muita influência sobre isso.

Não tratando exatamente sobre *outsiders within*, mas sobre a escrita feita por mulheres na antropologia, Mariza Corrêa (1997) nos ajuda a ver isso ao documentar os conflitos imbricados no “escrever diferente” ao falar das críticas recebidas por antropólogas e esposas de antropólogos ao compartilharem seus trabalhos. Dentre algumas situações históricas citadas pela autora, uma foi o antigo entendimento de textos antropológicos produzidos por mulheres que eram esposas de antropólogos consagrados como menos etnográficos e mais literários. Um exemplo foi a recepção pública dos textos de Dina Dreyfus, que estava presente durante os trabalhos de campo do marido, Claude Lévi-Strauss.

Por outro lado, Corrêa também compartilha o depoimento de Hortense Powdermaker, que foi aluna de Bronislaw Malinowski em um seminário de antropologia. Quando ela foi estimulada por ele para avançar na academia e escolher uma área para seu doutoramento, recebeu uma expressão facial de desaprovação ao responder que estudava “*just for fun*” em trabalhos de campo etnográficos, leitura e escrita. O que a fez refletir e optar por prosseguir na carreira antropológica institucional (p. 79).

Recorri a estas retomadas das propostas de algumas gerações ocidentais da antropologia como tentativa de demonstrar como pessoas e correntes teóricas tanto se opõem como se alinham. A aceitação de novas práticas, novas escritas e novos sujeitos é atravessada por conflitos dentro e fora da antropologia. A presença de antropólogas e antropólogos nas redes sociais fazendo e compartilhando pesquisas também se inclui nisso, pois muitas práticas são novas para o campo. Se no momento pós-estruturalista não havia uma preocupação com a pluralidade de discursos, hoje, com certeza, é muito difícil imaginarmos uma antropologia confiável em sua posicionalidade sem isso.

6. Considerações finais

Neste espaço eu tentei demonstrar como as mudanças de paradigmas no fazer científico da antropologia são atravessadas pelo contexto histórico e conflitos geracionais internos. Sugeri uma comparação entre o momento pós-estruturalista e o momento pandêmico. Demonstrei que os estudos sobre cibercultura não são novos na disciplina, mas ganharam mais notoriedade e credibilidade com os movimentos sociais nas redes e a pandemia de Covid-19. Apresentei a pandemia como um fenômeno marcante para a disciplina por forçar uma mudança no fazer etnográfico feito às pressas com uma aceitação maior da etnografia *online*, e, a maior presença de antropólogas e antropólogos como intelectuais públicos.

Por último, discorri brevemente sobre o conceito de *outsider within*, de Patricia Hill Collins, e

como a presença de pessoas marginais na sociedade, quando ocupam a academia, causam uma revisão de conceitos já estabelecidos. E, conseqüentemente, em mudanças de paradigmas de o que é e como fazer pesquisa e como compartilhá-la. Visto que ainda estamos vivendo a pandemia, talvez ainda seja cedo para pensarmos se as pessoas vão querer continuar a realizar netnografias após passar as restrições sanitárias por distanciamento. As mudanças por aceitação dessas práticas aconteceram, sim, mas ainda não sabemos se elas vieram para ficar. Se, tendo bibliotecas, preferirão o campo de busca do *Google* ou se considerarão uma viagem longa a uma videochamada. Minha sugestão é que a partir de então as práticas tendem a ser combinadas, como já parecem estar sendo.

Durante o texto, argumentei em prol de que a etnografia *online* alcançou uma legitimidade científica na antropologia, mas tenho consciência de que totalizar essa afirmação para a disciplina como campo geral não tem fundamento. Acredito que essa forma de fazer etnografia ainda tem resistências, tal como demonstrei ao citar Souza e Vieira (2021), na introdução. No entanto, é visível que com a pandemia a etnografia *online* ou netnografia “fez a sua cama”. Não ousou dizer que essa discussão já está superada, mas, assim como as discussões pós-estruturalistas, ela ainda rende e vai render boas análises.

7. Notas

*Graduanda na Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: isabeletifani@gmail.com.

8. Referências

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber). Site oficial. Disponível em <https://abciber.org.br/site/>. Último acesso em 29/03/2021.

CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil**. *Internet & Sociedade*, 1(1): 91-120, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Sociedade e Estado*, 31(1), 2016 (1986).

DE CASTRO, Isis Gabriella. **“Occupy Wall Street: entenda o que foi o movimento!”**. Politize!. Publicado em 22/03/2021. Disponível em <https://www.politize.com.br/occupy-wall-street/>. Último acesso em 29/03/2021.

EDITORIAL. **“Não são só 20 centavos!, dizem manifestantes na avenida Paulista”**. Folha de S. Paulo. Publicado em 19/06/2013. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>. Último acesso em 29/03/2021.

ESCOBAR, Arturo. 2016b. **Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura**. In: *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Jean Segata; Theophilos Rifiotis (org.), 21-66. Brasília: ABA Publicações.

FLECK Ludwik. **La génesis y el desarrollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Editorial; 1986.

FONSECA, Claudia. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 9-35, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Las meninas**. In: FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999(1966).

GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (Orgs.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, 5, 2009 (1988).
- INGOLD, Tim. **A Antropologia em crise.** Instituto Humanitas, Unisinos, 2014 (2013).
- KELLY, José Antonio. *Reflections on mathematical figures and engineering approaches in anthropology.* **Vibrant**, v. 19, n. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., p. e19600, 2022.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- MAFEJE, Archie. **A ideologia do tribalismo.** Pontos de Interrogação, 10(2), 2020 (1971).
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARS, Amanda. **“Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais?”.** El País. Publicado em 25/02/2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html. Último acesso em 29/03/2022.
- MILLER, Daniel. **The digital and the human: a prospectus for digital anthropology.** In: HORS, Heather A.; MILLER, Daniel (Ed.). *Digital Anthropology.* Berg: London, 2012.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. **Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2004, ano 10, n.21, p. 41-65, janeiro./junho.
- OLIVEIRA, Amurabi; LABEL BARBOSA, Inaê. Aprender e ensinar a fazer uma antropologia dos arquivos. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 405-415, 2019.
- OVERING, Joanna. **Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica.** Mana, 5(1), 1999.
- PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método.** Horizontes Antropológicos [online]. 2014, v. 20, n. 42. p. 377-391. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Último acesso em 05/04/2022.
- RIFIOTIS, Theophilos. **Desafios Contemporâneos para a Antropologia no Ciberespaço: o lugar da técnica.** In: Segata, Jean; Rifiotis, Theophilos. (Orgs.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura.* Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, p. 115-128, 2016.
- RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 85-99, fevereiro/2016.
- RUI, Taniele et al. **Antropologia e pandemia: escalas e conceitos.** Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 27, n. 59, p. 27-47, Apr. 2021.
- SEGATA, Jean. 2020b. **A pandemia e o digital.** Revista Todavia 7: 7-15.
- SEGATA, Jean. **Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia.** GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (Orgs.). *Cientistas sociais e o Coronavírus.* São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. Disponível em http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/livro_corona/Ebook_Cientistas_Sociais_Coronav%C3%ADrus_alta.pdf. (p. 44-46). Último acesso em 05/04/2022.
- SEGATA, Jean. **Lontras e a construção de laços no Orkut.** Dissertação (mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina. 2007.
- SOUZA, Gustavo dos Santos; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **Pesquisar em tempos de pandemia: reflexões iniciais de jovens pesquisadores.** Revista Espaço Crítico - NUSEC – IFG Aparecida de Goiânia – Ano 2 - Vol. 2 – N. 2 – julho de 2021. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/rec/article/view/1016/715>. Último acesso em 05/04/2022.

STRATHERN, Marilyn. Necessidades de Pais, Necessidades de Mães. **Estudos Feministas**, vol. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. Revista Sociedade e Estado - Volume 25, Número 2, Maio/Agosto 2010.



FALANDO DE RAÇA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTRUTURA, ENSINO E INSTITUIÇÃO

TALKING ABOUT RACE IN THE BRAZILIAN ARMY: STRUCTURE, INSTRUCTION AND INSTITUTION

Resumo

O racismo velado presente no Exército Brasileiro nunca foi pauta de relevância dentro da instituição, afinal sua naturalização foi progressivamente estimulada — desde a formação da Força Expedicionária Brasileira até a presente conjuntura que, mostra um único general negro na Força e apenas onze em sua história. A realidade dessa segregação foi primordial para reconhecer a pertinência dos teóricos raciais sobre tal questão: se o racismo velado é legitimado em um braço tão poderoso do Estado, o que acontece no restante da sociedade brasileira?

Palavras-chave: Raça; Racismo; Exército Brasileiro; Sociologia do racismo.

Abstract

The veiled racism present in the Brazilian Army was never a relevant agenda within the institution, after all, its naturalization was progressively stimulated — from the formation of the Brazilian Expeditionary Force to the present conjuncture, which shows a single black man in the position of general in the Force and only eleven in its history. The reality of this segregation was essential to recognize the relevance of racial theorists on this issue: if veiled racism is legitimized in such a powerful arm of the State, what happens in the rest of Brazilian society?

Keywords: Race; Racism; Brazilian Army; Sociology of racism.

*Elloiza Sena Alves de Lima

**Esther Krüger Silveira

***Marina Panziera Alves

Recebido em: 15/07/2022

Aceito em: 23/03/2023

1. Introdução

O século XX para o Exército Brasileiro foi caracterizado como um período de emulação militar dos modelos francês e estadunidense, ou seja, o Exército buscou reproduzir aspectos do sistema militar das missões aqui empreendidas a fim de equiparar-se a elas e até mesmo superá-las gerando assim, um modelo híbrido. Conjunto a isso, o interesse das potências militares não consistia em desenvolver o país contratante como uma força superior, mas sim, ampliar sua zona de influência sobre ele, transferir armamentos e ter um papel relevante no aprendizado de tais forças, fortemente marcado pela implementação de sua própria doutrina (SVARTMAN, 2016). O presente trabalho não pretende se ater aos detalhes dessas missões de modernização¹, mas de certa forma busca atentar-se à influência organizacional, política e educacional compreendida por esses convênios, principalmente a estabelecida com os Estados Unidos.

A missão estadunidense (1942-1977) foi extremamente complexa uma vez que não se limitou apenas às relações comerciais como havia sido a francesa (1919-1939). Nela havia fortes motivações políticas e estratégicas de forma que o alinhamento entre os dois países possibilitou — apesar de assimétrica — uma efetiva aliança militar que se demonstrou primordial para a projeção norte-americana na América Latina naquele momento, visando à posição estratégica do país para a 2ª Guerra Mundial (SVARTMAN, 2016). De fato, a missão só teve início com a entrada dos países na Guerra — que propiciou a intensa preparação e introdução da Força Expedicionária Brasileira (FEB) — a qual foi marcada pela incorporação do modelo organizacional do país contratado no que tange a construção de novas escolas militares, ministérios, comissões, assim como a tradução de materiais, novos equipamentos e treinamentos adequados (SVARTMAN, 2016).

Tal experiência teve substancial relevância sobre a atualização das capacidades militares do Exército Brasileiro, no entanto, não conquistou seu principal objetivo: a autonomia militar. Além disso, a missão reforçou o poder político do exército, especialmente durante o Estado Novo, onde os militares consideravam os rumos que estavam sendo tomados para a política brasileira necessários de intervenção em nome da segurança e do desenvolvimento nacional, condicionando-os enquanto os responsáveis pela melhora do país, como mostra trecho do artigo de Svartman (2016, p. 371):

No final dos anos 1940, marcados pela intensificação da mobilização política da sociedade brasileira, e pelas polêmicas em torno do modelo de exploração do petróleo e do nacionalismo, as Forças Armadas brasileiras, mais do que moderadoras do jogo político brasileiro, tornaram-se palco e objeto de disputas políticas. (apud Peixoto, 1980; Smallman, 2004).

Essa breve exposição sobre a condução da instituição militar brasileira mostra-se primordial ao refletir sobre o seu ensino, sua organização, sua formação estratégico-doutrinária e o mais importante, a consolidação do seu pensamento militar. Pensamento que não se limita apenas ao que Azar Gat (2001) define como sendo o conjunto das concepções do que sejam a guerra, a estratégia, a doutrina e a teoria militar, mas também engloba a compreensão sobre a formação discursiva que constitui a episteme desse pensamento, que nega a existência, domina os corpos dos homens negros aspirantes a oficiais no Exército Brasileiro constituindo e legitimando a instituição e seus comportamentos. É sobre a imagem produzida por essa instituição a partir dos corpos que acessam determinadas posições de poder que o presente trabalho busca debruçar-se. A fim de compreender sobre a temática, partiu-se da contribuição teórica de três autores essenciais que trabalham com a temática de raça (ALMEIDA, 2019; CAMPOS, 2017; COLLINS, 2020), assim como da experiência de Sionei Leão enquanto militar do Exército Brasileiro e do seu relevante trabalho enquanto jornalista trazendo sua atenção para a questão negra no âmbito militar. Por fim, também foram utilizados, com o intuito de atentar-se à conjuntura atual, reportagens e artigos sobre a temática².

Para atender essa demanda concebe-se necessário partir da conceituação sobre o que compreende-se como racismo na sociedade atual, conforme Sílvia Almeida (2019) o racismo é uma forma sistemática de discriminação racial, ou seja, não se limita a atos individuais, mas sim, legitima-se nas estruturas institucionais que se mantêm ao longo do tempo, favorecendo os grupos dominantes e excluindo os demais por critérios raciais. Afirma-se que esse é um complexo processo em cadeia no qual tais estruturas aumentam a ideologia enquanto essa justifica práticas em meio à sociedade. Essa conceituação é ponto de partida para conceber a forma que o debate sobre raça insere-se na instituição militar. Segundo Goffman (2010), desde o ingresso do homem na instituição ele passa a viver um novo regime de socialização que o

¹ Sobre as missões de modernização, ver SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O Exército Brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 22, p. 361-380, 2016.

² Reconhece-se a possibilidade de expandir a revisão da bibliográfica sobre o tema, no entanto, considera-se que as obras escolhidas e os autores abordados são por ora suficientes para sustentar o argumento do estudo. As autoras pretendem ampliar a análise em um segundo estudo **(nota das autoras)**.

distingue do “eu” civil para a consolidação do “nós” militares assim, esse aspecto rompe as fronteiras que separam as dimensões sociais — trabalho, estudo, lazer — para fundir-se com a missão do ambiente institucional no qual estão inseridos. Por isso, os quartéis, as academias militares, suas escolas e seus centros de treinamento são exemplos claros de tal caracterização. Mas será que essa socialização militar ultrapassa as fronteiras da raça?

O presente artigo está dividido em seções de maneira que possibilite esse olhar, por isso, inicia-se com uma análise sobre a forma como a raça foi abordada dentro da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a partir da 2ª Guerra Mundial, inserida em uma conjuntura de forte influência norte-americana no Exército Brasileiro — em um momento que a força estadunidense era uma das mais segregadas da época. A próxima seção atenta-se ao debate contemporâneo com ênfase na teoria interseccional para refletir e explorar as mudanças, assim como a atenção que a questão recebeu desde a análise sobre a FEB. A última seção desenvolvida intitula-se “Racismo Estrutural e Hierarquia Institucional” encontra respaldo teórico para as experiências empíricas do Exército Brasileiro. Por fim, as considerações finais retomam os principais pontos apresentados e conclui o estudo com base no debate desenvolvido ao longo do texto. Além disso, busca com a experiência racial evidenciada no Exército Brasileiro refletir e até problematizar o impacto dessa atuação sobre a sociedade, uma vez que, apesar de possuir como principal papel a defesa nacional, sua condução não é apenas técnica, mas também política e integrada com a vida civil.

2. Por dentro da história: Uma análise sobre raça na FEB

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi a força militar constituída para lutar ao lado dos Aliados na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, sob o comando dos Estados Unidos. Conforme já mencionado, a influência estadunidense no Exército Brasileiro teve início com a missão do país, consolidada fortemente com a entrada dos mesmos na guerra — evento que permitiu aumentar sua influência no Brasil, principalmente no sentido da aliança militar. O Brasil foi o único país latino-americano a enviar um contingente militar para o Teatro Europeu, por isso, fica claro a sua importância tanto política quanto estratégica nesse período, entretanto, havia diferenças, no treinamento, na estrutura, assim como sobre qual cidadão brasileiro era destinado a ser soldado da FEB (SILVA; FOLY, 2013). Como Silva e Foly (2013) ressaltaram, o elemento humano da FEB representou de forma autêntica o povo brasileiro: íntegro, diverso e multiracial. A questão da raça pode parecer irrelevante em um primeiro momento, mas ao analisar a composição heterogênea da Força Expedicionária ao lado das tropas estadunidense pode-se perceber que o Brasil era um ponto fora da curva que acabava por ter sua eficiência julgada por causa da sua diversidade (SILVA; FOLY, 2013).

Segundo a entrevista do General Octavio Costa para o Estadão (2020), a segregação racial era uma característica das tropas aliadas, mas não da Força Expedicionária. Inclusive nas tropas estadunidenses “havia unidades compostas exclusivamente de soldados afro-americanos — comandadas por oficiais brancos” (SILVA; FOLY, 2013, p. 24). Dessa maneira, para analisar a veracidade desse discurso é essencial atentar-se para a forma que o debate racial acontecia naquele período assim como, a realidade dos militares negros nas instituições brasileiras. Francisco Ferraz (2020) expõe em seu artigo que a formação da FEB reproduziu a estrutura racial da população do país, o olhar sobre essa afirmação tornou-se um dos pilares para a legitimação do mito da democracia racial³ na sociedade brasileira. No entanto, a formação dessa tropa multiétnica nunca foi o objetivo da instituição, pelo contrário, buscava-se recrutar os homens de elite, mas devido à alta seletividade não houve outra opção a não ser expandir a missão para outras categorias. Conforme o autor, o racismo existia, principalmente no período de treinamento do Brasil, e apesar de eventos considerados isolados, também estava presente durante o período na Itália (FERRAZ, 2020).

Com base na obra de Sionei Leão (2021), intitulada “Kamba’Race”: Afrodescendências no Exército Brasileiro — a qual carrega o termo em guarani que significa “lamento negro” — a representatividade negra no exército brasileiro não é expressiva, inclusive, na visão dos militares, o debate racial é visto como uma “coisa de esquerda” dificultando uma maior discussão. Entretanto, é essencial considerar que a FEB foi o único contingente racialmente integrado no conflito, uma vez que a maioria das divisões era extremamente segregada. A Força Expedicionária foi revolucionária justamente pela presença de brancos e negros lutando lado a lado, porém, ainda sim, é primordial uma análise para além do campo visual, questionando-se até que

³ A democracia racial pressupõe a igualdade de direitos e deveres entre as relações raciais. Falando do Brasil, o discurso de democracia racial consiste em um mito, uma vez que nega toda uma história e o presente de um país racista (nota das autoras).

ponto a integração no campo de batalha desses homens os colocava lado a lado na hierarquia institucional? Conforme os dados apresentados por Ferraz (2020), o perfil dos praças representava essa integração, já a dos 77 sargentos, 69 eram considerados brancos e 8 classificados como mestiços — ou seja, não havia nenhum sargento negro. A conclusão do argumento do autor mostra-se primordial para a comprovação do questionamento aqui apresentado:

Com as unidades expedicionárias já formadas, essa desigualdade racial, esse “racismo cordial”, aparecia na desproporção de oficiais e mesmo sargentos negros e mestiços, comparada à proporção demográfica de negros e pardos da população brasileira (...) O fato de tal discriminação ser velada não a faz menos real, e até a torna mais cruel, pois a “culpa” pela não-ascensão se desloca ignominiosamente da estrutura racial e socialmente discriminatória para as suas vítimas. (FERRAZ, 2020, p. 270)

Dito isso, é possível constatar que na Força Expedicionária existia um racismo estrutural, que apesar de naturalizado ele estava lá e deixava suas marcas na instituição — prova o fato de ainda hoje apenas 11 homens negros terem chegado a generalato no Exército brasileiro (O GLOBO, 2021). Para subsidiar a parte empírica aqui apresentada, encontrou-se em Luiz Augusto Campos (2017) a base teórica necessária para fortalecer o argumento desenvolvido. O autor propõe uma teoria tridimensional do racismo que deve ser compreendida como um fenômeno social construído pelas relações multidimensionais, que presa sua dependência ontológica e as mantém separadas no nível analítico — que permite avançar a compreensão sobre formato de racismo assumido atualmente, sobre os problemas conceituais em sua definição, a ontologia da noção de raça e dos dilemas enfrentados na luta antirracista (CAMPOS, 2017). Essa teoria baseia-se na integração analítica de três outras abordagens que, analisadas à luz das teorias sociológicas permitem explicar como o racismo opera na sociedade em que estamos inseridos, logo, analisar o racismo na instituição militar. A primeira delas é caracterizada pela “precedência das ideologias”, ou seja, entende-se o racismo como um fenômeno assentado em ideologias, tal qual um conjunto de ideias que atribuem uma inferioridade justificada ao grupo subalternizado, com base em uma crença, onde a sociedade é dividida biologicamente pelas raças (CAMPOS, 2017). Já a segunda, é abordada pela “precedência das práticas”, melhor dizendo, é a relação de causa, práticas, preconceitos comportamentais que acabam reproduzindo o racismo; ou seja uma “predisposição” comportamental a agir negativamente em relação a um determinado grupo (CAMPOS, 2017). A terceira, a “precedência das estruturas”, acredita que o racismo atualmente está mais fortemente vinculado com as estruturas e instituições, sendo elas os seus princípios causais (CAMPOS, 2017); pois, “suas teorias estão centradas nos modos como o racismo se torna uma função dos contatos entre sistemas sociais diversos e não uma propriedade intrínseca a eles” (CAMPOS, 2017; p.09).

Assim, com base no que foi exposto nesta seção, a teoria tridimensional do racismo proposta por Luiz Augusto Campos (2017) teve grande relevância para a qualidade das análises de obras e artigos os quais destacam a questão racial na Força Expedicionária Brasileira (SILVA; FOLY, 2013; FERRAZ, 2020, LEÃO, 2021). Com isso, foi possível compreender que, apesar da estrutura da FEB ter implicado em inovações na relação e na forma de articulação de seus soldados na missão, não se pode afirmar que não foi uma força racista, pelo contrário, presencia-se a história da constituição do mito da democracia racial ao mesmo tempo em que se comprova o racismo naturalizado na estrutura institucional. Dessa forma, mostra-se evidente a distinção racial existente desde a seleção dos candidatos para a Escola Militar até o crescimento na hierarquia (RODRIGUES, 2008). A partir dessa retomada histórica permanece importante problematizar a naturalização de aspectos discriminatórios do passado para refletir a sua perpetuação dos comportamentos na instituição, tal como na sociedade nos dias atuais.

3. Conjuntura atual: Racismo no Exército Brasileiro

A ideologia é entendida como uma visão falseada, ilusória e mesmo fantasiosa da realidade que molda o inconsciente dos indivíduos nas sociedades, de acordo com as visões estruturadas como verdades (ALMEIDA, 2019). A segregação racial da sociedade brasileira baseia-se em cima desta fantasia, a qual não se visualiza a discriminação social por raça, já que em uma sociedade miscigenada como a do Brasil, os direitos são garantidos primordialmente pelas instituições. Entretanto, há nas instituições como a organização militar, familiar, religiosa, universitária, em órgãos públicos e empresas, o racismo estrutural, que estabelece uma precedência institucional hierarquizada e determinante no ensino, na doutrina, na formação,

na organização e principalmente na consolidação de uma ideologia discriminatória naturalizada pela sociedade (ALMEIDA, 2019); como, por exemplo, na integração do homem negro nas Forças Armadas brasileiras.

As instituições do Estado brasileiro, constituídas através de modelos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torná normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais (ALMEIDA, 2019), são responsáveis pelo estabelecimento do padrão social ao qual, marca o comportamento humano. A ideologia na implantação do racismo dentro das instituições brasileiras é montada, justificada e amparada na dominação de uma classe social dominante sobre a outra, pois a partir do momento em que um grupo social é posto como 'inferior', segregado e consequentemente discriminado do restante da sociedade, se constitui um desequilíbrio social nas instituições resultando em um padrão no comportamento humano que segrega e discrimina. Deste modo a estruturação do racismo institucional é definida por parâmetros discriminatórios, para que se mantenha a hegemonia do grupo racial no poder (ALMEIDA, 2019), pois desta maneira o domínio cultural, político e social é definido pelo padrão social 'ideal'.

O racismo estrutural é consolidado a partir deste desequilíbrio social das instituições, na medida em que se estabelece uma presidência institucional ideológica, hierarquizada e determinante na maneira que os comportamentos e as relações sociais do ser humano são dispostos; pois para a consolidação e naturalização destes aspectos discriminatórios do passado, a sociedade brasileira com um todo constitui uma ideologia social onde o negro sempre será de alguma forma diferente e inferior. As relações sociais terão como fim, a hierarquia e segregação dos mesmos, e a sociedade sempre estará fixada numa fantasia a qual não se visualiza a discriminação por raça, uma vez que a racialização do homem negro dentro das instituições permanecerá estruturada e justificada no racismo.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) utilizam da interseccionalidade como uma ferramenta analítica e política na abordagem de importantes questões sociais, tal como a questão racial. A complexidade das relações sociais como a do poder entre as raças, classes e gêneros são objetos de estudo desta ferramenta analítica que busca tentar desenvolver estratégias para lidar com as necessidades da sociedade. Uma vez que o desequilíbrio social, como o racismo no Brasil — estabelecido inicialmente com a colonização que visava a superioridade do homem branco europeu sobre as sociedades indígenas e negras, e no início do século 20 com a emigração para o branqueamento populacional — promoveu mudanças nas relações culturais, políticas e sociais que resultou em um sistema que por seu próprio modo atribuiu e continua a atribuir vantagens e privilégios a apenas um grupo social: a raça branca.

Para desenvolver uma resolução para o problema racial dentro da sociedade brasileira, o uso da ferramenta analítica da interseccionalidade é essencial, pois o racismo como problema social envolve uma gama de aspectos sociais, ao qual a interseccionalidade procura explicar. A interseccionalidade no âmbito étnico, político e ideológico é utilizada para uma análise estrutural do pensamento ao comportamento individual, às relações sociais, pois o desequilíbrio social apontado no Brasil, por exemplo, iniciado durante a colonização, promoveu mudanças nas relações culturais, políticas e sociais no decorrer dos anos, até os dias de hoje, determina a construção de um ideário discriminatórios, hierarquizado e segregacionista, configurando assim, um problema social ao qual o uso da interseccionalidade será utilizado para entender e investigar dentro da sociedade formas para solucionar as injustiças por ele geradas. Desta maneira o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, busca explicar a complexidade das relações humanas no mundo e suas experiências diferenciadas, e assim desenvolver caminhos para resolver os problemas sociais (COLLINS; BILGE, 2020), tal como a racialização do homem negro dentro das instituições nacionais, principalmente dentro do exército.

Nas Forças Armadas brasileiras este aspecto político e social de discriminação estrutural também teve forte influência para a constituição de uma elite de poder, uma vez que a inter-relação na construção de convicções ideológicas sociais, ao desenvolver um patriotismo nacional, contou com os processos de independências nas Américas e das relações com a Europa, o qual absorveu os impactos sociais de ambos os casos, mas não levou a ter um caráter próprio e totalmente doméstico, ou seja, nacional (NASCIMENTO, 2011). Uma vez que a racialização do negro nas Forças Armadas consolida-se pelas precedências estruturais de um passado mítico, onde os heróis e patriotas — homens brancos —, forjaram a nação com disciplina, espírito e devoção ao serviço à pátria (NASCIMENTO, 2011). Deste modo, cabe analisar o papel e a imagem que as instituições militares refletem na sociedade brasileira, visto que há

uma forte influência hierárquica e institucional tanto no meio civil, quanto no meio militar em relação à consolidação de um pensamento segregacionista social.

O papel militar no Brasil foi importante justamente por que a instituição aglutinou e continua a aglutinar características fundamentais à nação, tais como o culto ao civismo, a disciplina, o espírito de coletividade e a devoção ao serviço da pátria (NASCIMENTO, 2011), entretanto este papel importante mostrou à sociedade brasileira uma imagem ideológica racista, pois trouxe consigo precedências estruturais que, dentro da hierarquia institucional militar, consolidou-se e naturalizaram-se aspectos discriminatórios do passado para assegurar uma elite no poder, a elite branca.

A naturalização destes aspectos discriminatórios na hierarquia militar trouxe para a sociedade mais um exemplo institucional de padrão ao qual se deve comportar. O espírito de coletividade como uma das principais características do papel militar brasileiro, questiona até que ponto este espírito de ajuda e companheirismo ultrapassa as fronteiras da raça, visto que a discriminação dentro das instituições e conseqüentemente dentro do corpo social é naturalizada e até mesmo estruturada, a ponto de apartar o negro cada vez mais dos diversos âmbitos sociais, como o de poder dentro da hierarquia militar. Assim a racialização, naturalização e discriminação do negro dentro da sociedade brasileira é um problema social ao qual está consolidado nas instituições de poder, pois a ideologia da 'raça superior' implantada durante a colonização brasileira, e continuada na organização e consolidação de um pensamento nacional, um pensamento racista.

O uso da práxis crítica da interseccionalidade que "se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana" (COLLINS; BILGE, 2020, p.56), são importantes para a investigação e para as tentativas de corrigir os problemas gerados, pois explicam a diferentes questões sociais como a hierarquia de classe, gênero e raça (COLLINS; BILGE, 2020). Deste modo, a dificuldade de progredir dentro das Forças Armadas para um homem negro no Brasil, é um problema institucional que reflete no meio social, no qual a população negra não se vê representada e mais uma vez se vê colocada à margem do desenvolvimento social (AGÊNCIA, 2006). Para tentar corrigir os problemas gerados pelo racismo institucional, foram elaboradas políticas públicas, como a criação de cotas para a inclusão de negros, indígenas e pessoas de baixa renda nas universidades, de modo a tentar minimizar os efeitos negativos que surgiram ao longo da história de escravidão e discriminação da população negra (ALMEIDA, 2019). No meio militar, este 'ajuste de contas' também foi proposto, o deputado Raul Jungman (PPS-PE/2006) lembrou a origem da participação dos negros nas Forças Armadas na guerra do Paraguai e ressaltou "a importância de uma cultura democrática que promova diversidade" (CÂMARA, 2006). Entretanto, ainda nos dias atuais no alto comando militar existe apenas um general negro na ativa, André Luiz Aguiar Ribeiro, promovido em 2019, comandante da 10a Brigada de Infantaria Motorizada (ESTADÃO, 2020), demonstrando como precedências estruturais da discriminação do homem negro ainda promove a segregação racial na instituição.

4. Hierarquia, racismo e poder

As elucidações levantadas ao longo do ensaio permitem a reflexão sobre a imagem que o Exército produz a partir dos corpos negros. Deste modo, é possível identificar através do desenvolvimento do presente trabalho que, neste caso, a raça está vinculada a uma determinada ordem hierárquica institucional, historicamente constituída por negros e brancos que ocupam posições desiguais dentro desta estrutura. Sendo assim, isso pode ser averiguado, por exemplo, quando se constata que apenas um homem negro ocupa atualmente um dos postos mais altos na hierarquia militar (O GLOBO, 2021).

Por trás de qualquer problematização racial investigada a partir do enquadramento de uma instituição, as análises e construções teóricas de Sílvia Almeida em *Racismo Estrutural* (2019) são de extrema pertinência. O mesmo desenvolve dois conceitos relevantes para o presente trabalho, o racismo estrutural e o racismo institucional; para Sílvia, a estrutura social constituinte de uma sociedade exerce influência sobre as manifestações institucionais da mesma, posto isso, o racismo institucional só existe como resultado de um racismo estrutural que "cumpra seu papel" produzindo instituições racistas.

O racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura; as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p.31).

A hierarquia institucional do Exército brasileiro retrata como o racismo institucional manifesta-se no interior desta instituição, pois, como levantado anteriormente, apenas um homem negro ocupa atualmente um dos postos mais altos na hierarquia militar (O GLOBO, 2021). Desta forma, o Exército brasileiro, ao longo dos anos, continua a reproduzir em sua conjuntura institucional aspectos racistas formantes de sua estrutura, vetando a presença de homens negros em patentes superiores a partir do controle de uma cúpula majoritariamente branca a qual exerce o poder supremo desta instituição. A partir disso, é pertinente atentar-se a forma de como o racismo, neste caso, está vinculado ao negro exercer poder ocupando posições de liderança.

Desse modo, é imprescindível atentar-se para essa reflexão sobre a construção de um viés que valida e analisa a existência de um imaginário racista, produto de uma estrutura social historicamente constituída, que legitima a superioridade de raça e classe, marginalizando homens e mulheres negras em sociedade. Esse processo espelha determinadas aprovações e desaprovações em relação à ocupação de espaços e posições sociais, sendo assim, a estrutura racista provoca estranhamento, desconforto e deslegitimação da apropriação do negro em estruturas previamente ocupadas por brancos. No caso dos homens negros no exército brasileiro, a não ocupação de cargos superiores também pode ser atribuída como resultado desse processo de anulação e segregação historicamente edificado.

“O racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p.26). Sendo assim, é possível afirmar que a hierarquia institucional do exército brasileiro é concebida pela relação direta a essa lógica elucidada por Sílvia Almeida, demonstrando que o racismo respalda e edifica os espaços de poder, determinando quem pode se estabelecer em determinadas posições sociais.

⁴ Sobre o conceito de pensamento militar, ver GAT, A. *A History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

⁵ Sobre a teoria crítica da interseccionalidade, ver COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

⁶ Sobre a teoria tridimensional do racismo, ver CAMPOS, L. A. *RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES?: Uma abordagem realista-crítica*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-17, dez./2017.

⁷ Sobre o conceito de racismo e suas dimensões, ver ALMEIDA, S. *Racismo estrutural: (Feminismos Plurais)*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

5.Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar como a temática racial foi abordada no Exército Brasileiro e incorporada em sua estrutura organizacional, forma educacional e consolidação da instituição militar ao longo de sua história. A missão de modernização estadunidense (1942-1977) foi significativa sobre tais aspectos, principalmente por ter sido a missão responsável pela introdução da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro europeu da 2ª Guerra Mundial, e consequentemente pela formação do pensamento militar brasileiro. Como mencionado no corpo do texto, esse pensar não se limita apenas às concepções do que se refere a guerra, estratégia, doutrina e teoria militar⁴, mas inova em expandir essa compreensão para a formação discursiva que constitui a episteme desse pensamento, que nega a existência, domina os corpos dos homens negros aspirantes a oficiais no Exército Brasileiro constituindo e legitimando a instituição e seus comportamentos. Sobre esse aspecto utilizou-se as teorias interseccionais⁵ e tridimensionais⁶ como ferramentas analíticas da racialização do homem negro dentro do Exército Brasileiro.

Conforme Silva e Foly (2013), o elemento humano da FEB representou de forma autêntica o povo brasileiro: íntegro, diverso e multiracial — único contingente racialmente integrado em uma conjuntura marcada por divisões extremamente segregadas. Isso não quer dizer que era uma força plenamente integrada, pois na prática, a hierarquia estrutural distinguia brancos e negros, superiores e inferiores, gerais e praças. Dessa forma, o esclarecimento das outras dimensões conceituais de racismo⁷, como por exemplo, racismo institucional, racismo estrutural e segregação racial são fundamentais para evitar a naturalização de que o racismo manifesta-se apenas em atos individuais. Por isso, pode-se afirmar que o racismo estrutura-se na instituição segmentando-a e caracterizando espaços e ideais sociais; a sua forma institucionalizada é produto desse desequilíbrio social. Ao atentar para a instituição militar pode-se enxergar os problemas gerados por essa discriminação através da dificuldade de progressão do homem negro dentro da força; como apresentado, políticas públicas e uma revisão sobre o pensar social mostram-se indispensáveis.

Esse trabalho contempla a esfera militar pela sua totalidade e pelo seu processo de constituição do 'eu' militar. Mas não se limita em si, pois, a hierarquia institucional presente no Exército Brasileiro encontra forte relação ao direcionar-se o olhar para a realidade — para além dos muros da instituição militar. Tal hierarquia demonstra que o Exército brasileiro ao longo dos anos, seguiu reproduzindo em sua conjuntura institucional aspectos racistas formantes de sua estrutura, impossibilitando a presença de homens negros em patentes superiores. Com isso, a reflexão sobre como o racismo nesse contexto foi vinculado ao negro exercer poder sobre o branco uma vez que, no imaginário de uma ordem social racista, ou seja, uma estrutura social construída sob alicerces racistas; não se reproduz a relação inversa, que significaria o negro ocupando posições de poder na sociedade e brancos acatando suas ordens. Sobre esse aspecto, pode-se compreender que a socialização ainda não conseguiu ultrapassar as fronteiras da raça.

O racismo presente no Exército Brasileiro nunca foi pauta de relevância dentro da instituição, afinal sua naturalização foi progressivamente estimulada como foi explorado nas presentes análises — desde a formação da Força Expedicionária Brasileira até a presente conjuntura que, mostra um único general negro na força e apenas onze em sua história. A realidade dessa segregação foi primordial para reconhecer a pertinência dos teóricos raciais sobre tal questão: se o racismo é legitimado em uma esfera do Estado, o que acontece no restante da sociedade brasileira? A resposta está no caminhar da história, como afirmou Fernando Nascimento (2011), tal racialização consolidou-se pelas precedências estruturais de um passado mítico, onde os heróis e patriotas eram os homens brancos, os quais “forjaram a nação com disciplina, espírito e devoção ao serviço à pátria”. Dessa maneira, ao falar de raça no Exército Brasileiro é de primordial relevância refletir sobre sua estrutura, seu ensino e sua instituição, as quais moldaram e consolidaram seu pensamento militar, que rege seus comportamentos, sua hierarquia e a própria doutrina dessa Força. O Exército Brasileiro é fundamental para a defesa nacional, mas ao distinguir a capacidade de seus homens por raça corre sérios riscos dessa dinâmica voltar-se contra a própria instituição.

6. Notas

*Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: estherkrugers@gmail.com

***Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**: (Feminismos Plurais). São Paulo: Jandaíra, 2019.

CAMPOS, L. A. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES?: Uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-17, dez./2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>. Acesso em: 10 out 2021.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ESTADÃO. **General Octávio Costa fala sobre racismo e exército**. Youtube, 23 nov. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/5Prz8XimHp0>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

EXÉRCITO teve apenas 11 generais negros ao longo de sua história. **O Globo**, São Paulo, 15 jun 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/epoca/exercito-teve-apenas-11-generais-negros-ao-longo-de-sua-historia-25061372>>. Acesso em: 25 ago 2021.

FERRAZ, F. “Todas as falhas e virtudes desse povo”: considerações sobre a composição racial da Força Expedicionária Brasileira. **Antíteses**, Londrina, v.13, n. 25, p. 242-277, jan-jun/2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/39487>. Acesso em: 8 dez 2021.

GAT, A. **A History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GOFFMAN, E. **Prisões, manicômios e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LEÃO, S. **KambaRace: Afrodescendências no Exército Brasileiro**. Fundação Astrojildo Pereira, 2021.

NASCIMENTO, F. S. **Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares**. Rio Grande do Sul; Anais do I circuito de debates Acadêmicos; Code, 2011

NEGROS têm dificuldades para progredir nas Forças Armadas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 28 nov 2006. Educação, Cultura e Esporte. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/92271-negros-tem-dificuldades-para-progredir-nas-forcas-armadas/>. Acesso em: 23 ago 2021.

RODRIGUES, F. Discriminação e intolerância: os indesejáveis na seleção dos oficiais do Exército (1937-1946). **Antíteses**. v.1, n.2, p. 455-474. 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1864>. Acesso em: 23 ago 2021.

SILVA, M; FOLY, F. Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. **Revista Brasileira de História Militar**. v.4, n.11, p. 11-29, 2013. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-IV-11.pdf>. Acesso em: 02 dez 2021.

SVARTMAN, E. M. O Exército Brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 22, p. 361-380, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4520/4371>. Acesso em: 17 jun 2021.



PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UFRB

UNIVERSITY PERMANENCE: CHALLENGES AND STRATEGIES FOR QUILOMBOLA STUDENTS IN HIGHER EDUCATION

Resumo

Este estudo se refere a um recorte do trabalho de conclusão de curso, intitulado como “Permanência universitária: desafios e estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na UFRB – CAHL”. Teve como objetivo principal identificar as estratégias desses estudantes frente aos desafios da permanência no ensino superior. Para atingir tal objetivo foi adotada uma abordagem qualitativa, mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e o emprego da técnica de observação participante e o diário de campo. Os resultados do estudo apontam que entre os desafios na universidade estão: a adaptação, as dificuldades financeiras e o deslocamento. Neste sentido desenvolvem e utilizam estratégias como: a rede de solidariedade familiar, assistência estudantil, moradia, entre outros. No mais, este estudo contribui com a ampliação e discussão do tema entre vários setores e atores da sociedade civil.

Palavras-chave: Educação superior; Permanência estudantil; Quilombolas.

Abstract

This study refers to an excerpt from the course completion work, entitled “University permanence: challenges and strategies of quilombola students from São Francisco do Paraguaçu at UFRB - CAHL”. Its main objective was to identify the strategies of these students in the face of the challenges of remaining in higher education. To achieve this objective, a qualitative approach was adopted, through the application of semi-structured interviews and the use of the participant observation technique and the field diary. The results of the study indicate that among the challenges at the university are: adaptation, financial difficulties and displacement. In this sense, develop and use strategies such as: the family solidarity network, student assistance, housing, among others. Moreover, this study contributes to the expansion and discussion of the topic among various sectors and actors of civil society.

Keywords: Higher education; Student permanence; Marrons.

*Mirele Silva Santos

Recebido em: 05/12/2021

Aceito em: 30/03/2023

1. Introdução

A inserção de estudantes de camadas menos privilegiadas no ensino superior se intensificou nas últimas décadas. Programas e políticas como o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007, as Políticas de Ações Afirmativas, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), entre outros, foram fundamentais nessa ampliação de acesso, modificando o perfil de ingresso nas universidades públicas, antes observado apenas pela lógica elitista. O ensino superior é um grau de escolaridade almejado por muitos jovens negros, pobres, periféricos e principalmente por jovens de comunidades indígenas e quilombolas que buscam ser profissionais formados além de idealizarem um futuro financeiramente digno para suas famílias. O ingresso na universidade representa uma vitória significativa na caminhada desses jovens, muitos deles, primeiros de suas famílias a terem acesso ao nível superior.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), *lôcus* dessa pesquisa, criada sob Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, é uma instituição majoritariamente negra, foi uma consequência advinda do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e tem um papel significativo na inclusão de estudantes de várias cidades da região do recôncavo ao seu entorno. Adota contemporaneamente, através da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), ações que visam desenvolver e implementar políticas afirmativas em benefício do ingresso e permanência dos estudantes. Dentre algumas práticas institucionais estão a política de cotas, auxílios do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), adesão ao Programa de Bolsa Permanência, criado pelo Ministério da Educação (PBP-MEC), que visa à concessão de auxílio financeiro para estudantes, sobretudo, indígenas e quilombolas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A UFRB significou uma vitória para o recôncavo¹ baiano, uma vez que a perspectiva passa a ser a de desenvolvimento social, regional e econômico para as cidades em seu entorno. A ampliação nos números de vagas e modalidades de acesso, por sua vez, não garantem que estes mesmos jovens concluam plenamente uma graduação, pois é comum enfrentarem dificuldades que vão desde o aspecto financeiro ao aspecto simbólico.

A partir desta problemática, o artigo apresenta e discute os resultados de uma pesquisa qualitativa que buscou investigar quais são os desafios e as estratégias de permanência utilizadas pelos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu, após o ingresso na UFRB. Para tanto, participaram da investigação 06 (seis) estudantes quilombolas da comunidade de São Francisco do Paraguaçu, Cachoeira-BA, regularmente matriculados na UFRB nos cursos de graduação do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL). Foram utilizadas técnicas de observação participante e entrevista semiestruturada, que possibilitaram obter informações importantes para compreensão do objeto de estudo. Além disso, foi utilizado o diário de campo. O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes: 1) Identificação Sócio Demográfica, a fim de conhecer dados dos sujeitos; e 2) Perguntas norteadoras, que levaram em consideração as dimensões de análise criadas: Desafios e Estratégias e suas categorias de análise. Vale ressaltar que o estudo utilizou autorizações por parte dos sujeitos investigados, através do Termo de Consentimento, viabilizando a construção de confiança entre ambas as partes.

No prosseguimento deste texto, serão apresentadas três seções: a primeira trata dos aspectos teóricos importantes que caracterizam as estratégias de permanência, (material e simbólica) apoiado nos estudos de Santos (2009); a segunda os resultados e, por fim, as considerações finais.

2. Estratégias de Permanência Material e Simbólica

Mais importante que possibilitar o acesso de classes menos abastadas à educação superior é garantir sua permanência até a conclusão. O ingresso em uma universidade pública constitui uma etapa importante na vida de muitos jovens, todavia, durante a graduação muitos são os percalços que enfrentam, desmotivando-os, em alguns casos até abandonam seus cursos. Na caminhada entre o ir e o desistir, esses mesmos jovens criam e utilizam estratégias com o intuito de permanecer na universidade. Segundo Setton (2002),

¹ "Território de Identidade Recôncavo conta com população de 576,6 mil habitantes, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE. É composto por 20 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. A área total dos municípios que integram o território alcança 5,2 mil quilômetros quadrados." (BAHIA, Secretaria de desenvolvimento rural, p. 5 [s.d.]).

as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica. (SETTON, 2002, p. 64)

Quando se trata das estratégias de permanência este estudo adotou os apontamentos defendidos por Dyane Brito Santos (2009), em sua tese de doutorado intitulada: **“para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa”**, onde a autora enfatiza dois tipos de permanência estudantil na universidade, sendo elas: a permanência material e a permanência simbólica.

Referente a permanência material, Dyane Brito relaciona os meios de subsistência na universidade, como a aquisição de materiais didáticos e equipamentos (livros, xerox, apostilas, notebook, etc.), alimentação, moradia, transporte, entre outros, que vão gerar a garantia de viver e permanecer nela. Podemos afirmar que as condições de permanência material afetam todo e qualquer estudante de baixa renda, mas, no caso específico dos estudantes quilombolas incide com maior proporcionalidade, visto que, estão inseridos em uma conjuntura histórica, econômica e social diferente. Dyane Brito, aponta ainda, que alguns estudantes em razão de buscarem condições para permanecerem materialmente na universidade, deixam de vivê-la em sua plenitude para buscarem meios que agreguem e viabilizem os custos na universidade, uma vez que, a renda familiar é insuficiente. “[...] Essa escolha tem impactos na permanência simbólica, já que repercute de forma distinta sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica.” Além disso, afirma que esses estudantes-trabalhadores acabam excluídos das diversas atividades que proporcionam a imersão na nova cultura acadêmica. (SANTOS, 2009, p.72-73).

Outro aspecto enfatizado por Dyane Brito é a utilização de estratégias institucionais de permanência, os estudantes lançam mão de instrumentos institucionais que a universidade dispõe (a exemplo de aquisição de bolsas de assistência estudantil, bolsa de monitoria, ou iniciação científica) (SANTOS, 2009, p.72). Neste contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), (Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010), representa uma importante ferramenta e fonte de assistência estudantil para esses estudantes na universidade. No caso específico da UFRB, a Instituição dispõe do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), subsidiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que atende estudantes levando em conta suas condições socioeconômicas e suas histórias de vida, oferecendo recursos para modalidades de moradia, deslocamento, alimentação, participação em projetos institucionais de pesquisa e creche, além de estabelecer adesão ao Programa Bolsa Permanência (PBP).

Referente ao Programa de Bolsa Permanência (PBP/MEC), instituído pela Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013 e elaborado com base na Política Nacional de Assistência Estudantil, este programa, por sua vez, oferece bolsas para estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas, com a finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais. Este programa em especial inclui em seu público alvo os estudantes indígenas e quilombolas e, contempla os mesmo com bolsa-auxílio de valor superior referente aos demais estudantes contemplados. Santos (2017) salienta que o PBP tem sido o grande responsável pela permanência de quilombolas no ensino superior da UFRB e que em sua pesquisa os estudantes argumentaram a importância desse benefício.

É notório, em suma, que todos esses instrumentos servem para pre-servação, aperfeiçoamento e continuidade dos estudantes quilombolas, indígenas e de baixa renda no ensino superior, promovendo a possibilidade imanente de vivência universitária (SANTOS, 2017, p. 126).

No que diz respeito à permanência simbólica, os estudantes criam estratégias que Dayane Brito vai chamar de permanência simbólica, (SANTOS, 2009, p. 70-71). Esta, por sua vez, relaciona-se às condições de existência dos estudantes, no que tange ao relacionamento com os colegas, corpo docente e com a instituição em si, envolvendo-se ainda em diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão, traçando laços, a fim de driblar as dificuldades simbólicas de existência.

No recorte desta investigação, os estudantes quilombolas, muitos deles primeiros a ingressarem no ensino superior em suas famílias, são diretamente afetados por esses aspectos simbólicos. Buscam, no entanto, estratégias de resistências junto a outros estudantes quilombolas, formando grupos de estudo e coletivos no intuito de fazer parte e sentirem-se pertencentes ao ambiente acadêmico.

Ao passo que um estudante, seja ele indígena, quilombola ou em vulnerabilidade socioeconômica, ingressa na educação superior, espera-se ao menos que este tenha um suporte institucional e que as políticas de permanência sejam sólidas e acessíveis. No mais, faz-se necessário conhecer os aspectos que estão implicados na tentativa de permanecer com sucesso na universidade.

3. Desafios e estratégias de permanência dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na UFRB

O ingresso de um estudante quilombola no ensino superior é comemorado coletivamente por seus pares. Um sonho antigo de avós e avôs, pais e mães analfabetos ou com grau de ensino incompleto que incentivam seus filhos a irem mais longe e ocupar espaços. Um sonho ancestral que se inicia nos desejos da nossa querida Dona Maria do Paraguaçu, *in memoriam*, e posteriormente é idealizado pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e entidades e associações pesqueiras e quilombolas se materializando no projeto “Escola das Águas”² e que hoje serve como referência para muitas comunidades quilombolas.

Os ancestrais e descendentes da comunidade quilombola em questão (São Francisco do Paraguaçu), a qual os estudantes pertencem, travaram e vivenciaram diversos desafios desde o início do processo de certificação das terras quilombolas, como ameaças feitas por fazendeiros, reintegrações de posses irregulares, vinculação a matérias midiáticas com inverdades, entre outros (INCRA, 2007). Hoje, a comunidade encontra-se com processo aberto no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Toda essa trajetória de luta reflete no sonho de Dona Maria do Paraguaçu e na busca por reconhecimento e direitos que hoje são garantidos em lei. Neste sentido, cada vitória, cada ganho positivo que esta comunidade conquista deve ser motivo de gratidão.

Para investigar como os estudantes da comunidade vivenciam a universidade e lidam com os desafios implícitos nesse processo, participaram da investigação (O6) seis estudantes, regularmente matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Dentre esse total 04 (quatro) são do sexo feminino e 02 (dois) do sexo masculino; distribuem-se entre os cursos de Cinema e Áudio Visual, Comunicação Social – Jornalismo e Gestão Pública; apresentam idades que variam de 19 anos a 38 anos, apenas 1 (um) é casado e possui 3 (três) filhos e 1 (uma) encontra-se em período gestacional; todos se autodeclararam de cor preta, não possuem vínculo empregatício e a renda familiar é constituída por apenas 1 (um) salário mínimo.

Quando investigado os desafios que estes estudantes enfrentam na universidade, foram criadas 05 (cinco) categorias de análises: dificuldades enfrentadas no mundo acadêmico; estranhamento e pertencimento, dificuldades com o Programa de Bolsa Permanência (PBP/MEC); deslocamento para a comunidade; moradia. Abaixo destaca-se falas que dão sentido a esses desafios:

[...] Em relação aos desafios foi o que eu falei anteriormente, eu senti muita dificuldade no começo, devido ao pouco conhecimento que eu tinha no mundo acadêmico e educacional. [...] Quando eu entrei na faculdade pela primeira vez, eu senti um universo totalmente novo, é, eu achava que eu seria, é, mais acolhida, bem recebida. [...] EQ3

[...] Rapaz, sinceramente, é uma bolsa muito burocrática. Exige vários documentos de renda familiar, de comunidade. É um desafio que acho que é posto pra gente desistir de certa forma. [...] EQ3

[...] É muito difícil porque aqui a gente só tem transporte de manhã, de manhã cedo, que ele vai para Cachoeira e retorna à tarde [...] EQ3

Além de se sentir sozinho eu fico longe de meus pais, isso às vezes me desanima. É difícil quando você cresceu a vida toda perto deles. Estudar e morar fora é complicado, o mundo é perverso, dá aquela vontade de desistir, jogar tudo pra cima só que a gente aguenta. A gente sempre pensa em dar o melhor de nós pra eles. EQ5

² “A Escola das Águas é um projeto que tem origem nos sonhos e desejos de Dona Maria do Paraguaçu, uma mulher negra, quilombola, militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), tinha dificuldades na escrita, mas, possuía um saber e uma ampla “leitura de mundo” (BARBOSA, et.al., 2019, p. 145).

Ambos desafios se caracterizam como importantes fatores na vivência do estudante na universidade. Podemos relacionar tais resultados com os apontamentos mencionado por Alain Coulon ao chamar de “ofício do estudante” e conseqüentemente em afiliação o ato de ingressar na universidade e vivenciá-la através de fases que vão desde o “tempo de estranheza” das novas regras e códigos universitários, passando pelo “tempo de aprendizagem”, considerado pelo autor o tempo vivido de forma mais dolorosa, até chegar o “tempo da afiliação”, quando o estudante passa a compreender os códigos da academia (COULON apud TEIXEIRA, 2017, p. 1246-1247).

Os percalços travados durante a graduação impulsionam e motivam esses estudantes a criarem e utilizarem estratégias de permanência, sejam elas materiais ou simbólicas, a fim de desviar e vencer os desafios corriqueiros da caminhada.

Neste sentido, quando investigados sobre as estratégias utilizadas na tentativa de permanecer na universidade, foram criadas 07 (sete) categorias de análise: deslocamento para a universidade; moradia; financiamento dos custos na universidade; alimentação; obtenção de materiais de estudos; organização do tempo de estudo; criação de vínculos.

Quanto as estratégias de deslocamento desses estudantes, foi apontado por todos eles irem andando até a universidade. Houve destaque também nas estratégias de moradia na casa de parentes:

[...] como eu fico aqui em Cachoeira o deslocamento é andar mesmo e não é tão difícil, não gasta tanto tempo, gasto uns 10 minutos da casa onde eu fico até a UFRB, então não é tão difícil. EQ5

[...] Aqui em Cachoeira eu moro com parentes, com minha tia, se não fosse ela também não estaria estudando. EQ5

O fato de se deslocar a pé até a universidade (redução de custos) e compartilharem moradia com parentes, se constitui como uma importante estratégia de permanência no sentido material, uma vez que está ligada às condições materiais de subsistência. Reforço nesse sentido ainda, que há uma rede de solidariedade familiar por trás desses estudantes, que também contribuem consideravelmente para esta permanência material.

No que diz respeito à fonte de financiamento dos custos na universidade, 04 (quatro) estudantes recebiam o auxílio da Bolsa Permanência – MEC e 02 (dois) estavam em fase de homologação. Aqueles em fase de homologação de inscrição no programa recebia ajuda de custo dos pais. Conforme mencionado:

Como eu estou no meu 1º semestre e não tenho bolsa ou algum tipo de assistência financeira, eu conto com a ajuda da minha mãe, do meu pai e da minha avó para me manter, recebo ajuda no aluguel, no transporte, na minha alimentação e nos materiais de estudo em si.

Recorrer a trabalhos informais também foi apontado como estratégia de financiamento dos custos na universidade. Apontado por 2 (dois) estudantes, fazer este tipo de trabalho informal ajuda a ganhar uma renda para custear as despesas na universidade. Como atestam as falas:

[...] E também quando estou na comunidade final de semana sempre ganho um dinheiro fazendo unhas. [...] EQ4

[...] E como hoje estou com um grau avançado no curso, já faço trabalhos, trabalhos como freelance. Já consigo dividir os custos. EQ3

No entanto, estudantes que realizam trabalhos, mesmo que sem vínculo empregatício, podem desempenhar-se de maneira insatisfatória nas disciplinas, uma vez que o tempo de estudo acaba sendo prejudicado. Por outro lado, é inevitável aproximar-se de oportunidades que contribuam para a obtenção de recursos financeiros, pois, essa é uma forma significativa de garantir a permanência material.

Com relação às estratégias de alimentação, a maioria dos estudantes, compram e preparam seus alimentos, graças ao auxílio da Bolsa Permanência – MEC, outros utilizam uma certa redução de custos: trazem comida congelada de suas residências:

[...] Então o fato de existir essa bolsa permanência, então, me possibilita elaborar algumas estratégias de me alimentar, como os momentos que eu preciso me alimentar. EQ2

[...] também trago minha comida congelada de casa, já evito ter que gastar com gás, fora que economizo tempo para estudar. EQ4

Quanto a forma de obtenção de matérias de estudo e a maneira como se organizam o tempo para estudar, esses estudantes utilizam em sua maioria xerox e pdf. Apenas um informou comprar livros quando a necessidade é maior. Com relação ao tempo de estudo, a maioria estuda a qualquer hora do dia, outros apenas a noite:

Em relação aos materiais de estudo, a gente estuda com os professores mandando os textos por pdf ou deixa na xerox e a gente faz a impressão. EQ1

[...] a demanda que a gente atende lá dentro é muito alta, então a gente precisa comprar o livro e muitas vezes o livro é caro, então é o livro que o professor fala: “durante o curso você vai utilizar esse livro a vida toda”. Então, você tem que se esforçar para comprar aquele livro, então, para quem não tem renda é impossível você conseguir tirar de algum lugar para você conseguir comprar aquele livro. Então o fato de ter a bolsa permanência você consegue adquirir alguns materiais. EQ2

Com relação aos vínculos como estratégia de permanência, esses estudantes disseram que participam de grupos de estudo e coletivos. A primeira estratégia se deve ao fato de encontrarem dificuldades em algumas disciplinas; a segunda, se dá em razão da rede de acolhimento e compartilhamento das experiências, além de ser uma estratégia de afirmação de suas origens, negritude, identidade e também de enfrentamento contra o racismo. Como é relatado em ambos os casos:

O interesse em participar do grupo de estudo surge a partir do momento em que tenho dificuldade em aprender algum assunto, né, em compreender algumas dinâmicas do ensino mesmo, [...] EQ3

Eu acho importante o quilombola está inserido nesses grupos, nesses espaços, por que sozinho a gente não vai muito longe, né, e em grupo a gente sempre tem uma pessoa que tem mais experiência, tem mais habilidade, já conhece mais dos processos para se manter na universidade [...] EQ2

Na UFRB – CAHL, esse coletivo denominado Osório Brito, foi criado pelos estudantes quilombolas no ano de 2015 e constitui-se como uma ferramenta importante de construção de espaços na universidade. Ao agruparem-se, seja por meio de grupos de estudo, seja por meio de coletivos quilombolas, esses estudantes criam estratégias simbólicas de permanência na universidade. Dessa forma, a troca de experiências, saberes e reflexões, possibilita ao grupo uma trajetória formativa coletiva baseada na solidariedade mútua.

4. Considerações finais

Esta investigação de abordagem qualitativa, teve como foco analisar os desafios e estratégias de permanência de estudantes quilombolas no ensino superior, especialmente na UFRB. Participaram do estudo 06 (seis) estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), matriculados no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semiestruturada e a observação participante. As entrevistas foram transcritas e a análise dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo fundamentada por Bardin (1977).

Dentre os dados coletados e analisados, foi possível descobrir quais desafios incidem sobre a trajetória desses estudantes na UFRB e, mais importante, quais estratégias utilizam a fim de permanecerem. Nesta perspectiva, a adaptação ao mundo universitário, dificuldades financeiras com os custos na universidade e dificuldades com deslocamento para sua comunidade estão entre os desafios mais corriqueiros do dia a dia desses estudantes. Quanto às principais estratégias de permanência utilizadas, descobriu-se que essas são pautadas na rede de solidariedade familiar, na assistência institucional possibilitada por meio do Programa de Bolsa Permanência – MEC, nas estratégias de moradia, entre outras.

É evidente que os desafios durante a graduação, quando insustentáveis e inviáveis, podem prejudicar ou até interromper a conclusão de curso de um estudante. No entanto, a melhor maneira de evitar tais evasões, é a adequação ou formulação de políticas públicas para a comunidade quilombola que possibilite acompanhar cada estudante desde seu ingresso até a conclusão do curso.

Neste estudo, é possível afirmar que as estratégias de permanência desenvolvida pelos quilombolas da comunidade de São Francisco do Paraguaçu frente aos desafios têm surtido efeitos positivos, principalmente pelo fato desses estudantes lançaram mão de estratégias institucionais como é o caso da assistência estudantil proporcionada pelo Programa de Permanência – MEC e utilizarem-se de estratégias de redução de custos seja na alimentação, moradia ou nas formas de obter os materiais de estudo, além de buscarem também apoio simbólico, seja pelas redes de relacionamento familiar, seja pela articulação em grupos de estudos e coletivos. Todavia, é importante que estes resultados sirvam para subsidiar e aproximar discussões entre os quilombolas e a instituição, pois, um ouvir e um olhar atento podem facilitar o ingresso e a permanência desses estudantes. Ademais, visibilizar os desafios e estratégias de permanência de quilombolas na universidade é contribuir com a comunidade acadêmica de maneira geral e com a comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu de maneira específica. Além de possibilitar a discussão sobre a formulação ou adequação de políticas de permanência para estudantes quilombolas.

5. Notas

*Bacharel em Gestão Pública (Tecnologia) na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Email: mirelessantos62@gmail.com

6. Referências

BARBOSA DOS SANTOS, E., AGUIAR NORBERTO RIOS, K., SACRAMENTO SANTOS, M., MENEZES DE SALLES, M., & DOS SANTOS ALVES, T. (2019). ESCOLA DAS ÁGUAS. **Mares: Revista De Geografia E Etnociências**, 1(1), 143-152.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

INCRA. **Relatório Antropológico Quilombo de São Francisco do Paraguaçu**. Salvador, Bahia, 2007.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214f. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia.

SANTOS, Thais Calixto. **Universidade, território e emancipação: quilombolas estudantes no ensino superior**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2017.

BAHIA, Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Território de Identidade Recôncavo**. Salvador, Bahia. ([s.d.]). Disponível em: http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Rec%C3%B4ncavo.pdf. Acessado em: 09 de Mar. 2023.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

TEIXEIRA, M. A. P., DIAS, A. C. G., WOTTRICH, S. H., & OLIVEIRA, A. M. (2008). Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional**, 12(1), 185-202.



REPENSAR O URBANO: CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL PARA O DIREITO À CIDADE¹

RETHINKING THE URBAN: CONTRIBUTIONS OF INTERSECTIONAL FEMINIST CRITIQUE TO THE RIGHT TO THE CITY

Resumo

Sob a perspectiva de que as cidades são resultado do excesso de produção gerado pelo capitalismo, o presente artigo dispõe-se a discutir as relações entre direito à cidade e planejamento urbano a partir de uma abordagem interseccional. Destacamos a indissociabilidade entre gênero e raça, expondo os obstáculos criados pelas relações de poder, que impedem mulheres negras periféricas de exercerem um direito pleno à cidade. Esse artigo propõe, ainda, imaginar uma organização para “viver a cidade”, que conteste a oposição entre o público e o privado, e que contemple as especificidades de mulheres subalternizadas.

Palavras-chave: Direito à cidade; Interseccionalidade; Urbanização; Público e privado; Anticapitalismo.

Abstract

From the perspective that cities are the result of excess production generated by capitalism, this article sets out to discuss the relationship between the right to the city and urban planning, from an intersectional approach. As opposed to Lefebvre (1967), who obliterates issues of marginalized groups in his discussion, we highlight the indissociability between gender and race, exposing the obstacles created by power relations that prevent peripheral black women from exercising a full right to the city. Furthermore, this article proposes to imagine an organization to “live the city” that contests the opposition between the public and the private, and that contemplates the specificities of subalternized women.

Keywords: Right to the city; Intersectionality; Urbanization; Public and private; Anti-capitalism.

¹ Esse artigo foi produzido no âmbito do Programa de Educação Tutorial em Ciência Política da UnB. Agradecemos a tutoria do professor Thiago Trindade (IPOL - UnB), que por meio da pesquisa sobre direito à cidade incentivou a produção do texto.

*Júlia Ferreira de Cássia
**Laura Freire dos Santos
***Letícia Oliveira Pena
****Maria Clara Araújo dos Santos
*****Ruhana Luciano de França

Recebido em: 17/09/2021

Aceito em: 20/10/2021

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo pensar em uma proposta de direito à cidade que vá além da discussão tradicional de Lefebvre no clássico “Direito à cidade” (1967) e que seja capaz de considerar e de repensar o espaço urbano por meio de uma ótica interseccional. Assim, sob uma análise de classe, gênero e raça, procuramos nos contrapor à lógica androcêntrica, branca e capitalista da cidade e, com isso, ressaltar as vivências de grupos que, de modo geral, se encontram em condições de subalternidade no espaço urbano. Nesse caso, a perspectiva das mulheres negras periféricas ocupa papel central na análise sobre o direito à cidade, sendo o principal norte responsável por guiar e por conduzir as reflexões sobre os diversos entraves que permeiam o espaço urbano.

Torna-se necessário questionar e problematizar as relações desiguais em que as mulheres negras se encontram nas cidades: são fortemente excluídas, segregadas e renegadas às periferias. Por acreditarmos que sob o capitalismo tais formas de opressão são desenvolvidas e intensificadas no espaço urbano, defendemos que a luta pelo direito à cidade deve ser, sobretudo, uma luta anticapitalista, uma vez que somente mediante uma mudança nas formas de produção e reprodução será possível assegurar que o espaço urbano contemple as perspectivas, valores e necessidades das mulheres negras.

Ademais, vale destacar que, mesmo afastando-se de uma noção redutora de classe social, a discussão anticapitalista de Henri Lefebvre, autor que cunhou o termo “direito à cidade”, não tem como ênfase a perspectiva das mulheres no espaço urbano, e tampouco a perspectiva das mulheres negras. O protagonista na luta pelo direito à cidade é a classe operária (LEFEBVRE, 2001). Assim, o que propomos é retomar com mais sensibilidade o olhar reformador acerca dos agentes de transformação da vida nas cidades e repensar conceitos tradicionais sobre o direito à cidade que, embora sejam pertinentes e importantes, centrados na visão de classe, necessitam incorporar outras perspectivas que foram secundarizadas, como é o caso da perspectiva feminista e racial.

Conforme a bibliografia que desenvolvemos neste trabalho, percebemos que as cidades apresentam diversos entraves à cidadania das mulheres, principalmente às mulheres negras, pois o planejamento urbano, disposto sob a ótica do capital e do consumo, não é capaz de abarcar suas necessidades. Essas mulheres, uma vez que se encontram em sua maioria nas regiões periféricas, enfrentam grandes entraves relacionados à segurança pública ao se locomover pelas ruas. Além disso, por disporem de responsabilidades domésticas e de cuidados com o lar e com os filhos, são fortemente afetadas pelos problemas de mobilidade urbana, pela falta de transportes públicos e pela grande distância entre a periferia e o centro das cidades. Assim, as mulheres negras, em comparação aos homens e até mesmo às mulheres brancas, se encontram em posição de maior subalternidade no espaço urbano e, por isso, consideramos incompletas discussões sobre o direito à cidade que não contemplem suas vivências e perspectivas.

As mulheres negras periféricas não somente encontram desafios no espaço público, na esfera urbana, mas também, e principalmente, no espaço privado, na esfera doméstica, sendo as mais responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, como as tarefas de limpeza, de produção de alimentos e de cuidado com os filhos (MELO; CASTILHO, 2009). Sofrem com altos índices de violência doméstica, além de serem sobrecarregadas com a exploração das tarefas e das responsabilidades reprodutivas, cenário que impacta diretamente suas vidas fora de casa, já que possuem menos tempo para sua capacitação profissional, menos liberdade ao andar nas ruas carregando crianças ou sendo responsáveis pelo cuidado de pessoas com algum tipo de deficiência física e idosos com dificuldade de locomoção, entre outras situações específicas das mulheres responsabilizadas por tarefas de cuidado. Assim, “nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro”, como já defendeu Okin (2008). Logo, este trabalho é norteado pela teoria política feminista, segundo uma vertente crítica à dicotomia entre público e privado, uma vez que tais esferas não se encontram separadas e isoladas, mas sim, possuem estreita relação no fortalecimento das opressões de gênero, classe e raça.

Inicialmente mobilizamos a discussão sobre Direito à Cidade a partir de uma perspectiva interseccional, ressaltando as reivindicações das mulheres em sua vivência no espaço urbano. Logo após, discutimos o modelo das cidades atuais, como e para quem foram construídas, pontuando sua finalidade e quais grupos sociais são atendidos nessa organização. Por fim, argumentamos sobre a necessidade de repensar a dicotomia entre público e privado, mostrando o impacto

desse construto ideológico na vida de mulheres negras. Temos como ponto central pensar a vida privada e doméstica como chave para elaborar uma nova perspectiva do direito à cidade que leve em consideração a real dinâmica social e política das mulheres, considerando o papel elementar que elas exercem nesta esfera e suas implicações e contribuições para o capital, sobretudo, para a esfera pública. Acreditamos que somente dessa forma será possível pensar em uma proposta de direito à cidade que seja capaz de perceber problemas que até então se encontravam esquecidos e, assim, conduzir novos caminhos para as discussões sobre o urbano.

2. A cidade, as mulheres e o sentimento de pertença

A reivindicação pelo direito à cidade pode ser interpretada e vivida de diversas formas. Uma delas implica entender esse direito como uma proposta que se opõe à alienação urbana das cidades capitalistas (MATHIVET, SUGRANYES, 2010) e reclama um novo viver e fazer urbano, que tenha como paradigma o corpo cidadão e não mais os interesses do capital. Nessa perspectiva mais ampla, não se está em questão apenas a segregação espacial, mas entram em debate também o habitar e viver a cidade em seus mais variados aspectos e as trocas entre o espaço e os corpos que o habitam (MATHIVET, SUGRANYES, 2010; HELENE, 2019).

Desenvolvida em 1968 por Henri Lefebvre, a ideia de direito à cidade dava significado ao anseio de viver a cidade a partir de seu valor de uso, em detrimento do valor de troca, valorizando os encontros, os aprendizados e o usufruto dos espaços comuns a fim de intensificar a convivência entre diferentes pessoas. Essa ideia se afasta da lógica capitalista, que utiliza o urbano como recurso de absorção do excedente de produção do mercado (HARVEY, 2014). Para Lefebvre, direito à cidade é o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (2001: 139).

A geógrafa Tovi Fenster (2010) levanta uma crítica direcionada à omissão de Lefebvre no que diz respeito ao impacto das relações patriarcais existentes na sociedade, uma vez que essas relações afetam o sentimento de pertença das mulheres à cidade. Embora Lefebvre inove em seu conceito anticapitalista de direito à cidade, deve-se levar em conta que ele está inserido no debate acadêmico francês da segunda metade do século XX, partindo de uma discussão voltada para o conflito de classes, mesmo que seja visível o esforço do autor em afastar-se de uma visão de classe abstrata que reduzisse esse grupo a um bloco monolítico (LEFEBVRE, 2001). Neste artigo, partimos da crítica de Fenster sobre a insuficiência do direito à cidade pensado apenas a partir de uma visão de classe (2010) para refletir sobre outras dimensões políticas e sociais a partir da intersecção de gênero, de classe e de raça, buscando evidenciar as problemáticas advindas do planejamento urbano voltado para um indivíduo supostamente universal.

Entender que as cidades surgem da concentração do excedente de produção e se transformam em mercadoria é enquadrar a luta pelo direito à cidade como uma demanda inerentemente anticapitalista. A urbanização capitalista depende da destruição da cidade como um “comum social, político, habitável” (HARVEY, 2014: 156) a fim de que o espaço seja instrumentalizado para a manutenção de interesses privados. O espaço não é mais construído em conjunto e compartilhado, pois a cidade passa a servir como instrumento de absorção do excedente de capital. De tal forma, não é possível que a cidade seja neutra - ela é uma construção humana e, como tal, é organizada por meio de valores e vieses. O que a literatura sobre direito à cidade tem mostrado é que, sob o capitalismo, a cidade é permeada por relações de poder opressivas e desiguais. Ao contrário do que a lógica capitalista imobiliária tenta nos convencer, a cidade não é, nem foi construída para que todos a habitem.

A teoria marxista afirma que o desenvolvimento do capitalismo só foi possível por meio de um processo prévio de acumulação primitiva de capital e trabalho. No entanto, em sua releitura feminista desse processo, Silvia Federici (2017) mostra que a acumulação primitiva exigiu também a degradação da posição social que as mulheres ocupavam nas sociedades pré-capitalistas. A desapropriação das terras comunais e a caça às bruxas resultaram em uma nova divisão sexual do trabalho, que se mostrou, e ainda se mostra, essencial à manutenção do capitalismo.

As terras comunais tinham uma função particularmente importante para as mulheres: eram elas as que mais dependiam do terreno para sua subsistência e para a formação de laços de solidariedade com outras mulheres. Com os cercamentos, a situação se tornou bastante

precária, pois a nova lógica econômica baseava-se na desvalorização de toda forma de produção que não fosse voltada ao mercado. O cercamento físico originou também uma espécie de cercamento social: “do campo aberto para o lar, da comunidade para a família e do espaço público para o privado” (FEDERICI, 2017: 163). No contexto das Américas, a privatização de terras se deu principalmente por meio do sistema de *encomienda*, através da exploração do trabalho indígena e desapropriação de seu território.

O resultado foi uma ordem econômica e social em que o trabalho reprodutivo – aquele destinado ao sustento da vida humana e de cuidados – foi invisibilizado, e as pessoas responsabilizadas por ele foram posicionadas em uma situação de desvantagem, justamente pelo fato de suas atribuições não serem vistas como trabalho. A ausência de salário contribuiu para isso de forma a conter o custo da força de trabalho (FEDERICI, 2019: 26), e o que o processo de acumulação primitiva nos mostra é que a apropriação da força de trabalho das mulheres é essencial para a existência do trabalho produtivo em grande escala. A roupa passada, a preparação da comida, a organização da casa e de outras funções desempenhadas por mulheres, de forma a liberar os homens dessas responsabilidades domésticas e de cuidado, permite aos homens acesso a mais tempo e disposição para se dedicar ao mundo do trabalho remunerado, à esfera pública e até mesmo a momentos de trocas e lazer nas cidades.

É importante ter em vista, porém, que a divisão sexual do trabalho não atinge todas as mulheres igualmente: existem diferenças relativas à classe e à raça que colocam algumas mulheres em maior posição de vulnerabilidade do que outras (BIROLI, 2017). Algumas mulheres conseguem, em virtude de sua condição financeira, terceirizar as obrigações domésticas e de cuidados, se emancipando à medida que outras assumem os encargos de sua “exploração familiar” (DELPHY, 2015). Assim, a categoria analítica de interseccionalidade se torna central ao considerarmos a condição das mulheres hoje, pois nos permite entender a inseparabilidade estrutural entre raça, classe e gênero na produção de desigualdades sociais (AKOTIRENE, 2018) e, como veremos, no usufruto do espaço urbano.

Pensar a cidade de maneira interseccional significa levar em consideração que sujeitos que ocupam diferentes posições sociais possuem necessidades diversas, sendo necessário que as inúmeras experiências e identidades sejam consideradas na construção e na transformação do espaço urbano. Isto porque a interseccionalidade refere-se a um paradigma teórico e metodológico da teoria feminista negra que busca promover intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre circunstâncias sociais, políticas e econômicas que, fundadas a partir de um padrão desigual em razão das identidades e pertencimento de raça, de gênero e de classe, ocasionam discriminações e vulnerabilidades singulares às mulheres negras (AKOTIRENE, 2018, p. 35).

Em linhas gerais, a interseccionalidade, como definida por Kimberlé Crenshaw (2002), é uma ferramenta analítica que traz para a discussão sobre vulnerabilidades sociais uma perspectiva inter cruzada dos eixos de opressões que as compõem. A crítica de Crenshaw é a que as temáticas das mulheres estavam sendo sistematicamente abordadas pela academia como problemas de gênero exclusivamente, ao mesmo tempo em que a abordagem de raça carecia da complexidade que corpos negros reais vivenciam por não serem um grupo monolítico, mas indivíduos lidos também através de outros marcadores sociais. Essa abordagem simplificador, limitava a compreensão dos problemas complexos que envolvem a diversidade dentro do conjunto “mulheres” e ainda a diversidade dentro do grupo de pessoas negras. A estratégia metodológica da interseccionalidade serve então como forma de olhar para os diversos matizes da realidade, por meio da articulação entre os diferentes marcadores sociais.

Assim, consideramos necessário entender o que Ribeiro (2017) aponta sobre a ideia de local de fala como forma de valorizar o espaço social de quem fala como formador de seu pensamento e forma de ver o mundo. No caso das cidades, o *local de fala* de mulheres, sobretudo mulheres negras enquanto pessoas que hoje tem seu direito à cidade dificultado, deve ser priorizado como eixo central para a construção de cidades mais inclusivas. Essas mulheres falam de um lugar de falta de segurança e de liberdade no viver a cidade, portanto ouvir suas contribuições sobre o que significa o direito à cidade para elas, contribui para deslocar o pensamento hegemônico a fim de pensar em melhorias emancipatórias para essas mulheres, mas não só: defenderemos que uma cidade segura e acolhedora para as mulheres é uma cidade segura e acolhedora também para crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Segundo Fenster, “o direito a pertencer é inerente ao direito à cidade” (2010: 69), pois o sentimento de pertença advém do uso cotidiano dos espaços urbanos. As barreiras que pessoas

com identidades diversas enfrentam diariamente para ter o livre caminhar pela cidade, tem por consequência a negação do direito a pertencer desses grupos. Tendo isso em vista, a construção desse artigo se deu norteadada pela perspectiva de que o direito a construir e viver a cidade é um direito intrinsecamente anticapitalista e recebe uma grande potência da crítica interseccional. Nesse enquadramento, o direito à cidade é uma proposta subversiva de transformação do mundo social, das relações humanas, com impactos não só nas cidades, mas também no espaço doméstico, questionando as desigualdades de gênero, raça e classe que lá são produzidas, reproduzidas e naturalizadas para a manutenção da ordem capitalista.

3. Para quem são as cidades?

As cidades modernas são projetadas tendo como referência a perspectiva masculina. Essa produção androcêntrica do espaço (MORENO, 2015) pode ser percebida, por exemplo, através da falta de iluminação adequada em muitas áreas públicas, da ausência de transporte público que conecte diretamente centro e periferia, da setorização do espaço que distancia áreas comerciais das áreas de creche e de lazer, e até mesmo do descaso com ruas e calçadas que não favorecem a circulação de carrinhos de bebês ou de pessoas em cadeiras de rodas.

Renata Moreno (2015) mostra que as cidades abarcam um grande paradoxo: são construídas pensando em pessoas supostamente autônomas, mas dificultam a autonomia dos seus habitantes. A cidade foi criada em conformidade à ideologia dos papéis tradicionais de gênero e, portanto, organizada de forma a se encaixar no mito da separação entre esfera pública e privada, entre trabalho produtivo e reprodutivo, como se o primeiro pudesse existir independentemente do segundo. O planejamento urbano, então, é feito com foco na produção capitalista, no fluxo de mercadorias, no fluxo de trabalhadores e no consumo. Ao pensar em um trabalhador supostamente neutro, autonomizado, que não tem responsabilidades domésticas e de cuidados, e que não teme por sua segurança ao andar pelas ruas, temos a experiência masculina, branca, heterossexual como o padrão do corpo cidadão. Nesse sentido, podemos entender a colocação da escritora Leslie Kern (2020) de que a cidade é, na realidade, a cidade dos homens.

No entanto, para além de um projeto androcêntrico, é necessário ressaltar que a cidade também segue uma lógica supremacista branca, produzida por uma historiografia colonial. Apesar de ser o gênero um eixo central para a análise da vivência das mulheres nas cidades, tal categoria por si só não reflete completamente as assimetrias da urbanização. A dinâmica real das mulheres é moldada pelo entrecruzamento entre raça, classe e gênero, produzindo vantagens e desvantagens. Isso significa dizer que, dentro do contingente “mulheres”, imperam hierarquias sociais que impedem que esse grupo seja visto como um todo homogêneo:

... a realidade de empobrecimento e de desigualdade tem endereço, sexo e cor. Essa realidade imprime nos corpos das mulheres marcas históricas, fruto do racismo e do patriarcado (RIBEIRO, DE AVILA, 2020: 67).

Devido a ordem social supremacista hegemônica do espaço urbano, as mulheres negras sofrem com um déficit histórico de acesso à cidade (FRANCO, FRANCISCO, TAVARES, 2017: 14). Após a abolição, os homens e as mulheres escravizados foram forçados a deixar os centros urbanos, empurrados para as periferias, com pouca estrutura de moradia – saneamento básico, saúde e lazer. Desde então, as periferias brasileiras são retratos do empobrecimento da população negra. Um cruzamento de dados feito pelo UOL, com dados divulgados pela Rede Nossa São Paulo, mostrou que na cidade de São Paulo os distritos com maior população preta e parda são os que possuem piores indicadores de qualidade de vida². No Distrito Federal, em 2018, a população autodeclarada negra era de 845.208, dentre os quais 50,9% viviam em Regiões Administrativas de média e baixa renda, e somente 7,7% em Regiões de alta renda. Os dados são da Codeplan³.

A periferização da moradia é uma realidade que mostra o impacto particular da organização das cidades sobre as mulheres, afinal, são elas as maiores responsáveis por levar as crianças à escola, ao médico, e a lidar com questões da vida cotidiana relacionadas à produção de alimentos e a limpeza da casa. Questões como saneamento básico, água encanada, fácil acesso a creches, a escolas e a hospitais podem ser facilitadores ou impeditivos da vivência das mulheres nos espaços urbanos. Dados coletados em 2010 apresentaram um panorama claro do resultado das políticas ambientais discriminatórias no Brasil: 61% da população sem

² Dados disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/05/brancos-e-negros-o-que-muda-ao-viver-em-distritos-com-maioria-negra-em-sp.htm>

³ Dados disponíveis em: <http://www.codeplan.df.gov.br/639-da-populacao-negra-do-df-mostrar-em-ras-de-media-baixa-e-baixa-renda/>

cobertura de abastecimento de água era negra; os negros representavam 67% da população sem acesso à coleta dos resíduos e 58% da população sem cobertura do esgotamento sanitário, segundo o censo (JESUS, 2020).

Ao empurrar a população negra para áreas com poucas condições dignas de moradia e de bem-estar, além da negação de seu direito à cidade, essa população se encontra negada também de seu direito à existência, visto que saneamento e água potável estão diretamente ligados à expectativa de vida e a possibilidade ou não de adoecimento: dados do DataSUS (Brasil, 2016) mostraram que a cada uma hora e meia uma pessoa negra morre por falta de saneamento no Brasil.

Assim, apenas pela compreensão do patriarcado em conjunto com o racismo, pode-se perceber com mais precisão a vulnerabilidade da mulher negra enquanto um corpo invisibilizado, negligenciado e explorado pela lógica urbana capitalista. Ribeiro e De Ávila (2020) buscam reconhecer os estigmas entre o que concerne o ser mulher e o ser negra, a partir dessa configuração socioespacial, entendendo que a cidade, enquanto um espaço de conflito, resulta em processos de segregação social, espacial e racial (RIBEIRO, DE AVILA, 2020), que reservam para as mulheres negras uma condição vulnerável de subalternidade e/ou de hiperssexualização.

De acordo com Lélia Gonzales (1984), o imaginário social da mulher negra figura uma dupla imagem: de um lado a representação da empregada doméstica, de outro, da mulata. A doméstica carrega a simbolização da mucama, da mãe preta, aquela responsabilizada pela prestação de serviços, tendo por obrigação as tarefas domésticas e de cuidado, além dos serviços manuais: “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALES, 1984: 230). Por outro lado, a mulata simboliza a mulher hiperssexualizada cujo corpo é destinado ao desejo carnal dos homens, livre da ideologia cristã da mulher ingênua e pura imposta sobre a mulher branca. Essa dupla imagem equivale a uma dupla exploração: a capitalista, e a sexual, demonstrando que as experiências das mulheres negras são marcadas por uma precarização social, política e econômica que as coloca em variadas circunstâncias de violência, consequentemente as mulheres negras são as principais vítimas de abuso sexual e da violência doméstica no Brasil⁴.

A partir desses fatores, entendemos como a importância da casa está muito além de seu valor de troca para as mulheres, especificamente para as mulheres negras. A noção do espaço privado enquanto um lar seguro onde as individualidades são constituídas pela liberdade do ser, como um possível ambiente de “refúgio” contra as ameaças dos espaços públicos, não representa a realidade das mulheres de forma geral. Muitas mulheres são constrangidas a permanecer em situações de violência psicológica ou física porque não têm nenhum outro lugar para onde ir (HELENE, 2019), tamanha sua vulnerabilidade, construída historicamente ao longo de todo um processo de produção de desvantagens estruturais, que as posiciona às margens do acesso aos recursos de profissionalização, de acesso à terra, à moradia e à cidade de forma geral. Uma pesquisa realizada em 2020 pela consultoria Indique uma Preta mostrou que 54% das mulheres negras entrevistadas não estavam exercendo um trabalho remunerado. Além disso, apenas 8% daquelas que trabalham no mercado formal ocupam cargos de liderança⁵.

Esse contexto de empobrecimento, de invisibilidade da maior parte de seu trabalho, da vulnerabilidade estrutural e da falta de segurança, é o cenário da vida das mulheres nas cidades modernas, e toda a ideologia produzida por ele modela a organização urbana, desbocando em um ciclo que se retroalimenta. Para as mulheres negras, tal situação é ainda mais alarmante, uma vez que são afetadas não somente por uma organização urbana generificada, mas também racializada (HELENE, 2019: 961-962). Nesse sentido, é sintomático que sejam as mulheres a maioria em movimentos por moradia, justamente por essa pauta ser crucial para suas vidas como um todo. Em uma entrevista realizada por Helene (2019) podemos ter acesso ao depoimento de uma das mulheres coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST):

As mulheres são maioria. A luta pela moradia é muito mais do que propriedade para a gente. É uma questão de sobrevivência própria e dos nossos filhos⁶ (MARTINELLI, 2018, apud, HELENE, p. 963, 2019).

Dessa forma, percebe-se que as questões de gênero e raça são fatores que contribuem para aguçar ainda mais os entraves existentes no espaço urbano, visto que recaem especialmente sobre as mulheres negras diversas responsabilidades e afazeres voltados ao espaço público

⁴ Segundo os dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>.

⁵ Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/apenas-8-das-mulheres-negras-ocupam-cargos-de-lideranca-diz-estudo/>.

⁶ Entrevista com Natalia Szermeta, coordenadora do MTST, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbmZB7PYMvx-TwZrXf9t/?lang=pt>.

e ao espaço privado que, de modo geral, não são facilitados, ou mesmo considerados, pelas cidades capitalistas.

É nesse contexto que a agenda pelo direito à cidade precisa ultrapassar os limites impostos pela dicotomia público-privado, ou seja, pensar o direito à cidade envolve entender que o que se passa nas esferas privadas, no lar, no ambiente doméstico, tem impacto direto sobre a esfera pública, sobre o usufruto da cidadania e sobre a vivência nas cidades. A noção de divisão estrita entre as esferas não compreende a realidade cotidiana das mulheres, e trazer para o debate a experiência de mulheres negras e mais pobres, responsabilizadas pelo cuidado e pelo trabalho de reprodução social, nos possibilita enxergar problemas antes escondidos, ao mesmo tempo que nos permite vislumbrar novos horizontes para o direito à cidade.

4. Lugar de mulher é na cidade⁷

Em **Direito à Cidade: uma trajetória conceitual**, Bianca Tavorari (2016) defende que o direito à cidade não deve ser limitado às reivindicações pontuais e imediatas, como a luta por melhoria nos transportes, por melhor iluminação ou saneamento básico, pois apenas essas reivindicações podem não dar conta do conjunto das demandas por direitos e serviços urbanos. Na concepção defendida pela autora, a luta pelo direito à cidade engloba noções de democracia, autonomia e cidadania:

É muito mais uma tentativa de organizar lutas fragmentadas num denominador comum, de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos, de dar um sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, na tentativa de traduzir mudanças na cultura política dos movimentos sociais urbanos. (TAVOLARI, 2016: 102).

Considerando que o direito à cidade abarca demandas sociais, que variam conforme o tempo, o local e o grupo, Tavorari (2016) argumenta que esse direito não se restringe aos argumentos e definições de determinados autores, mesmo que tenham se tornado marcos no campo teórico por suas contribuições relevantes, como Lefebvre ou Harvey. Acreditamos que tal direito pode se elastecer e se transformar abraçando diversas demandas democráticas que envolvem o urbano, como vêm mostrando vários movimentos sociais que levantam essa pauta.

A partir das críticas da autora, defendemos que engessar os possíveis significados do direito à cidade é o mesmo que renunciar à possibilidade de construção de cidades mais plurais, onde as mulheres, principalmente aquelas mais vulnerabilizadas pela forma como a responsabilidade pelo cuidado e pelo doméstico é distribuída, tenham segurança, tempo e liberdade para viver o urbano.

Já pontuamos que são as mulheres periféricas as que mais sofrem os impactos em seu cotidiano, ao terem que articular o trabalho dito “produtivo”, as tarefas domésticas e o cuidado, principalmente por conta da organização das cidades, planejadas para atender a uma ideia errônea de dicotomia de esferas pública e privada. A mobilidade urbana é central para o direito à cidade das mulheres nesse contexto (MATHIVET; SUGRANYES, 2010). Um sistema de transporte público capaz de garantir a locomoção das mulheres até os serviços de saúde, creches e seus locais de trabalho de forma facilitada e segura, que tenha pontos de parada perto de suas casas e que sejam também acessíveis a crianças, idosos e pessoas com deficiência, deve estar no centro da agenda de direito à cidade.

Sendo assim, planejamento urbano e direito à cidade são fatores que se encontram diretamente relacionados. O transporte público, o lazer, o comércio, a segurança pública e a construção de escolas, hospitais, creches e moradias devem ser fatores pensados fora de uma lógica androcêntrica, branca e capitalista. Para além de cidades feministas, devemos pensar em um planejamento urbano que entenda que o gênero não é o único fator em discussão, por isso, pautas não tão tradicionais no debate sobre direito à cidade precisam ser revisitadas e incorporadas se quisermos uma cidade para todos.

Enfatizamos, ancoradas pela teoria política feminista, que a responsabilização pelo cuidado e pela reprodução social é um problema político de primeira ordem (BIROLI, 2017). De acordo com a filósofa Angela Davis (2020), as tarefas domésticas não devem ser consideradas

⁷ Referência ao livro *Feminist City*, de Leslie Kern, publicado em 2020 e citado neste artigo.

necessariamente uma questão privada, já que são produto da transformação humana e como tal, podem ser reorganizadas e redistribuídas. A proposta da autora toca em vários pontos do que hoje vem sendo entendido como a reprodução ou recuperação dos *comuns*. A ideia da criação de cozinhas coletivas, distribuição equitativa do trabalho doméstico e de cuidados através de subsídios governamentais sugerida por Davis (2020) envolve uma mudança nas relações sociais, deslocando o foco do capital com o objetivo de tornar a reprodução social uma causa coletiva (FEDERICI, 2019).

Se entendermos o neoliberalismo para além de um sistema econômico, mas como uma nova racionalidade capaz de transformar os sujeitos através de suas normas e preceitos (DAR-DOT; LAVAL, 2016), recuperar os comuns e lutar pelo direito das mulheres à cidade envolve a construção de novos corpos cívicos. Corpos que já não mais se limitam ao paradigma individualizante e atomizado do liberalismo, mas corpos coletivos que dividem as tarefas reprodutivas e que vivem o cuidado como uma responsabilidade de todos e também do Estado. Como escreve Federici:

Nenhum comum é possível a menos que nos recusemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento dos outros, a menos que nos recusemos a nos enxergar como separados deles. De fato, se a ideia de “tornar comum” tem algum sentido, deve ser a produção de nós mesmos como sujeito comum (2019: 317).

Assim, fica claro que, colocar no centro da discussão as vivências das mulheres periféricas nas cidades capitalistas, contribui positivamente para a transformação social, justamente por nos guiar em um caminho até novas dimensões dentro dessa luta pelo direito à cidade. A organização da cidade capitalista não tem apenas impactos de classe, tem também impactos de raça e gênero que não podem ser invisibilizados quando se pretende um novo horizonte para a vida urbana.

Na atual organização, para que uns vivam a cidade, outros são constrangidos a viver apenas o doméstico – e mesmo assim não o vivem em sua completude –, por isso, uma concepção inclusiva de direito à cidade implica entender que o que se passa no privado influi no público e vice-versa. As experiências das mulheres negras nos mostram que para viver a cidade também deve-se pensar sobre como se vive o doméstico. Um direito à cidade para todos exige que repensemos a dicotomia público-privado, assim como o sujeito neoliberal construído por essa dicotomia.

5. Considerações finais

É possível dizer que a organização da vida urbana não contempla as experiências das mulheres, em suas mais diversas singularidades. Outrossim, podemos afirmar que nem mesmo a visão revolucionária e anticapitalista de Lefebvre oferece todos os meios necessários para superar os desencontros das múltiplas jornadas que essas mulheres desempenham a partir dos papéis de gênero desvantajosos a elas atribuídos, às violências a que são impostas fora e dentro de suas casas e a ausência de pertencimento nos espaços públicos.

As relações patriarcais, somadas às perspectivas androcêntricas, capitalistas e racistas da cidade, permitem a exploração das mulheres negras, responsáveis em grande parte pelo cuidado e pelo trabalho doméstico - em muitos casos - terceirizados por mulheres brancas e de classe média. Essas mulheres, em seu cotidiano, demonstram a impossibilidade de considerar público e privado como entidades estanques, isoladas e independentes. Por esses motivos, sugerimos que o direito à cidade leve em consideração a organização de trabalho e os arranjos de poder construídos e fortalecidos na esfera privada e seus impactos sobre a esfera pública. A regra é valorizar o impacto do trabalho realizado no ambiente privado e sua importância para a reprodução social, entendendo que a forma como esse trabalho é distribuído afeta o usufruto da cidadania das mulheres.

Portanto, torna-se necessário ir além da visão clássica e tradicional sobre o direito à cidade e buscar novos horizontes que, se utilizando de uma abordagem interseccional, possam abarcar as vivências e as perspectivas das mulheres negras no espaço urbano. Romper com a dicotomia entre público-privado e problematizar as questões voltadas à divisão sexual do trabalho é um importante passo frente à construção de discussões mais completas e abrangentes sobre

o urbano. O direito à cidade das mulheres traduz-se no direito à cidade para todos, quando consideramos que são essas mulheres a base da reprodução social. Cidades feministas são cidades inclusivas para idosos, seguras para as crianças e agradáveis para pessoas com deficiência. Além disso, defendemos que cidades construídas e organizadas fora da ideologia de separação entre público e privado são cidades criadas para as pessoas em si, e não para a manutenção do capital.

6. Notas

* Graduada em Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB)
 ** Graduada em Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB)
 *** Graduada em Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB)
 **** Graduada em Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB)
 ***** Graduada em Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB)
 Email: ruhanalf@gmail.com

7. Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte/ MG: Letramento: Justificando, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Ed. Boitempo. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (SIM/SUS). **Mortalidade – Brasil**. Período: 1996-2014. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 28 de fevereiro de. 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". **Estudos Feministas**, Vol. 10, UFSC: 177 - 188, 2002.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo. Boitempo. 2020.
- DELPHY, Christine. "O inimigo principal". **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 17, 2015, pp.99-119. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wwwgKkcLrkZv5qgnF6kRQfXs/?format=pdf&lang=pt>.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante. 2017
- FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo. Editora Elefante. 2019. [2012]
- FENSTER, Tovi. "O direito à cidade e a vida cotidiana baseada no gênero". In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Orgs.). **Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade**. Santiago, Chile: - Habitat International Coalition (HIC), p. 63 - 77, 2010
- FRANCO, Mariele; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rossana. "Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro". In: **Direito à cidade: uma outra visão de gênero**. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU. São Paulo: IBDU, 2017.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes. 2014.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Humanos. Dezembro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjkbkMZB7PYMvxTwZrXf9t/?lang=pt>.

JAQUES RIBEIRO, C.; SILVA DE AVILA, C. O Direito à Cidade e a Mulher Negra. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 5, n. 2, 4 mar 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/3195>.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.2, e180519, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5LRzfp3sP8kCDbhnJy6FkDH/?lang=pt>.

KERN, Leslie. **Feminist City**. *Claiming space in a man-made world*. Verso. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Ed. Centauro. 2001. [1967].

MATHIVET, Charlotte; SUGRANYES, Ana (org.). **Cidades para todos**: propostas e experiências pelo direito à cidade. Santiago, Chile: HIC, 2010.

MELO, Hildete Pereira; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz?. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/abstract/?lang=pt>.

MORENO, Renata. **Entre o Capital e a Vida**: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In: Reflexões e práticas de transformação feminista. Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4).

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado". **Revista Estudos Feministas**, n. 16, vol. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4MBhqfxYMpPPPkqQN9jd5hB/abstract/?lang=pt>.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos**. 104. Março. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>.



FEMINISMO INTERSECCIONAL: UMA CRÍTICA A BRANQUITUDE CISHETERONORMATIVA

FEMINISMO INTERSECCIONAL: UNA CRÍTICA A LA BLANCURO CISHETERONORMATIVA

Resumo

Essa resenha se propõe a sintetizar os principais temas trazidos pelo livro “Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais” de 2021, organizado por Henrique Marques Samyn e Lina Arao. As temáticas visam conferir ao feminismo mais teorias e debates, como o de gênero e identidade étnico-racial; gênero e trabalho/prática sexual; gênero e maternidade; gênero, sexualidades e identidades de gênero; gênero e corpo; e masculinidades e identidade étnico-racial. Com essa variedade de temáticas, contribui para a noção de um feminismo interseccional. Pôde ser percebido a necessidade de discussões e estudos acerca dos feminismos em África, movimentos de mulheres indígenas e transfeminismo.

Palavras-chave: Identidade étnico-racial; Maternidade; Sexualidades; Masculinidades; Feminismo interseccional.

Resumen

Esta revisión propone sintetizar los principales temas que trae el libro “Feminismos disidentes: perspectivas interseccionais” de 2021, organizado por Henrique Marques Samyn y Lina Arao. Los temas apuntan a dar al feminismo más teorías y debates, como el género y la identidad étnico-racial; género y trabajo/práctica sexual; género y maternidad; género, sexualidades y identidades de género; género y cuerpo; y masculinidades y identidad étnico-racial. Con esta variedad de temas, contribuye a la noción de un feminismo interseccional. Se pudo percibir la necesidad de discusiones y estudios sobre los feminismos en África, los movimientos de mujeres indígenas y el transfeminismo.

Keywords: Identidad étnico-racial; Maternidad; Sexualidades; Masculinidades; Feminismo interseccional.

*Lorenzo dos Santos Konageski

Recebido em: 04/05/2022

Aceito em: 30/03/2023

O livro “Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais” da editora Jandaíra foi organizado pelo doutor em Letras Henrique Marques Samyn e pela doutora em Literatura Comparada Lina Arao (2021), a partir do curso oferecido na pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2020. Retrata, assim como foi a ideia original da ementa do curso, compreender como os feminismos interseccionais possuem efeitos sobre conceitos e teorias já estabelecidas no universo feminista. Dessa forma, conta com 14 artigos que perpassam diversos temas. Para realizar este trabalho de síntese, análise e crítica, agruparemos os artigos em 6 eixos: 1. gênero e identidade étnico-racial (7 artigos); 2. gênero e trabalho/prática sexuais (2 artigos); 3. gênero e maternidade (1 artigo); 4. gênero, sexualidades e identidades de gênero (2 artigos); 5. gênero e corpo (1 artigo); 6. masculinidades e identidade étnico-racial (1 artigo). De forma geral, é possível perceber que ainda que um artigo tenha se relacionado com um eixo, ele está também imbricado com outros eixos, o que mostra como a interseccionalidade está presente na vida das pessoas e como não é possível dissociar opressões.

A interseccionalidade é um conceito cunhado pela teórica norte-americana Kimberle Crenshaw em 1989, no qual a autora levanta o fato de que uma pessoa está interseccionada por diversos tipos de opressão, que acentuam o tamanho da desigualdade da qual ela é acometida, levando em consideração fatores como raça/cor, gênero, classe etc.

Acerca do primeiro eixo, é importante compreendermos os processos de mestiçagem e entendermos a noção do termo *mestiza*. A doutora em Antropologia Cultural Ana Paula da Silva (2021) nos lembra do mito da “democracia racial”, que se apresenta na obra freyriana, como se o Brasil fosse um país livre do racismo, onde não existisse discriminação racial. Na realidade, a mestiçagem é entendida como o processo de embranquecimento forçado e violento da população brasileira e nisso, de acordo com o ativista e escritor Abdias do Nascimento, os ideólogos da “democracia racial”, defendem o estupro “sistemático e permanente” de africanas e suas descendentes (NASCIMENTO, 1978, p. 63). É nesse contexto, que o corpo da mulher negra passa a ser objetificado. Já o trabalho da doutora em Inglês Yasmim Pereira Yonekura (2021), fala de uma identidade *mestiza*, retomando noções da intelectual norte-americana Gloria Anzaldúa e da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez. Elas passam pelos mundos negro e indígena e unem o feminismo a luta antirracista. Anzaldúa está falando de uma consciência *mestiza*, que pretende “desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida”, entendendo que deve haver a cicatrização dessas dualidades que surgem “nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos” e isso poderá “trazer o fim do estupro, da violência, da guerra” (ANZALDÚA, 2005, p. 707). A *mestiza* no contexto desse artigo é a noção de um sujeito construído por identidades de vários mundos. Ao falar sobre Lélia Gonzalez, Yonekura nos remete às noções de América Ladina e de amefricanidade, ao entender a influência da África na América Latina, devido ao tráfico atlântico de pessoas escravizadas para as colônias do Sul Global. Gonzalez, no começo da tradição do feminismo marxista no Brasil, adiciona e coloca a importância da questão racial, pois, conforme pontua Yonekura, os movimentos feministas apagaram as mulheres racializadas que também compõem a classe trabalhadora, o que diferencia o início do movimento feminista brasileiro do feminismo norte-americano, que foi construído a partir de contribuições do movimento negro (GONZALEZ, 2020). O feminismo latino-americano se enfraquece ao não levar em consideração a diversidade étnico-racial e cultural, o que ela chamou de “racismo por omissão”, que é uma tentativa de invisibilizar e não falar sobre as pautas étnico-raciais, como se não existissem e como se o racismo não fosse um problema (GONZALEZ, 2020). Lélia Gonzalez (2020) também mostra que em 1970 começa a aproximação das mulheres não-brancas com o movimento feminista latino, se expandindo em 1980. Outra autora importante é a filósofa brasileira Sueli Carneiro, ao cunhar a expressão “enegrecendo o feminismo”, que assinala “a identidade branca e ocidental formulação clássica feminista [...]” e revela “a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003, p. 118). Com isso, se afirma e se visibiliza “uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre [...]” e delinea-se “por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil” (*Idem*).

Ao falar do Brasil, Yonekura faz um debate sobre a Amazônia, segundo ela, é importante que se busque a história da região com base nos povos locais, entendendo que a região já era ocupada antes da chegada dos europeus e que sempre teve “grande biodiversidade natural e diversidade social, marcada pela luta anticolonial e por vários processos de miscigenação e aculturação atravessados pela violência” (YONEKURA, 2021, p. 42).

Uma discussão importante que também deve ser feita é como e se as mulheres indígenas se colocam quanto ao feminismo, já adiantando que “os posicionamentos das mulheres dos movimentos indígenas são múltiplos, inclusive no que se refere a identificação com o feminismo” (DUTRA; MAYORGA, 2019, p. 125). O questionamento de mulheres indígenas sobre a identificação com o feminismo está relacionado ao fato da origem dele se dar em um contexto eurocêntrico e colonizador, mas Julieta Paredes Carvajal, feminista-comunitária do povo aimará, do território que hoje se chama Bolívia, propõe como estratégia “recriar o conceito de feminismo” (PAREDES, 2019, p. 34). De acordo com ela, “para o feminismo comunitário, o feminismo é a luta de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer momento da história” (Idem). A existência de feminismos comunitários territoriais é relevante, pois, de acordo com Lorena Cabnal, feminista comunitária territorial e *maya xinka*

[...] estamos dizendo que existe um patriarcado ancestral originário e que para nós é importante desvendá-lo desde esse lugar de enunciação que é a terra onde nascemos, com as múltiplas opressões do sistema patriarcal. Porque é o sistema patriarcal originário que se gestou antes da colonização. [...] O patriarcado ancestral originário tem sua própria temporalidade, seu contexto, sua maneira de se manifestar (KOROL; FLORES, 2021, p. 6-7).

Esses feminismos são territoriais pois nascem e são entendidos a partir de um território específico e ainda partem “da comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida” (PAREDES, 2014, p. 78, tradução minha). Ao se falar em comunidade, se refere

a todas as comunidades de nossa sociedade, comunidades urbanas, comunidades rurais, comunidades religiosas, comunidades esportivas, comunidades culturais, comunidades políticas, comunidades de luta, comunidades territoriais, comunidades educativas, comunidades de tempo livre, comunidades de amizade, comunidades de bairros, comunidades de geração, comunidades sexuais, comunidades agrícolas, comunidades de afeto, comunidades universitárias, etc. É compreender que de todo grupo humano podemos fazer e construir comunidades. É uma proposta alternativa a sociedade individualista (Ibid., p. 86, tradução minha).

Também é importante ao estudar feminismos, compreender como se configuram os feminismos em África. Conforme explica a historiadora brasileira Dayane Augusta Santos da Silva:

As feministas africanas constroem e buscam resgatar sua identidade na dupla luta, anticolonial e antipatriarcal. Aqui a categoria classe e raça também devem ser consideradas. Contudo, no que diz respeito à elaboração de determinado pensamento crítico, estas têm ocupado espaço marginal tanto no âmbito político quanto acadêmico, [...], invisibilizadas tanto no interior do campo dos estudos de gênero, quanto nos chamados estudos africanos, este último concentrado nas problemáticas vindas principalmente da Diáspora (SILVA, 2021, p. 284).

Enquanto formas alternativas ao feminismo ocidental, podemos citar o conceito de *Motherism*, da escritora nigeriana Catherine Acholonu, para ela, a

deliberada marginalização das mulheres foi uma das principais estratégias do colonialismo. Isto por que os colonialistas sabiam bem da importância e da influência das mulheres e também não ignoravam que a força das sociedades africanas derivava da coesão de um tecido social em que os sexos coexistiam em complementaridade. Deste modo, para que África pudesse ser conquistada, o poder das mulheres tinha de ser quebrado (ACHOLONU, 1995 apud BAMISILE, 2013, p. 267).

Outros termos foram criados: *Femalismo*, da acadêmica nigeriana Chioma Opara (1999); *Gynismo*, da filósofa africana Eboh (1999); *Stiwanism*, da feminista nigeriana Molar Ogundipe-Leslie (1994); *Womanism*, da escritora nigeriana Chikwenye Okonjo Ogunyemi e *womanism* da escritora afro-americana Alice Walker (1983), conforme sintetiza a professora da Universidade Pública de Lagos, em Ojo, no Estado de Lagos, na Nigéria, Sunday Adetunji Bamisile (2013). A última é a proposta mais conhecida, para Walker existe a “necessidade de um conceito específico focado na identidade das mulheres negras e no agrilhoamento particularmente imposto a elas pelas questões do gênero” (BAMISILE, 2013, p. 270-271). De acordo com Bamisile, ao excluir mulheres brancas, Walker se contradiz ao dizer que *womanistas* não são separatistas, assim como fato de excluir os homens, por omissão. A partir do artigo de Bamisile é possível

concluir, a partir dessas autoras africanas que defendem um movimento de mulheres africano, “que todas elas confluem na preocupação de se demarcarem do feminismo ocidental e de definirem um conceito novo, que esteja mais ajustado às realidades das tradições e dos valores da vivência da mulher em África” (Ibid., p. 277). Assim como no caso das mulheres indígenas, se opõem ao feminismo ocidental. Conforme explica,

[...] os womanisms africanos são tendencialmente ou até claramente antifeministas, mesmo porque há em África um entendimento pouco aberto ou relutante para com intenções que se receiam ser imperialistas ou de imposição pós/neocolonial (Idem).

Mais contribuições podem ser vistas na dissertação de mestrado da doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos Thuila Farias Ferreira (2020), intitulada “Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada”.

Os próximos artigos do primeiro eixo tratam de temáticas inovadoras nas perspectivas feministas conhecidas no ocidente. Lina Arao (2021), descendente de japoneses faz uma conversa entre suas experiências no Brasil e a obra “Sob dois horizontes” de Mitsuko Kawai (1988). Arao destaca a dificuldade de se ver na história da própria nação, o Brasil. Para ela, a obra de Kawai lhe confere o sentimento de pertencimento, resgatando o elo entre japoneses e o Brasil – que acolheu os imigrantes japoneses. De forma geral, quando se fala em orientais e em descendentes orientais no ocidente existe uma tendência, segundo o intelectual palestino Edward Said, de os vermos como as “pessoas de fora” e até mesmo submissas, sob as premissas de uma visão europeia do orientalismo (SAID, 1996). O artigo que segue do psicólogo Yonghui Q. (2021) mostra a violência que ele, enquanto filho de pais descendentes de chineses, sofreu no Brasil. Amigos e autoridades naturalizavam a violência. Quando entra no mundo acadêmico, o autor se depara com um feminismo que não se preocupa com debates raciais. É um feminismo de primeira onda, restrito às mulheres brancas que lutavam por direitos universais em contextos europeus. Ainda, segundo Q., mulheres orientais não são vistas em suas especificidades e não são diferenciadas – a mulher chinesa, a mulher japonesa etc -, o mesmo ocorre com os povos ciganos, de acordo com o artigo da mestra em Direito Agrário Sara Macêdo (2021), que também compõe o livro. No caso das mulheres orientais, elas são fetichizadas pelos homens. Quando se fala em povos ciganos, as mulheres romani também sofrem com estereótipos de sedutoras, traiçoeiras e não-civilizadas – este último é uma característica que se refere a todos os povos não-europeus, fruto das noções coloniais que se refletem até hoje em várias sociedades, o que se denomina colonialidade do poder, conceito do sociólogo peruano Anibal Quijano (QUIJANO, 2005). No feminismo, a base é sustentada por mulheres racializadas, mas as gitanas feministas - movimentação de mulheres ciganas - se recusaram a carregar esse peso.

A característica da sedução é decorrente da sexualização desse corpo, que também ocorre com as mulheres negras, como será visto a seguir. No carnaval, por exemplo, se constrói uma imagem da mulata “estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos”, “o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica” (GONZALEZ, 1984, p. 228). Lélia Gonzalez mostra que a mulata e a doméstica são a mesma pessoa. É com essa percepção que se desmistifica o mito da democracia racial.

No próximo artigo são trazidos artefatos da memória da doutora em Psicologia Amana Rocha Mattos (2021), em relação a raça e gênero. A autora levanta noções da objetificação do corpo feminino negro e mais específico, brasileiro. Mattos (2021) mostra que em crianças e adolescentes, existe um “silêncio sobre ser branco/a” (MATTOS, 2021, p. 200). A autora relata três situações que é importante de serem lembradas: 1. em uma aula sobre o período da escravidão no Brasil no ensino fundamental, a autora diz que seria importante que seus dois colegas negros falassem sobre o tema, e após décadas, percebeu que estava racializando os colegas (hooks, 2013 apud MATTOS, 2021, p. 197); outra situação é de quando ela e uma amiga branca foram paradas na porta de uma loja e o segurança pede para elas abrirem suas bolsas, na saída, uma mulher disse que elas deveriam reclamar, e elas foram reclamar, após isso, o gerente se desculpou e disse que elas deveriam se comportar para não levantar suspeitas, pois estavam rindo e isso não se ajustava “ao perfil de ‘boas meninas’ insuspeitas” (MATTOS, 2021, p. 201) – ela conclui que “Seremos pré-adolescentes brancas, bem-vestidas, rendeu-nos o apoio de uma desconhecida que presenciou a cena e também um pedido de desculpas acompanhado de uma represália sobre o nosso mau comportamento” (Idem); a última situação é quando ela estava no estágio doutoral nos Estados Unidos e foi interpelada por um vendedor que perguntou se ela era brasileira e disse que ele teria oportunidade de trabalho para ela, e o cartão era de

uma produtora de filmes pornográficos, com os debates que entrelaçam gênero e identidade étnico-racial ela percebeu que a oferta do trabalho “foi feita a partir de uma leitura racializada de meu gênero, acionando estereótipos de sensualidade, erotismo e disponibilidade para o trabalho sexual frequentemente experimentados por mulheres brasileiras no Norte global” (Ibid., p. 202). É importante entendermos que mulheres brasileiras são sexualizadas e que isso se acentua no caso das mulheres negras. A autora também levanta uma bandeira para a educação antirracista. E uma noção importante que se depreende dela é que os brancos também têm um papel na luta antirracista. Para tanto, não podemos – e nem queremos – nos esquivar da teórica feminista bell hooks, para ela, é importante que os professores questionem como sua autoapresentação e o processo pedagógico “costumam ser moldadas pelas normas de classe média”. E ainda, é importante criar estratégias que subvertam essas normas. A partir de uma experiência da própria autora enquanto professora, ela fala sobre a criação, nas salas de aula, de “comunidades de aprendizado onde a voz de cada um possa ser ouvida, a presença de cada um possa ser reconhecida e valorizada” (HOOKS, 2013, p. 245). A escola possui o papel de lidar com as desigualdades em todos os seus termos. Para dar continuidade a esse artigo, vamos falar do penúltimo artigo do livro, escrito pela doutora em Psicologia Social Geórgia Grube Marcinik (2021). Em primeiro plano, a autora evidencia a dificuldade de se considerar pertencente a uma posição de privilégio do ponto de vista de raça. Nas entrevistas que fez, percebeu que as mulheres notam as diferentes lógicas de gênero entre mulheres brancas e negras e que a raça possibilita privilégios dentro do feminismo. A maioria das entrevistadas acreditavam que pessoas brancas possuem relevância na luta antirracista. É importante que as pessoas brancas utilizem de seu privilégio para desconstruir hierarquias. Para exemplificar, vamos trabalhar com uma situação clássica na academia: os congressos. Se um acadêmico branco aliado da pauta, que está idealizando e organizando o congresso, percebe que só tem palestrantes brancos e ele conhece uma pessoa negra que também é capacitada para falar sobre o assunto, ele pode indicá-la.

O segundo eixo abarca dois artigos: o primeiro, escrito pela mestrandia em Psicologia Social e Institucional Raquel Basilone Ribeiro de Ávila (2021), na qual a autora debate a prática de BDSM (*bondage*, dominação, submissão, sadismo e masoquismo) e o segundo, da cientista social Bárbara V. (2021), que discorre sobre o trabalho sexual. Ao final da explanação, ficará claro porque juntamos os dois artigos. Ávila explica que o BDSM constrói relações hierárquicas e estabelecidas pela contratualização. Nos estudos que abarcam o BDSM, praticantes não brancos são excluídos. Além disso, um argumento contrário a essa prática sexual é a relação e a legitimação entre sexo e violência. A luta contra o BDSM esteve atrelada à luta antipornografia, isso porque ambas são contra a fetichização e objetificação dos corpos femininos. Na crítica feminista negra, a escritora estadunidense Audre Lorde (s.d.), citada por Ávila, rejeita a possibilidade de uma escolha consciente que aceite isso. Ávila diz que não há garantia que os limites não serão ultrapassados. A escritora norte-americana Alice Walker (1982), também citada no artigo, pontua que o BDSM banaliza a escravidão real das mulheres negras e age de forma falsa como se elas se contentassem e consentissem. Outra autora, a professora Ariane Cruz (2016), citada por Ávila, e outras mulheres negras que defendem uma sexualidade dissidente, vê o BDSM como

uma ferramenta eficaz para desestabilizar as articulações da sexualidade feminina negra, historicamente ancoradas no terreno tenaz da degradação, desempoderamento, exploração, normatividade, opressão, policiamento e silêncio” (ÁVILA, 2021, p. 99).

Ávila também destaca “a importância de ouvir as mulheres articularem suas próprias práticas sexuais e narrarem seus desejos, motivações e experiências sexuais individuais” (Idem). As referências da autora mostram que a temática ainda não é consenso no feminismo, perpassando conceitos importantes como passividade e agência.

No trabalho seguinte, que versa sobre o trabalho sexual, Bárbara V. mostra a divisão de dois tipos de mulheres na sociedade: a valorizada e digna e a menosprezada; assim, pontua que existem estigmas sobre a prostituição, levantados pela repressão sexual e pelos valores morais. No discurso antiprostituição, os argumentos rendem escritas, pois perpassam a ideia de objetificação da mulher, isso porque a mulher é paga e vista como indigna e como um objeto à serviço de um homem, que legitima a dominação patriarcal. A autora argumenta, no entanto, que a prostituição se enquadra no conceito de trabalho para a sociologia, porque é produtiva e garante subsistência. No feminismo marxista, a prostituição sofre consequências da exploração, entretanto, isso ocorre em todos os trabalhos. A autora também explica que muitas vezes a

prostituição é mais bem remunerada que outras ocupações, ela dá a experiência de um trabalho em uma “casa de massagens”, onde ganhava bem e as condições de trabalho eram boas. O que une o BDSM e a prostituição é que ambos podem ter seus contratos quebrados e os limites ultrapassados. É importante que outras discussões sejam feitas, entre elas, comparação entre a prostituição feminina e masculina e a prostituição de travestis e mulheres trans, visto que, de acordo com a doutoranda em Estudos Literários Julia Luiza Pereira

O ambiente da prostituição, ainda muito estigmatizado socialmente, abriga identidades trans e travestis, rejeitadas pela sociedade patriarcal. Exercer essa atividade, para muitas delas, não é uma escolha, mas sim, um ato de sobrevivência, uma vez que, em geral, são privadas de espaço no mercado de trabalho formal (PEREIRA, 2021, p. 111).

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% das mulheres trans e travestis estão na prostituição por falta de oportunidades (ANTRA, 2019). Considera-se importante a influência do transfeminismo para estudos referentes à prostituição.

Além disso, também é importante compreender a prostituição sob um viés racial, pois conforme mostra a doutora em Sociologia Alyne Isabelle Ferreira Nunes:

Os reflexos do racismo enquanto opressão estruturante marcam também as escolhas das mulheres negras. Um dos aspectos que pode ser analisado sobre a influência dessas escolhas e a forma como o racismo se configura é no fenômeno da prostituição. É importante destacar que as produções acadêmicas incorrem no erro ao manter o debate sobre o fenômeno da prostituição, principalmente no Brasil, a partir de discursos atravessados apenas pela leitura de gênero e/ou de classe (NUNES, 2017, p. 5).

Mais contribuições nesse sentido podem ser vistas na tese de doutorado de Alyne Nunes, defendida em 2023, intitulada “Prostituição feminina e violência racial: uma análise crítica da branquitude nos discursos dos movimentos feministas, das prostitutas militantes e no mercado de luxo do sexo”.

Partindo para o próximo eixo, temos o tema da maternidade. Para a doutora em Antropologia Social Camila Fernandes (2021), o que existe, na verdade, são maternidades no plural. Ela realizou etnografia em determinadas regiões do Rio de Janeiro. Constatou-se que as pessoas entendem a maternidade como responsabilidade da mulher: sendo ela a mãe muito nova, a mãe que não possui paciência com a criança e as mães que tiveram filhos sem planejar, o que contribuiria para o abandono. Essas mulheres são entrelaçadas pelas mais diversas questões, como sexualidade e raça. A autora estuda a noção de que se o trabalho doméstico não produz para o capital ele se torna irrelevante. De acordo com a cientista política brasileira Flávia Biroli, as mulheres cis sofrem pressão para serem mães, limitando sua autonomia e restringindo “a determinadas atividades e formas de vida que foram consideradas conflitivas com a divisão sexual do trabalho, assim como o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres” (BIROLI, 2014, p. 115). Para trabalhos futuros, é relevante versar sobre temáticas que debatam e estudem a maternidade para mulheres trans e travestis, por se constituírem de relações afetivas que não são cisnormativas. A cientista social Larissa Pelúcio mostra, a partir de sua pesquisa, que travestis “têm desejos típicos de relações tradicionais e normatizadas, e que soam socialmente inteligíveis” (2006, p. 532).

O próximo eixo abarca dois artigos: o primeiro, escrito pela doutoranda em Psicologia Social e Institucional Sofia Favero e pela graduanda em Psicologia Marine Bataglin Marini (2021), que debate sobre o sujeito da mulher feminista e quem está incluso nessa categoria e o segundo, da doutora em Teorias Jurídicas Contemporâneas Heloisa Melino (2021), que propõe uma aliança entre lésbicas, prostitutas, trans e travestis. Favero e Marini (2021) mostram que o feminismo excluiu sistematicamente mulheres não brancas, mulheres trans e travestis. De acordo com elas, o transfeminismo se propõe a combater a cisnormatividade. Uma crítica e questão interessante colocada pelas autoras é sobre a expressão “meus corpos, minhas regras”, o quê e a quem dizem isso? Por muitas vezes, termos feministas não incluem mulheres trans, como é o caso, citado pelas autoras, da frase “eu não vim da sua costela, você que veio do meu útero”. Será necessário ter útero para estar em espaços feministas? A indagação das autoras é importante ao provocar as noções do feminismo radical, entendendo que travestis e mulheres trans sofrem por serem quem são e são. Conforme mostra o “DOSSIÉ 2021: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil”:

Ao cruzarmos a tipificação das mortes com os segmentos LGBTI+ analisados, percebemos que, em 2021, as travestis e mulheres transexuais (128 casos) foram as que mais morreram por homicídios, seguidas pelos homens gays (115 casos) (Acontece; ANTRA; ABGLT, 2021, p. 19).

Ainda, segundo o Dossiê “entre as travestis e mulheres transexuais, houve maior número de mortes de pessoas pretas e pardas (53,76%) que de pessoas brancas (46,23%)” (Ibid., p. 23). O que mostra também que entre as pessoas trans e travestis, a maioria delas são pretas e pardas, enquanto entre os gays, o número de brancos (55,83%) prevalece em relação aos pretos e pardos (44,16%).

Além disso, “No ano de 2022, tivemos pelo menos 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans/pessoa transmasculina” (BENEVIDES, 2023, p. 26). Ainda, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans pelo 14º ano seguido e o país que mais consome pornografia trans, mostrando que esses corpos estão em terreno de objetificação, mas não são humanizados, por isso são assassinados.

As autoras terminam falando que “Se o sujeito político do feminismo é uma mulher plena, concluída e acabada, um feminismo travesti joga suas fichas justamente na direção contrária: a identidade não esgotada” (FAVERO; MARINI, 2021, p. 142). O artigo seguinte, ao propor uma aliança entre lésbicas, prostitutas, trans e travestis, denuncia que na colonização, citando a socióloga argentina Maria Lugones (2007, 2014), houve a imposição de um padrão sexual heterossexualista, além da dominação racial. Melino, complementando o artigo de Bárbara V. assinala que a maior luta das prostitutas é contra a violência policial. A perseguição contra mulheres trans, travestis e prostituição é feita por muitas mulheres feministas radicais lésbicas. Na sua experiência pessoal, Melino diz que aprendeu a ser lésbica feminista ativista ao lado de putas. De acordo com ela, ao falar sobre o movimento trans, mulheres trans e homens trans heterossexuais também devem se colocar contra a heteronormatividade e essa é a disputa que pessoas transfeministas realizam. A autora propõe uma aliança entre mulheres trans e cis lésbicas contra a heteronormatividade, assim como uma aliança entre lésbicas e bissexuais cis e trans e heterossexuais trans contra a misoginia do movimento. Complementando o artigo de Amana Mattos, Melino explica que é necessário que as pessoas brancas LGBTQIA+ reconheçam a importância do antirracismo enquanto agenda e combatam o racismo.

Entrando no próximo eixo, há o artigo da doutoranda em Saúde Pública Vanessa Figueiredo Lima (2021), que trata da gordofobia e a relaciona com a saúde. Na sociedade, o corpo gordo é visto como doente e aumentar o peso passa a ser o terror das mulheres. O que é considerado doença e saúde está atrelado às questões de raça e gênero, desde o racismo escondido na biomedicina até o viés neoliberal que culpabiliza os indivíduos pela sua condição. As mulheres sofrem um controle maior referente aos seus corpos, porque há a exigência de um padrão de feminilidade e beleza. De acordo com a autora, mulheres negras pobres que sofrem com gordofobia tendem a ficar mais empobrecidas porque são rechaçadas em trabalhos bem remunerados e precisam enfrentar as adversidades do trabalho precarizado. A gordofobia é outra opressão somada ao leque composto pelo racismo, machismo, transfobia etc, incidindo também nas relações que serão construídas pelas pessoas que sofrem com essa opressão.

O último eixo e artigo, é escrito por Henrique Marques Samyn (2021). O foco do autor é a masculinidade negra. Ele começa a exposição falando sobre Lucas Evangelista dos Santos, ex-escravizado, que passa a ser conhecido como Lucas da Feira, por suas ações “no caminho de acesso a Feira de Santana”, na Bahia (SAMYN, 2021, p. 222). Ao citar o sociólogo brasileiro Clóvis Moura (2004), Samyn mostra que Lucas da Feira roubava fazendeiros, mas o que interessa para Samyn são os crimes sexuais dos quais Lucas da Feira foi acusado. Como pontua Clóvis Moura (apud SAMYN, 2021, p. 222), Lucas afirmava que estava vingando as mulheres negras que eram estupradas pelos senhores. De acordo com a historiadora brasileira Zélia Jesus de Lima (1990, p. 139-140 apud SAMYN, 2021, p. 223), Lucas “preferia agredir mulheres não escravas, brancas e mulatas”. Ainda segundo Lima, a partir de 11 mulheres dos registros policiais, ela identificou três categorias: uma mulher escravizada; seis mulheres pardas, não escravizadas; quatro ou cinco mulheres brancas. Entretanto, a tradição coloca a violência praticada como se ela se dirigisse “particularmente às mulheres brancas” (SAMYN, 2021, p. 223). Segundo Samyn, interpretações sobre os atos cometidos por ele são variadas. O autor cita a filósofa estadunidense Angela Davis (2016), que mostra que a ideia do homem negro estuproador foi um mito criado com fins políticos, não que não tenham ocorrido casos, o que ela critica é a desproporcionalidade das acusações. Nos Estados Unidos, houve o linchamento¹,

que se amparou em supostas conspirações da população negra para matar a branca e, quando isso se mostrou fantasioso, começam as acusações de estupro, “cujo propósito era defender a feminilidade branca contra os ameaçadores impulsos sexuais dos homens negros” (DAVIS, 2016 apud SAMYN, 2021, p. 227), o que contribui para o linchamento e para enfraquecer o apoio das pessoas brancas na luta antirracista. No Brasil, homens negros foram linchados sob a acusação de estuprarem mulheres brancas. Essa visão está muito relacionada ao fato de que a imagem do corpo negro se construiu a partir de sua zoomorfização, assim, como pontua o doutorando em Literatura, Cultura e Contemporaneidade Davi dos Reis, que mostra que o corpo negro foi

fixado e reduzido a uma condição de natureza, a uma animalização mortal, inumana, que se tornou, no mapa mental branco, europeu, uma bússola para a organização do que Hall (2016) chama de políticas racializadas da representação (REIS, 2020, p. 271).

Conforme pontua a filósofa estadunidense Judith Butler, “A violência é a ação iminente daquele corpo negro masculino” (BUTLER, 2020, p. 5).

Por fim, o livro consegue retratar bem diversas faces para um feminismo interseccional, que consiga incluir questões relativas à identidade étnico-racial, identidade de gênero, identidade sexual, corpo etc. No entanto, é importante que se aprofunde mais em questões citadas ao longo desta resenha, como os feminismos em África, os movimentos de mulheres indígenas e o transfeminismo.

1. Notas

* Graduando em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB).
Email: lorenzo.konageski@aluno.unb.br

2. Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la *mestiza* / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v.13 n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300015>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ARAO, Lina. *Entre Japão e Brasil: alguns apontamentos acerca de Sob dois horizontes, de Mitsuko Kawai*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. P. 49-63.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ANTRA REPRESENTA O BRASIL EM AUDIÊNCIA NA CIDH SOBRE A SITUAÇÃO DAS PESSOAS LGBTI. **ANTRA**, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ÁVILA, Raquel Basilone Ribeiro de. *Feminismos e BDSM: racializando o debate*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 83-99.

BAMISILE, Sunday Adetunji. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: Do feminismo ao afro-feminismo. **Via Atlântica**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 257-279, 2013. DOI: 10.11606/va.v0i24.58303. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/58303>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Feminismo e Política**. Brasília: Boitempo, 2014. p. 109-122.

¹ Foi uma lei dos Estados Unidos que permitia a punição a pessoas suspeitas de terem cometido crimes, sem a realização de julgamento (DAVIS, 2016).

BUTLER, Judith; JARDIM, Fabiana A. A.; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; RINALDI, Sebastião. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. 1-10, 2020. DOI: 10.1590/S1517-97022020460100302. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186985>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. **University of Chicago Legal Forum**, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cji/view-content.cgi?article=1052&context=ucf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Juliana de Cabral Oliveira; MAYORGA, Claudia. **Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política**. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 113-129, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/?format=pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

FAVERO, Sofia; MARINI, Marine. *Quase mulheres, quase feministas*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 129-142.

FERNANDES, Camila. *O martírio da maternidade: reprodução e sexualidade a partir de uma perspectiva interseccional*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 143-156.

FERREIRA, Thuila Farias. **Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215272>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KOROL, Claudia; FLORES, Luiza Dias. Feminismo Comunitário de Iximulew-Guatemala: Diálogos com Lorena Cabnal. **Hawò**, Goiânia, v. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LIMA, Vanessa Figueiredo. *Gordofobia, gênero, classe, raça, sexualidade: uma questão de saúde*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 117-128.

MACÊDO, Sara. *Romanipen nas margens: o triângulo marrom, diáspora e a movimentação de mulheres romani*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 101-115.

MARCINI, Geórgia Grube. *Entre discursos e práticas: a branquitude nos movimentos feministas e o papel das pessoas brancas na luta antirracistas*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 205-219.

MATTOS, Amana Rocha. *Subjetivações de raça e gênero a partir de fragmentos de memória*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 195-204.

MELINO, Heloisa. *Lésbicas, prostitutas, travestis e transexuais: uma aliança necessária*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 173-193.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. **Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos)**, 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. VIOLÊNCIA RACIAL E PROSTITUIÇÃO: UM DEBATE PARA ALÉM DO GÊNERO. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero & Women's Worlds Congress, 11/13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. v. 1. p. 1-12. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499425759_ARQUIVO_AlyneNunesFG.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino. Desde el feminismo comunitário**. México: Cooperativa El Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, En cortito que's pa largo, AliFem AC, 2014.

PAREDES, Julieta. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Entrevista concedida a Tereza Spyer, Mariana Malheiros e María Camila Ortiz. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2465>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PEREIRA, Julia Luiza Pinto. TRANSLADO: o lado trans e travesti da prostituição. **TRANSLADO: o lado trans e travesti da prostituição. Leitura**, n. 69, p. 109-121, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9702>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PERÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: Notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14 n. 2, p. 522-534. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200012/7763>. Acesso em: 27 jun. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander. **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

Q., Yonghui. *Da diáspora-chinesa: uma história sino-carioca*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 65-81.

REIS, Davi Nunes dos. Sistemas de representação e a zoomorfização do corpo negro na Bahia. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 12, n. 02, p. 720-730, 2020. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/606.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SAMYN, Henrique Marques. Sobre masculinidade negra e violência sexual. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 221-232.

SILVA, Ana Paula da. Ventres amestrados: problematizando a objetificação/sexualização das mulheres negras. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 11-25.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. Gênero e os feminismo(s) africano(s). **Revista Transversos**. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n. 22, p. 268-287, p. 268-287. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. Acesso em: 03 jul. 2023.

V., Bárbara. *Feminismo e trabalho sexual*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 157-171.

YONEKURA, Yasmin Pereira. *A mestiza existe? A América despedaçada e miscigenada, de Gloria Anzaldúa e Lélia Gonzalez*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 27-47.



COLORISMO

COLORISM

Resumo

O texto que segue tem por objetivo demonstrar as principais contribuições propostas pela obra *Colorismo* (2021) da jurista Alessandra Devulsky. Intercruzando o fenômeno colorismo a opressão de raça, classe e gênero, a resenha proposta busca apresentar o trabalho desta escritora de forma clara a enlaçar com outras obras consagradas para uma melhor argumentação expositiva do tema proposto pela obra.

Palavras-chave: Colorismo; Racismo; Devulsky.

Abstract

*The text that follows aims to demonstrate the main contributions proposed by the work *Colorismo* (2021) by the jurist Alessandra Devulsky. Intertwining the colorism phenomenon with the oppression of race, class and gender, the proposed review seeks to present the work of this writer in a clear way, linking it with other renowned works for a better expositional argument of the theme proposed by the work.*

Keywords: Colorismo; Racism; Devulsky.

*Hellen Rodrigues Batista

Recebido em: 13/05/2022

Aceito em: 30/03/2023

Alessandra Devulsky, mestra em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutora em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). Professora no programa de mestrado da Universidade do Quebec em Montreal (Canadá) é cofundadora e diretora do Instituto Luiz Gama com sede em São Paulo. No ano de 2019, Devulsky foi eleita para o comitê executivo do organismo de cooperação internacional *Alternatives* em Montreal, além de ser diretora-geral da *Corporation de développement communautaire de Côte des Neiges* no Canadá.

A obra a ser resenha foi publicada no ano de 2021, pela editora Jandaíra e compõe o selo Sueli Carneiro, somando-se à coleção “Feminismos Plurais” que é coordenada pela filósofa negra brasileira Djamila Ribeiro. Com apresentação de Djamila Ribeiro, texto de orelha de Rosane Borges e comentário de capa traseira do atual ministro dos direitos humanos e cidadania Silvio Almeida, o livro “Colorismo”, contém um total de 222 páginas, que estão divididas em quatro capítulos, mais as notas explicativas e o referencial bibliográfico.

Embora esteja dividida em poucos capítulos curtos, junto a apresentação e introdução, o trabalho em questão, aborda de maneira exímia o debate sobre as relações raciais no Brasil ao longo de sua história e em como isso reverbera assuntos como o mito da democracia racial e miscigenação. Alessandra Devulsky é uma proeminente pesquisadora e debatedora crítica sobre a temática colorismo, que nos últimos anos tem tomado longas proporções discursivas nas mídias sociais, esferas de militância e nas universidades brasileiras.

Resgatando o contexto histórico-social de diferentes partes do mundo para expor de maneira explicativa o que seria o colorismo, Devulsky, nos convida a acompanhar esta discussão com um olhar crítico não homogeneizador para nos elucidar sobre a construção das categorias políticos raciais identitárias negra e branca. Para isso a autora se vale do processo histórico político cultural de invasão colonial como peça fundamental para sistematização das categorias raciais negro, branco e indígena.

A colonização, como argumenta a jurista feita por classificar de maneira geográfica o ser branco civilizada enquanto Europa e o ser negro e indígena ao lado oposto como bárbaro e selvagem representando a África, América e todo o resto que não seja europeu. Ao fazer este movimento, o colonizador acabou por criar um mito do “fardo do homem branco”, que é um discurso utilizado para dominação e hierarquização racial, com a justificativa de que o branco (a) está a levar civilidade e desenvolvimento a estes lugares.

Evidenciando a diversidade que há no continente africano anterior à invasão colonial européia e que prevalece até hoje, a escritora comprova que antes do período de dominação branca havia uma diferenciação de tratamento entre negros claros e escuros, porém com a atenção cuidadosa de ressaltar que essa distinção não tinha os mesmos fins que o traçado pelos brancos (as). O sistema expropriatório colonial que avançou junto ao capitalismo, utilizou desta e outras questões étnicas para acirrar e gerar conflitos entre os negros.

Ao transparecer toda a argumentação precedentemente analisada, baseada em uma investigação detalhada, Devulsky, leva o público leitor a um caminho de informações certas, que rompe com discurso balizador sobre tema o colorismo, algo que apenas dificulta a criação de horizontes libertadores e debate sério sobre o assunto. Dando continuidade a sua análise a jurista ressalta que não devemos unicamente nos furtar ao debate histórico, mas compreender que o colorismo se aprofunda na atualidade graças a uma base social que se solidificou na escravidão e racismo estrutural.

Entendo que a miscigenação racial no Brasil é utilizada para diferentes fins políticos/ideológicos¹. O colorismo adentra a este bojo como forma aglutinadora da ideologia racista, pois não se desenvolve de maneira espontânea, assim como vários sistemas sociais e de opressão este também tem seu dueto, que é o racismo.

Ao dedicar uma obra robusta, com uma linguagem e preço acessível a vários públicos, Devulsky em conjunto à proposta da coletânea que o livro compõe e busca apresentar uma diversidade de temas emergentes para nossas reflexões, militância e do fazer científico. Esta obra em particular tem por fundamento transparecer a sofisticação tecnológica social presente ao colorismo e suas interconexões com valores socioeconômicos, culturais e históricos. Toda esta trama como elucidada a obra faz parte do jogo institucional público e privado capaz de transmitir valores racistas em que aquele (a) que tenha traços africanos marcantes seja relegado à subalternidade.

¹ O trabalho da educadora militante Sueli Carneiro, se debruça de maneira exemplar sobre a questão da miscigenação e seu impacto na formação ideológica na formação do Brasil.

Neste sentido como argumenta Devulsky, combater o colorismo e uma forma de combate ao racismo, pois: “É preciso sempre ressaltar que o *modus operandi* racista faz uso das práticas de homogeneização de grupos “minoritários”. Combater o colorismo e, portando, também o racismo, e permitir que negras e negros possam expressar sua negritude em seus corpos, mas também na sua postura política (p. 121).”

Além dos pontos apresentados, o colorismo tem como um de seus sustentáculos principais a fragmentação da identidade racial negra, dividida entre pretos e pardos (conforme nomenclatura do IBGE), ferramenta está usada para evitar uma política aglutinadora reivindicatória de equidade racial², pois esta divisão se sustenta em um imaginário social falso de que pessoas pardas estão em vantagem, ou melhor, condição social que pessoas de pele preta. Como apresentado por Devulsky é preciso uma análise interccional aprofundada para chegar a essa conclusão, além disso, ao observar de forma cautelosa a violência em suas inúmeras formas empregada aos sujeitos (as) negros (as) pelo estado e suas políticas não há acepção entre claros e escuros.

Ao nos atentarmos às armadilhas propostas pelo colorismo, elucida e nos dirige a atenção para a questão do privilégio branco³. O foco desta resenha não é sobre este conteúdo, porém como uma forma elucidativa gostaria de propor o cruzamento desses dois fenômenos para demonstrar a qual estrutura devemos combater.

Após explanação de como o colorismo é apenas mais uma maneira de ação do racismo que prenhe ao capitalismo e a comprovação de como perpetuação do supremacismo branco e seus privilégios se entrecruzam a ele, é preciso observar que este privilégio se faz com uma não racialização do branco (a), já que este grupo se autoproclamou como universal no sentido de humanidade e o silêncio branco (a) perante o legado colonial. Ainda é necessário notar que dentro do sistema de produção e reprodução capitalista a diferenciação entre negros e brancos (as) é visível principalmente no mercado de trabalho. Para Devulsky, o colorismo neste campo serve perfeitamente a ideologia racista existente uma vez que o trabalho é um dos principais meios para produção da estratificação social.

O pacto narcísico⁴ branco soma-se ao colorismo ao apresentar o sentimento de medo presente aos brancos (as) de ameaça e supressão de seus privilégios. O que busco afirmar com isso, é que enquanto o racismo com suas sofisticções dividem toda uma população negra que sempre foi diversa. O estrato social branco se solidifica sem divisões raciais e mantém seus privilégios a base de tensões raciais fora de seu grupo e silêncio a todo o sistema de violência e opressão capitalista criado por eles.

Em um esforço de finalização, outra bela contribuição a ser destacado neste mais sincero convite de leitura a esta eminente obra, é o caráter libertário pronunciado quando há um reconhecimento reivindicativo negro em todo este contexto de desventura, pois é esta movimentação que proporciona humanização. Afastando-se, diferenciar-se do universal que neste caso é o (a) branco (a) é necessário para uma posição simbólica e representativa de que o humano universal nunca foi possível graças a toda uma teia de violência, exploração e acumulação.

1. Notas

* Graduanda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).
Email: hellenrodriguesbatista@gmail.com

² Sueli Carneiro em seu livro: “*Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*”, trabalha sobre este tema.

2. Referências bibliográficas

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Sao Paulo-SP: Selo Negro, 2011.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo-SP: Jandaíra, 2021.

³ A psicóloga brasileira Cida Bento trabalha sobre esta questão em seu livro “*O pacto da Branquitude*”.

⁴ Este termo é melhor explicado na obra “*O pacto da Branquitude*”.



TRANSFEMINISMO

Resumo

Esta resenha discute o livro "Transfeminismo" escrito por Letícia Nascimento. O objetivo principal da obra é apresentar o transfeminismo como uma corrente do feminismo e tornar suas discussões acessíveis. O livro é organizado para fornecer noções básicas sobre gênero e identidade nos primeiros capítulos e aprofundar a discussão sobre transfeminismo posteriormente. Nos capítulos finais, são apresentadas demandas sociais e políticas do movimento. A autora destaca a diversidade de experiências e identidades dentro do movimento feminista, enfatizando a necessidade de superar universalidades e essencialismos. Com uma escrita acessível, a obra contribui para a popularização do debate feminista e a pluralização das vozes dentro do movimento, servindo como um guia conceitual para se iniciar nos debates feministas.

Palavras-chave: Transfeminismo; Resenha; Letícia Nascimento; Trans*.

*Diana Maciel Dias

Recebido em: 13/05/2022

Aceito em: 30/03/2023

Visando popularizar de maneira didática e acessível as importantes discussões propostas por diferentes correntes feministas, a coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro, traz a público o livro “*Transfeminismo*” escrito pela pedagoga e professora Letícia Nascimento (2021). Em sua escrita, a professora toma uma postura política de afirmação das identidades, se autoafirmando enquanto mulher travesti, negra, gorda, subalternizada pelo racismo, pelo cissexismo e pela gordofobia, que fala a partir de suas experiências. Neste passo, em sua obra, ela dedica esforços para evidenciar outras possibilidades na relação entre sexo, gênero e desejo, objetivando a superação de universalidades e essencialismos que limitam as performances de gênero, apresentando o transfeminismo como uma corrente do feminismo com grande potencial para incentivar a pluralização das sujeitas do feminismo.

Autodeterminando-se uma mulher travesti, Letícia Nascimento se posiciona enquanto alguém que escreve com e para mulheres trans e travestis, orquestrando suas discussões ciente dos desdobramentos e influências que suas vivências causam sobre sua produção. Ademais, a professora prioriza falar das vivências em comum que possui com outras identidades transfemininas, de modo a reconhecer a diversidade entre todas elas. Assim, quando realiza generalizações sobre as pessoas trans* como um todo, utiliza do termo “trans*”, trazendo o estereótipo como uma alusão às notas de rodapé presentes em textos acadêmicos, com intuito de comunicar que ela está se referindo a toda uma gama de identidades dissidentes, sendo elas transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, trans masculinos e pessoas não-binárias. Todavia, apesar das travestis também serem contempladas no termo trans*, ela determina utilizá-la em evidência para afirmar uma postura política de valorização das travestis.

O livro está organizado de modo que os capítulos iniciais são dedicados a preparar o terreno para a introdução do debate, apresentando algumas noções básicas sobre gênero e identidade, mas principalmente estimulando questionamentos sobre os desdobramentos do assunto central da obra — o transfeminismo. Nos capítulos posteriores, a discussão em torno do transfeminismo é realizada a fim de modo didático. Já nos últimos capítulos, são apresentadas algumas demandas sociais e políticas do movimento. Durante toda a obra, a professora aborda o tema através das lentes da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), compreendendo esta como sendo a melhor forma de conseguir manejar as inúmeras nuances geradas pelos atravessamentos de diversas estruturas de opressão, na busca de compreender o cenário conjuntural.

Letícia Nascimento, inicia o livro se munindo do discurso “**E eu não sou uma mulher?**” de Sojourner Truth, proferido em 1851. Através do acréscimo do verbo “poder” ela instiga a pessoa leitora questionando-a — bem como o feminismo hegemônico — se ela pode ser uma mulher, evidenciando uma dúvida que, conforme ela, é produzida pelo CISTema colonial moderno de gênero (NASCIMENTO, 2021, p. 17) sobre quem não se encaixa dentro das normas dele. Ao realizar este empenho de resgate do discurso histórico proferido por uma mulher negra, a professora localiza os saberes que seguirão apresentados dentro de uma relação de continuidade com contribuições e provocações que já eram feitas à concepção universal de mulher desde 1851 (ano em que Sojourner Truth realizou seu discurso). Assim, em seu capítulo introdutório, ao invés de iniciar sua obra a partir de autoras tidas como os cânones de pensamento feminista, a pedagoga parte de um território epistêmico ancestral.

No capítulo posterior, intitulado “Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo”, a professora Letícia prepara quem está lendo para adentrar mais a fundo no debate central do livro. Deste modo, ela resgata as disputas dentro do feminismo em torno da categoria de gênero, para apresentar qual compreensão sobre ele ela usará em sua escrita. Para Nascimento, o potencial conceitual e político da categoria de gênero está justamente na sua capacidade de desestabilizar e desnaturalizar a identidade mulher, podendo também ir contra a ideia de que mulher é a única identidade permitida dentro do feminismo.

Resgatando os trabalhos de diversas autoras feministas, ela evidencia trajetórias dentro do feminismo que apontam para contestação da ideia de mulher como identidade universal que ainda ronda os debates dominantes no feminismo. As contribuições de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) a respeito dos perigos de uma história única corroboram fortemente para o empenho feito por Letícia Nascimento em criticar o didatismo da divisão do movimento feminista em ondas — demonstrando como diferentes mulheres, em suas diversas possibilidades de ser, já estavam presentes desde o início do movimento feminista proporcionando variados tensionamentos.

Em conjunto, como medida prática de sua proposta de pluralizar a abrangência do feminismo, estendendo os limites de quem pode ser ou não sujeita dele, a autora adota o uso do termo

“mulheridade” em contrapartida ao termo “mulher”. Ela faz esse movimento justamente por entender que as realidades são diversas, e que, portanto, é necessário demarcar as diferentes maneiras pelas quais as experiências são produzidas: a adoção desse outro termo busca de fato evidenciar o caráter processual da produção social de gênero.

No capítulo “Mulheres transsexuais e travestis: *the outsiders non sisters*” é apresentado como, dentro do feminismo, diferentes correntes entendem o que é ser mulher. Dentro da perspectiva transfeminista se entende que as performances de gênero se fazem por meio de discursos e da materialização dos corpos, mas é a partir da autodeterminação que a identidade é validada. Contudo, é relevante assegurar que esse processo de autodeterminação — assunto que posteriormente será abordado — não possui caráter ontológico, mas sim, é um empreendimento político. Infelizmente, a autora constata que o direito de se definir enquanto mulheres é incessantemente negado a mulheres trans e travestis por não terem nascido com “a genitália certa” (NASCIMENTO, 2021, p. 53) — como não sendo bastante, muitas vezes elas não possuem nem sequer o *status* de humanas. Assim, dentro do Transfeminismo, entende-se, a partir de reflexões feministas anteriores, que é como se as identidades transfemininas se constituíssem como o Outro, do Outro, do Outro - parafraseando Grada Kilomba (2019) -, completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo (NASCIMENTO, 2021, p. 61). Por isso existe a extrema necessidade de apoio mútuo entre as pessoas de identidades femininas, já que é nessa *outridade* que se constituem enquanto sujeitas próprias de si. Mesmo com suas diferenças, todas se conectam de alguma forma a estruturas de opressão semelhantes, de modo que vincular os movimentos protagonizados por mulheres trans e travestis proporciona continuidade entre os movimentos e fortalece ainda mais as lutas.

No capítulo seguinte, “Transfeminismo: tensionando feminismos e além”, um dos principais destaques é a quantidade de indicações de leitura que são apresentadas de forma orgânica, evidenciando a existência de produções epistêmicas de mulheres trans e travestis e facilitando o trabalho de quem queira estar em diálogo com essa corrente. Como o feminismo consiste em uma rede de produção epistemológica sobre as opressões de gênero, acompanhados de lutas políticas organizadas por direitos, a pedagoga não somente expõe um aporte teórico sobre o Transfeminismo, mas também apresenta quatro princípios de correntes e seis demandas da agenda política do movimento.

Leticia Nascimento (Ibid. p. 80) conta que os princípios do transfeminismo são: a redefinição da correlação entre sexo e gênero; a reafirmação do caráter interacional das opressões; o reconhecimento das contribuições de pessoas trans*, em especial mulheres trans e travestis; e por último, mas não menos importante a compreensão de que o transfeminismo é um espaço para todos que não se enquadram no atual modelo sexista de sociedade, aberto à contribuição de qualquer pessoa. Enquanto a agenda política, segundo a autora (Ibid. p. 91), é formada pelo: poder de agência/autodeterminação, o uso do termo cisgeneridade como estratégia de nomeação dos corpos não trans*, despatologização das identidades trans* e travestis, empoderamentos das múltiplas corporalidades trans* e travestis, enfrentamento da transfobia e do transfeminicídio e direito à saúde.

No capítulo “Cisgeneridade, despatologização e autodeterminação: Nós por nós mesmas!”, a autora explica o conceito de cisgeneridade e sua relevância para os estudos de gênero. Cisgeneridade é entendido como uma forma de definir os corpos não trans* de modo que não seja necessário evocar a matriz que estabelece tais corpos como normais e os outros como desvios subalternos. Esse conceito, enquanto categoria analítica, proporciona um entrave à concepção de que corpos são naturalmente sexuados, possibilitando questionamentos sobre os privilégios reservados a corpos dotados de uma suposta naturalidade essencial. Também é apontado que tanto o sexo como os conceitos anatômicos, hormonais e cromossômicos vigentes hoje são proposições discursivas forjadas em contextos culturais específicos — evidenciando que tanto o sexo quanto o gênero são discursivos, culturais e históricos, sendo o gênero o dispositivo que produz o sexo (BUTLER, 2017).

A relevância dessa concepção sobre os conceitos de sexo e gênero está justamente na denúncia do discurso que prega a existência de uma identidade natural, provinda de um sexo que é pré-discursivo e que, portanto, não é marcada culturalmente. Como contribuição, acrescento que os estudos de Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021) apresentam fortes argumentos nesta proposição de denunciar o caráter universal da categoria de mulher e de demonstrar os processos históricos e culturais de formação de identidades.

Retornando ao conceito de cisgeneridade, ele propicia a quebra de noções binárias de sexo que fortalecem as hierarquias sexuais e de gênero e auxilia no exame de aparatos discursivos que tentaram ao longo da história determinar como padrão uma identidade natural que é inexistente. Através dessa categoria analítica, o que se consta é que todas as identidades de gênero são formadas a partir de práticas discursivas em um processo de materialização, porém evidenciando que somente os corpos cisgêneros usufruem da condição de naturalidade; além de também exemplificar que os gêneros cis são verdadeiros na mesma proporção que os gêneros trans podem ser considerados falsos. Exatamente por frequentemente considerarem que quem performa gênero são as pessoas trans*, é preciso apontar que os gêneros cis são tão artificiais como quaisquer outros: a diferença está na capacidade presente na cisgeneridade de mascarar os processos de generificação dos corpos cis dentro da ideia de normalidade. E é justamente nessa marcação de naturalidade que se encontra a raiz do problema, pois cria-se um discurso que compreende alguns corpos enquanto normais e outros enquanto anormais, patológicos (NASCIMENTO, 2021, p. 98).

No livro, ainda é retratado como o gênero vem sendo tratado com uma categoria diagnósticável, quando deveria ser compreendido como uma categoria cultural. E infelizmente, dentro das áreas da saúde — especialmente das ciências psi (BENTO, 2008) —, por muitas vezes a patologização de corpos trans* é feita arbitrariamente e fundada em princípios morais.

Em meio a esse cenário, a autora apresenta o conceito de autodeterminação (RODOVALHO, 2017) — a partir das ideias de autodefinição e autoavaliação de Patricia Hill Collins (2016) —, caro ao transfeminismo, utilizado como ferramenta para o enfrentamento nas lutas pela despatologização dos corpos trans* nos âmbitos nacional e internacional. Esse conceito trata da possibilidade de remover a autoridade de instituições que delimitam as identidades trans* como subalternas, patológicas, criminais e imorais, e conceder o protagonismo desses agentes sobre suas experiências. Entende-se também que a autodeterminação é interacional e parte de um reconhecimento mútuo, daí a necessidade e importância de espaços coletivos, sendo aí onde entra o transfeminismo: como este espaço coletivo de afirmação e validação das experiências trans*.

No capítulo “Corporalidades transgêneras: autodeterminação como insurgência ao sistema” é discutido sobre como as técnicas farmopornográficas vão corroborar com o regime cis-heteronormativo para produzir um sujeito específico. Há um véu de naturalidade que esconde o processo de generificação dos corpos cis, que permite que eles utilizem de tecnologias de modificação corporal e ainda ostentem o privilégio de considerarem que realizar tais procedimentos é algo normal, até corriqueiro. Como exemplo temos a ereção e a fecundação que podem ser interferidas, estimuladas e controladas, o desejo sexual que pode ser influenciado por mídias pornográficas e o corpo que pode sofrer vários procedimentos estéticos. Entretanto, para corpos trans*, o acesso a essas tecnologias, quando é concedido, perpassa primordialmente por julgamentos morais e patologizantes.

Mais uma vez, Letícia Nascimento ressalta a importância da autodeterminação. Neste caso, essa concepção sobre o modo de se constituir enquanto sujeito tem potência de colaborar para a despatologização de corpos trans*. Assim, em conjunto com o conceito de cisgeneridade como ferramenta analítica, é possível a construção de políticas públicas que não exijam diagnósticos para pessoas trans* que desejam realizar modificações corporais.

No último capítulo do livro, “Vidas trans* importam: transfeminicídio também é uma pauta feminista”, a professora Letícia Nascimento relaciona o assassinato de mulheres trans e travestis aos crimes de ódio contra mulheres cis para ampliar a luta contra o machismo e o cissexismo. Apresentando os contrastes já presentes nos índices de assassinatos de mulheres cis, correlacionados com marcadores como os de raça e etnia, Letícia Nascimento afirma a importância de reconhecer o assassinato de pessoas transfemininas como parte desse conjunto amplo de vítimas de crimes de gênero. Entende-se que, quando se trata de feminicídio, não será a vagina que determinará isoladamente a vulnerabilidade das identidades femininas, mas sim todo o universo simbólico imposto a quem nasce com tal órgão. Ressalta-se que a intenção jamais é demarcar a vagina como algo não importante: a intenção é apontar para essas hierarquias fabricadas, de modo a evidenciar que não são naturais, e que, portanto, o que se é entendido por sexo anatômico não é capaz de, por si só, determinar a vulnerabilidade feminina (NASCIMENTO, 2021, p. 165) Consoantemente é argumentado que o feminicídio é um crime de ódio e profundo desprezo às identidades femininas, ideia que está produzida pela colonialidade de gênero. A autora não apenas entende que a colonialidade

de gênero (LUGONES, 2014) como a imposição, através da colonização, das ideias e valores de gênero binárias europeias, do ódio e desprezo ao feminino, mas também enraizaram no mundo colonizado uma binaridade cisnormativa, a qual implicaria também o ódio e desprezo às identidades trans*. Deste modo, o combate aos assassinatos de mulheres trans e travestis se correlaciona fortemente com os outros casos de feminicídio, sendo desejável a soma de esforços para cessar esses crimes.

Por seu posicionamento em defesa das identidades, Letícia Nascimento opta por uma política de citação de afirmação das identidades, ou seja, ela escolhe genericar e racializar as pessoas citadas em seu livro. Entretanto, essa medida não é distribuída igualmente entre as vozes presentes na obra, pois provavelmente na tentativa de lutar contra a invisibilização de determinadas produções epistêmicas, dando destaque àquelas que as produziram, algumas identidades se fazem mais presentes do que outras. É consideravelmente maior a quantidade de marcações como “a mulher preta”, “a lésbica” do que “a mulher branca”, “a heterossexual”, “o homem branco”. Essa medida dá, sim, destaque para esses outros saberes, pois pode levar a pessoa leitora ao estranhamento de ver tamanha quantidade de discussões promovidas por quem não se encaixa dentro dos padrões. Contudo, infelizmente, há como efeito colateral a manutenção do lugar de subalterno e da ideia de que existem saberes neutros, não marcados. Ao dotar de critérios que demarquem somente, ou com mais ênfase, aqueles corpos que já são marcados como dissidentes, se aprimora o apontamento da alteridade, reforçando a hierarquia de quem é subalterno, marcado, e quem é natural. Se reitera a ideia de que enquanto fulano pode ser somente “o fulano” para ter suas contribuições reconhecidas, os Outros precisam ser “a genericada”, “a sexualizada”, “a racializada”, “a localizada” para ter suas contribuições consideradas válidas. Penso que uma política de citação feita de forma generalizada, que também apresenta os marcadores sociais daqueles que se entende como sujeitos integrais, seja mais pertinente.

Em resposta à ação de relatar várias mobilizações de pessoas trans* por direitos elaborada no livro, trago uma das recentes conquistas. Em abril de junho de 2022, A Sexta Turma do Supremo Tribunal Federal unanimemente determinou que a Lei Maria da Penha também se aplicará às mulheres trans e travestis que sofrerem violência doméstica ou familiar¹. Essa alteração reflete fortemente os acirramentos e disputas políticas protagonizadas por mulheres trans e travestis no combate ao transfeminicídio. Com essa aplicação, que abrange as violências motivadas por gênero no âmbito doméstico, espera-se somar forças para a erradicação dessas violações.

Letícia Nascimento obtém sucesso ao realizar a argumentação e defesa de que os estudos e os movimentos sociais e políticos de mulheres trans e travestis são parte do conjunto de debates e correntes que compõem o Feminismo. Levando ao questionamento de como se darão as diversas intersecções dentro do transfeminismo. Estaríamos tendo em vista um transfeminismo negro, um transfeminismo branco, um transfeminismo lésbico? De qualquer modo, a obra traz que a negra, mulher, trans*, Outra do branco, Outra do homem, Outra do cis, encontra lugar no Transfeminismo, que abre brecha para a construção de quantos mais outros feminismos forem necessários para ajudar nos enfrentamentos aos sistemas de opressão.

É inegável que “Transfeminismo” de Letícia Nascimento é um livro conceitual, que serve como excelente guia para introduzir-se nos debates sobre correntes do feminismo, em especial o transfeminismo. Ao criticar os cânones do feminismo, estabelece constante diálogo com o feminismo negro, combinar discussões pós-estruturalistas e apresentar os estudos de outras autoras transfeminista, a autora organiza uma robusta bibliografia, ou seja, o livro certamente auxiliará quem tenha interesse de contribuição, seja quem já está inserido dentro dos debates ou quem ainda quer começar, mas não sabe por onde. É como se a obra falasse: “Estamos aqui, nos leiam!”

¹ Notícia disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contramulher-trans-decide-Sexta-Turma.aspx>. Acesso em: 13 maio 2022.

Por término, resgato uma passagem do livro, no capítulo “Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo”, onde é apresentada a metáfora do porta-casacos a partir das reflexões de Nicholson (2000). Segundo a autora, gênero é considerado como uma roupa posta sobre o cabide chamado sexo. Embora seja comumente utilizada em explicações vinculadas ao fundacionalismo biológico, ainda considero esse didatismo útil para o Transfeminismo, desde que utilizado criticamente. Sim, sexo pode ser um cabide, mas antes é preciso compreender que não é somente a roupa que encaixa no cabide, o cabide também é feito para se encaixar na roupa. Portanto, se gênero é a roupa e sexo é o cabide, certas questões não podem ser esquecidas nem omitidas.

Lembre-se, cabides são feitos de madeira, metal, plásticos ou vários outros materiais artificiais. São feitos. São artificiais. Lembre-se, o formato do cabide pode ser, e é, alterado para melhor se encaixar em cada tipo de vestuário. Lembre-se, há cabides de parede, cabides de pé e cabides de pendurar. Lembre-se, a roupa também demanda por um tipo de cabide específico ou ideal. Lembre-se, não há somente um tipo de cabide, temos cabides para casacos, cabides para saias, cabides para paletós, cabides para camisas, cabides para calças, cabide para chapéus. Lembre-se, a maneira como se produzem cabides hoje, não é a mesma de tempos passados. Lembre-se, o formato, estilo ou design que o cabide também pode mudar de cultura para cultura, como também pode se alterar dentro de uma mesma sociedade para transmitir ou permanecer de acordo com valores culturais e *status* sociais.

Mesmo que argumentem sobre um possível cabide “original”, um pedaço de galho de árvore que é dado, natural, pronto e feito pela natureza, lembre-se que é preciso primeiro antes ter uma roupa — fruto da intervenção humana sobre a matéria — para que depois, com a capacidade humana de produção de significado, um objeto torne-se cabide. O cabide é pré-discursivo na mesma medida que sexo é, e gênero está para sexo em igual relação de produção simbólica que roupa está para cabide. Da mesma forma que o porta-casacos foi aprimorado para melhor se encaixar no casaco, que aprimoramos nossas concepções em torno de sexo para melhor se encaixar em nossas autodeterminações de gênero.

1. Notas

* Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo de Aquilombamento de Intelectualidades Afrotranscendradas (N'Aya). Co-coordenadora do Grupo de Acolhimento TRANSita UFSC.
E-mail: dias.maciel@grad.ufsc.br.

2. Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina do. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n.2, p. 9-41, 2000.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo Produções, 2021.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan-abr. 2017
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



Textos Graduados
Instituto de Ciências Sociais
Revista da Graduação em Ciências
Sociais da Univesidade de Brasília
v.9, n.1 (SET 2023)